

2.º CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento urbanístico de Ovar sob a presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa (1866-1887)

Joaquim Manuel Monteiro Fidalgo

M

2026



Joaquim Manuel Monteiro Fidalgo

O desenvolvimento urbanístico de Ovar sob a presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa (1866-1887)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea orientada pela Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira e pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

À memória de minha mãe

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Introdução	10
1. Antecedentes: Ovar nas décadas de 1850 e 1860	14
2. A Presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa: as vicissitudes políticas.....	25
2.1. A conquista do poder local	29
2.2. As relações com a oposição e o poder central	31
3. O desenvolvimento urbanístico de Ovar sob a presidência de Arala e Costa	36
3.1. Construção da rede viária.....	37
3.1.1. A estrada da Praça à Estação	37
3.1.2. A estrada da Ruela	39
3.1.3. A estrada concelhia de S. Miguel a S. Vicente	40
3.1.4. A estrada de S. Miguel à Igreja de Válega	42
3.1.5. A estrada do Puchadouro a Pintim.....	44
3.1.6. A estrada da Praça do Comércio ao areal do Furadouro.....	45
3.1.7. A estrada de Ovar a Arada.....	47
3.1.8. A estrada de Ovar a Esmoriz	49
3.2. A canalização da água	50
3.3. A construção do mercado.....	56
3.4. A iluminação pública	59
3.5. A construção do teatro.....	61
3.5.1. Antecedentes	61
3.5.2. A construção do teatro no bairro de São Pedro	62
3.6. O alargamento do concelho	64
3.7. O projeto do Furadouro	70
3.7.1. Antecedentes	70
3.7.2. O incêndio no Furadouro.....	72
3.7.3. O plano urbano reticulado para a praia do Furadouro	78
4. A luta pelo poder municipal e a derrota de Manuel de Oliveira Arala e Costa	81
Conclusão	96

Fontes e Bibliografia	99
-----------------------------	----

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada noutra curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa para realização de parte(s) da presente tese, encontrando-se todas as interações transcritas em anexo ao trabalho.

Ovar,

Joaquim Manuel Monteiro Fidalgo

Agradecimentos

A realização desta dissertação representa, por um lado, o fecho de um feliz ciclo académico e, por outro lado, um gratificante percurso de desenvolvimento pessoal. Muitas foram as pessoas e as instituições que me incentivaram a continuar e me estenderam um ombro amigo.

Por tal facto, gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos meus orientadores, Professora Doutora Conceição Meireles Pereira e Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, pela disponibilidade, rigor científico, orientações preciosas e, ainda, pela amizade e carinho com que sempre me presentearam.

Gostaria, também, de agradecer às Direções do Agrupamento de Escolas de Ovar, pelo apoio, disponibilidade e solidariedade manifestadas ao longo destes anos de estudo, assim como à Biblioteca Municipal de Ovar por ter colocado à minha disposição o Arquivo Municipal. Aos seus colaboradores agradeço a dedicação, a colaboração e a atenção prestadas.

Uma palavra de carinho para os meus colegas da Escola António Dias Simões, pelo apoio, pelo incentivo e pela amizade. Para todos o meu muito obrigado.

Por fim, a todos os amigos, colegas e outras pessoas que, de diferentes formas, acompanharam este meu percurso, o meu sincero agradecimento. Todos têm um lugar especial no meu coração.

Resumo

A presente dissertação investiga a evolução do desenvolvimento urbanístico de Ovar no período em que Manuel de Oliveira Arala e Costa presidiu ao município, entre 1866 e 1887, com o objetivo de compreender as modificações realizadas em prol do concelho ao longo desses vinte anos.

Depois de um enquadramento histórico relativo às duas décadas anteriores – fase em que ocorreu um alargamento territorial do concelho, o qual também beneficiou de melhoramentos vários que então se desenvolveram no país –, a análise incide na conquista do poder por Arala e Costa e, principalmente, nas transformações urbanísticas dinamizadas por esse político, cuja gestão empreendeu relevantes investimentos materiais no concelho de Ovar, enquadrados no espírito do fomento preconizado por Fontes Pereira de Melo.

A investigação sustenta-se em documentação diversa, desde logo em acervos do Arquivo Municipal de Ovar, com particular destaque para as atas das sessões da Câmara Municipal, mas também em fontes hemerográficas e outras fontes impressas.

A pesquisa documental, articulada com a leitura da literatura existente, permite compreender a extensão e natureza da obra de Arala e Costa, pautada pela aposta em investimentos em infraestruturas modernas e pelo equilíbrio orçamental. A sua ação estendeu-se a toda a área concelhia, embora com especial relevo na vila de Ovar, conferindo-lhe um dinamismo que permitiu valorizações subsequentes.

Palavras-chave: concelho de Ovar; Arala e Costa; gestão municipal; urbanismo; equipamentos públicos

Abstract

This dissertation investigates the evolution of urban development in Ovar during the period in which Manuel de Oliveira Arala e Costa presided over the municipality, between 1866 and 1887, with the aim of understanding the changes made for the benefit of the municipality throughout those twenty years.

After providing a historical overview of the previous two decades – a period marked by territorial expansion of the municipality, which also benefited from various improvements that were then taking place in the country – the analysis focuses on Arala e Costa's rise to power and, primarily, on the urban transformations promoted by this politician, whose administration undertook significant material investments in the municipality of Ovar, in line with the spirit of development advocated by Fontes Pereira de Melo.

The research is based on diverse documentation, primarily from the collections of the Ovar Municipal Archive, with particular emphasis on the minutes of the City Council sessions, but also on newspaper articles and other printed sources.

Documentary research, combined with an analysis of existing literature, allows us to understand the scope and nature of Arala e Costa's work, characterized by a commitment to investments in modern infrastructure and budgetary balance. His actions extended throughout the municipality, although with particular emphasis on its center, giving it a dynamism that enabled subsequent improvements.

Keywords: Ovar; Arala e Costa; municipal management; urban planning; public facilities

Introdução

Este trabalho incide nas transformações urbanísticas ocorridas na vila de Ovar, especificamente nas duas décadas da presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa, entre os anos de 1866 e 1887. Este foi um período de desenvolvimento e dinamização do concelho, durante o qual aquele político se revelou um autarca empreendedor, inspirado nas políticas “fontistas”, conseguindo elevar o concelho de Ovar a uma referência na região.

Porquê a escolha da presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa, e por que não o estudo de outra personalidade que se tenha destacado na história de Ovar?

Após o levantamento de fontes relacionadas com as obras realizadas na segunda metade do século XIX, focámos a nossa investigação nas duas décadas correspondentes à presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa, já que este protagonizou o período de maior dinamismo de Ovar, tendo identificado entraves que obstaculizavam o desenvolvimento económico da vila e, simultaneamente, promovido os investimentos materiais que catapultaram a vila na região.

De facto, durante a sua presidência, o espaço urbano da vila sofreu grandes alterações. Registamos algumas das obras mais importantes: a construção da rede viária, a canalização da água a partir de um manancial descoberto no lugar da Mãe de Água, a construção da escola Conde de Ferreira, a construção de um edifício para o teatro, a construção do mercado e a instalação da iluminação pública. Para a praia do Furadouro foi aprovado um plano urbano em quadrícula. Posteriormente, como deputado eleito à Câmara dos Deputados, empenhou-se no alargamento do concelho para Norte, por via da anexação das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz, então pertencentes ao concelho da Vila da Feira.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os principais resultados urbanísticos, económicos e sociais das sucessivas vereações presididas por Arala e Costa no concelho.

Para tal, foram enunciadas as seguintes questões de investigação, a que a presente dissertação pretende dar resposta. Quais foram as fontes de financiamento das transformações urbanísticas realizadas nas sucessivas presidências de Arala e Costa? Em

que medida a construção da rede viária era uma obra estruturante para o desenvolvimento económico da vila? Que resultados concretos foram alcançados pela obra de canalização da água no centro do concelho? Quais as razões que levaram a vereação owarensa a construir um mercado na zona central da vila? Quais foram as vantagens que advieram da iluminação pública na vila? A construção do novo edifício do teatro foi uma mais-valia para a comunidade owarensa? Por que razão foi aprovada para a praia do Furadouro uma planta em quadrícula? Que motivos estiveram na base do alargamento do concelho para Norte? Quais foram os impactos económicos e sociais da obra de Arala e Costa e em que medida trouxeram mais “qualidade de vida” à comunidade owarensa?

Partimos da análise da bibliografia existente com interesse para a pesquisa deste objeto de estudo. Dos autores que se debruçaram sobre a história local, não negligenciámos algumas obras antigas, como *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, de João Frederico Teixeira de Pinho, ou *Ovar: Biografias*, de António Simões Dias, tendo sido valorizados os estudos de Alberto Sousa Lamy: *Monografia de Ovar*, designadamente o 1.º volume – *Da Idade Média à República (1026-1910)*; *Datas da História de Ovar (922-2000)*; e *Dicionário da História de Ovar*, em 4 volumes.

Do ponto de visto teórico-metodológico, pudemos beneficiar da leitura de diversas dissertações de mestrado apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como *O Nascimento de um espaço urbano: Espinho no limiar do século XX*, de António Teixeira Lopes; *O Turismo em Ovar entre os anos de 1945-1960*, de Dulcídio Pereira Vaz Pinto; *A Evolução Urbana de Matosinhos (1890-1909)*, de Sandra Ferreira de Carvalho Nunes; e *Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)*, de Armando Manuel Barge Bouçon Ribeiro. Consultámos, também, os trabalhos *Higiene e desenvolvimento urbano. O Porto na transição entre os séculos XIX e XX*, de Stefani Braz André, dissertação de Mestrado Integrado de Arquitetura apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; *Ovar: memórias industriais de uma urbe*, de António Manuel França de Jesus, dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural apresentada na Universidade do Minho; e *Partir, Regressar e Investir. Uma abordagem didática sobre a*

emigração no século XIX português, de Leandro Correia, relatório de estágio do Mestrado em Ensino de História apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Relativamente ao espaço do Furadouro, destacam-se duas obras, a de Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Do Mar e da Terra. Palheiros e pescadores do Furadouro e Ovar* (2008) e a de José de Oliveira Neves, *A Pesca no Furadouro (1800-1955)* (2009).

A nível de enquadramento histórico nacional, algumas obras assumiram particular importância. Desde logo, o 5.º volume da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, intitulado *O Liberalismo (1807-1890)*, sob coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (1993), que abarca o período em apreço. Merecem destaque outros estudos, como os de Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926* (1998) e *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890* (1991); a obra coordenada por Maria Antonieta Cruz, *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas* (2009); ou os estudos de natureza biográfica, *D. Maria II*, de Maria de Fátima Bonifácio (2005), e *Fontes Pereira de Melo*, de Maria Filomena Mónica (2009).

Relativamente às fontes de arquivo utilizadas, demos especial relevo aos livros de atas das vereações existentes no Arquivo Municipal de Ovar, que providenciam informações essenciais à natureza desta pesquisa, como orçamentos municipais, obras lançadas a concurso, empréstimos efetuados pela vereação para a execução das obras, entre outras. No Arquivo Distrital de Aveiro, consultamos os livros de registo de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Ovar. Quanto a fontes hemerográficas, consultámos alguns jornais da época, dois diários da cidade do Porto, *A Folha Nova* e *O Primeiro de Janeiro*; um dos principais títulos da imprensa distrital, *O Campeão das Província*; e, necessariamente, jornais locais: *O Ovarense*, *O Povo de Ovar* e *A Discussão*. Entre outros aspetos, a imprensa periódica analisada forneceu dados para esclarecimento das forças políticas e das campanhas eleitorais no concelho, para além de outros acontecimentos locais, como o incêndio do Furadouro.

Se o acervo principal de fontes arquivísticas, isto é, as atas das vereações camarárias, foi objeto de uma análise intensiva de conteúdos, os periódicos

mencionados foram abordados de forma extensiva, privilegiando datas e eventos de maior significado histórico para o concelho em estudo.

Ao longo do nosso trabalho, pudemos beneficiar dos conselhos da Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira e do Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, orientadores da presente dissertação, que nos ajudaram a aprofundar a temática de estudo e a enriquecer a investigação.

1. Antecedentes: Ovar nas décadas de 1850 e 1860

A rainha D. Maria II visitou a vila de Ovar, nos dias 22 e 23 de maio de 1852, acompanhada pelo marido, o rei D. Fernando Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, por dois dos seus filhos e futuros monarcas, o príncipe D. Pedro e o infante D. Luís, além do séquito real liderado pelo mordomo-mor do reino, o duque de Saldanha¹.

Para receber dignamente a família real, a Câmara Municipal, presidida por Manuel Bernardino de Carvalho, contraiu um empréstimo de 2.375\$498 réis ao negociante de vinhos José de Oliveira Vinagre². O dinheiro serviu, essencialmente, para adaptar os Paços do Concelho a residência real, iluminar a Praça do Comércio, e para melhorar as duas principais vias de acesso à vila: a estrada que ligava a Praça do Comércio à Ponte Nova seguindo pela do Carvoeiro, por onde veio a comitiva real desde a cidade do Porto, e a estrada que ligava a Praça do Comércio ao Cais da Ribeira, porto da Ria de Aveiro, cais de embarque da família real para a cidade de Aveiro³.

O médico ovarense João Frederico Teixeira de Pinho (1818-1870), autor da obra *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, acompanhou a família real durante a visita à vila, deixando-nos a radiografia da freguesia e da sua população. Como escreveu, Ovar seria então uma vila com muita população, mas também com muitas carências:

Esta vila, tão populosa e pobre, mostrou aos seus Soberanos que não podia ombrear com as mais ricas povoações, mas que nenhuma delas a excedia em amor, fidelidade e respeito: ela fez quanto em si cabia para os obsequiar de boa vontade⁴.

Até 1852, o concelho de Ovar era constituído por uma só freguesia. Os habitantes da vila de Ovar viviam principalmente da pesca e da agricultura. A classe piscatória habitava em palheiros, isolada da restante população: “eles vivem em tribo separada, e raramente se misturam com outras classes, que olham desdenhosos”⁵.

1 Arquivo Municipal de Ovar (AMO) — *Livro dos Anais do Município de Ovar*, n.º 110, 1852-1854, fl. 3-5.

2 AMO — *Livro dos Anais do Município de Ovar*, n.º 110, 1852-1854, fl. 3-5.

3 AMO — *Livro dos Anais do Município de Ovar*, n.º 110, 1852-1854, fl. 3-5.

4 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 1959, p. 107.

5 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 84.

Em 28 de dezembro de 1852, a Câmara dos Deputados extinguiu o concelho de Pereira Jusã, anexando-o, com as freguesias de Válega e de S. Vicente, ao de Ovar⁶. A freguesia de Arada, pertencente ao concelho da Feira, seria anexada no ano seguinte a Ovar⁷, passando este concelho a ser constituído pelas freguesias de Ovar, Válega, S. Vicente e Arada. Mais tarde, após um longo contencioso com o concelho da Feira, acabariam por ser anexadas a Ovar, pela lei de 2 de julho de 1879, as freguesias de Esmoriz, Maceda e Cortegaça⁸.

Entretanto, em 23 de julho de 1852, a Câmara Municipal enviara à Câmara dos Deputados uma representação solicitando a elevação de Ovar a cabeça de comarca, uma antiga aspiração da população ovarense, que se queixava dos caminhos intransitáveis para Oliveira de Azeméis, principalmente durante o inverno. A petição seria aprovada a 31 de dezembro de 1853⁹. A 21 de fevereiro do ano seguinte tomava posse o primeiro juiz de direito, José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, e dois dias depois o primeiro delegado do procurador régio, Joaquim de Almeida Correia Leal¹⁰. Vale a pena referir ainda que, a 18 de dezembro de 1855, a Câmara Municipal solicitou ao subinspetor-geral dos correios, em Lisboa, o serviço de correio diário¹¹.

A freguesia de Ovar é cortada por dois rios, o da Senhora da Graça e o das Luzes, que confluíam a poente da capela da Senhora da Graça. Nas suas margens desenvolveram-se duas comunidades: a poente, a chamada Vila¹², com os edifícios

6 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 26-26v. Sessão extraordinária de 9 de fevereiro de 1853; *Diário do Governo*, n.º 196, de 22 de agosto de 1853.

7 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 65-65v. Auto de arrematação dos reais impostos no vinho maduro que se venderem na freguesia de Arada, 8 de fevereiro de 1854; *Diário do Governo*, n.º 4, de 5 de janeiro de 1854.

8 *Diário do Governo*, n.º 145, de 2 de julho de 1879.

9 AMO — *Livro dos Anais do Município de Ovar*, n.º 110, 1852-1854, fl. 3-5.

10 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar: Freguesias de São Cristóvão e de S. João de Ovar*. 2ª edição. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2001, vol. 1, p. 429-430.

11 AMO — *Livro de Registos*, n.º 115, fl. 119v-120: Em 18 de dezembro de 1855, a Câmara Municipal solicitou o serviço de correio diário na vila de Ovar: “além de ser muito populosa é comerciante, e por isso seus habitantes grandes prejuízos sofrem por falta de uma pronta correspondência com as povoações com quem comercia”.

12 Chamavam “Vila” ao território compreendido entre as pontes do Rio da Graça e os Paços do Concelho.

públicos e o centro económico; a nascente, o bairro da Arruela, berço da comunidade piscatória que dali desceu para a costa marítima¹³.

A freguesia estendia-se por um território extenso: a nascente entroncava na freguesia de Souto, pertencente ao concelho da Vila da Feira, a sul na freguesia de Válega, a norte na freguesia de Arada e a poente no grande areal da praia do Furadouro.

Em 1867, o governo fusionista (históricos e regeneradores) aprovou uma reforma administrativa que vigorou trinta e seis dias, de 10 de dezembro de 1867 a 14 de janeiro de 1868. O Código Administrativo da autoria de Martens Ferrão suprimiu o distrito de Aveiro. O concelho de Ovar foi integrado no distrito do Douro. A vereação municipal propôs a anexação ao concelho de Ovar de Espinho (lugar da freguesia de Anta) e das freguesias de Silvalde, de Paramos, de Esmoriz, de Cortegaça e de Maceda, localizadas a norte do caminho de ferro, pertencentes ao concelho da Vila da Feira. Do lado sul do concelho, a vereação propôs a anexação de Avanca, de Pardilhó e da Torreira pertencentes ao concelho de Estarreja e, do nascente, a freguesia de Souto pertencente ao concelho da Vila da Feira¹⁴. A formação do grande concelho idealizado pela vereação owarenses, de Espinho a Avanca, não chegou a ser aprovada pelo ministério presidido por Joaquim António de Aguiar. Apenas conseguiu anexar duas freguesias: Souto e Maceda, pertencentes ao concelho da Feira¹⁵.

A existência em Ovar de um mercado diário foi o foco primordial para as populações vizinhas procurarem a vila para comercializar os seus produtos, tecendo, a partir desta, uma rede comercial e afetiva com os concelhos limítrofes.

Segundo a sessão camarária de 8 de agosto de 1867, os produtores das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz procuravam a praça de Ovar para comercializar frutas e hortaliças e das últimas freguesias vinham também as cordas para as companhias de pesca.

Os de Souto, Pardilhó, Avanca e da praia da Torreira também comercializavam na praça. Os moradores de Avanca abasteciam-se nos açougues da vila. Os de Pardilhó

13 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História de Ovar*, p. 84-85.

14 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 102-104v. Sessão camarária de 8 de agosto de 1867.

15 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 2, p. 18.

vinham trabalhar nas mais diversas profissões, jornaleiros, lavradores, ferradores, padeiros, esteireiros, pescadores e apanhadores do moliço, muitos dos quais eram proprietários no lugar da Marinha. A praia da Torreira, até à desagregação da Gelfa, pertencera ao concelho de Ovar, sendo vontade da vereação voltar a anexá-la ao concelho¹⁶.

A primeira planta topográfica da vila de Ovar que conhecemos data dos finais do século XVIII¹⁷. Nela identificamos as ruas, largos, bairros e os diversos lugares que ressaltam, com nitidez, dos primeiros livros de registos paroquiais de S. Cristóvão de Ovar¹⁸.

Da Praça do Comércio, junto aos Paços do Concelho, da cadeia e da capela de Santo António irradiava a vida política e económica da vila. Na grande Praça convergiam quatro estradas. Uma seguia pela Rua da Fonte, até à Ponte Nova, dali continuando para a vila da Feira; outra seguia pela capela da Senhora da Graça, bairro de S. Pedro, Arruela, Largo da Poça e S. Miguel, ligando a vila com as freguesias de Válega e de S. Vicente. Quanto às duas restantes, principiavam na costa marítima, uma no Cais da Ribeira, extremo norte da Ria de Aveiro, porta giratória de pessoas e mercadorias para o sul do país e para outras povoações ribeirinhas; e a outra, não identificada na planta, era um caminho de areia que principiava no areal do Furadouro, passava pelo Carregal, Palheirinhos, Largo dos Campos, e terminava na Praça do Comércio, junto dos Paços do Concelho e da capela de Santo António.

Os pescadores “colonizaram” a costa do Furadouro no último quartel de Setecentos¹⁹, após a chegada a Ovar do francês João Pedro Mijoulle²⁰, vindo da Galiza²¹.

16 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 102-104v. Sessão camarária de 8 de agosto de 1867.

17 *Planta da Vila de Ovar, dos finais do século XVIII*. Reprodução da Biblioteca Municipal de Ovar.

18 ADA. Paroquiais. Ovar — *Livros de registos de batismos, casamentos e óbitos*, 1588-1911.

19 BASTOS, Manuel Pires — *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984. Em 1758, a praia do Furadouro não registava a presença de moradores, habitando na Torreira um morador e dois nas Areias em S. Jacinto, p. 29-36.

20 AMO — *Livro de Registos*, n.º 103, fl. 14-20. Registo da carta de privilégio de João Pedro Mijoulle, 27 de abril de 1776.

21 AMORIM, Inês — “Recursos marítimos e tecnologia no séc. XVIII – pesca, sal e moliço no litoral e na Ria de Aveiro”. In AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSWALD, Helena (org.) — *O Litoral em Perspectiva Histórica (séculos XVI a XVIII): Um ponto da situação historiográfica*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 47-57.

O empreendedor revolucionou o dia a dia da população owarenses, introduzindo na praia a arte xávega, a técnica da salga e a extração do óleo de peixe, edificando no areal a “fabrica do estrangeiro”. A “revolução industrial” produziu, na vila, uma nova classe social, os mercantéis, assim caracterizada por João Frederico Teixeira de Pinho:

Temos aqui uma classe de traficantes, chamados mercantéis, que compram quase toda a sardinha para vender por longes terras, sobretudo por Cima-Douro. Depois do mal das vinhas anda este negócio bastante arrastado, sendo dantes muito profícuo a esta Vila²².

Os pescadores, ao longo dos anos, construíram os seus palheiros no areal do Furadouro, em cachos, de forma desordenada, perto do espraiair das ondas, que ciclicamente derrubavam dezenas de palheiros, como escreveu João Frederico Teixeira de Pinho: “agora são numerosos, confusos e tão aproximados às águas que nos dias 23 e 25 do mês de setembro de 1863 o mar transpondo um pouco os seus limites arrebatou trinta e tantos, e um belo dia levará o resto”²³.

Em 1864, a pesca continuava a ser a principal atividade económica da vila, como referiu então o presidente da Câmara Municipal, João de Castro Corte Real:

Pelo presidente foi dito que sendo a principal indústria desta vila e quase única a da pesca que se exercia a 4 km dela, na costa do Furadouro, transportando-se dali não só o peixe para consumo e exportação, mas também grande quantidade de adubos para a agricultura²⁴.

22 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 81.

23 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p.83.

24 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 12v-13v. Sessão camarária de 28 de abril de 1864. Optou-se pela atualização da grafia nas transcrições documentais.

As atas da edilidade indicam que, entre os meses de maio e novembro, mais de metade da população mudava-se para a costa do Furadouro²⁵, de tal forma era importante a atividade piscatória local.

Segundo João Frederico Teixeira de Pinho, na freguesia existiam quinze fábricas de louça vermelha, que os produtores exportavam para mercados a mais de dez léguas, sete lojas de ourivesaria e algumas oficinas de ourives de prata. Por outro lado, a produção de bordados e de esteiras estava então em declínio²⁶. Registámos também a presença da indústria de carpintaria, favorecida pela abundância de madeira existente no imenso pinhal que murava a vila. A vereação, pela Quaresma, solicitava aos proprietários das carpintarias a limpeza das ruas por onde passassem as procissões.

Não obstante o alargamento da área do concelho e os melhoramentos que se verificaram nas décadas de 1850 e 1860, a população de Ovar decaiu neste período. No censo de 1864, a vila registava 2.796 fogos e 10.359 habitantes²⁷, sendo a mais populosa das 180 freguesias do distrito de Aveiro²⁸. Mas, 22 anos antes, na lista de fogos que acompanha o decreto de 5 de março de 1842²⁹, Ovar surgia com quase mais mil fogos, precisamente 3.790. A ter-se mantido o número médio de pessoas por fogo, a vila terá perdido mais de 3.500 habitantes.

Pelos anos de 1840, no distrito de Aveiro, nos campos de Angeja e do Baixo Vouga, foi introduzida a cultura do arroz, “abrindo valas, que deram escoante às águas estagnadas, e preparando os terrenos para esta nova gramínea, [que] veio porventura melhorar notavelmente a salubridade dos povos”³⁰. Nos anos seguintes, os campos de arroz estenderam-se pelo litoral do distrito. Na vila de Ovar, os agricultores destinaram à nova cultura as praias da Ilha, Loureiro, Juncal, Ilhotes, Moita e Boca do Rio, junto da

25 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 31-33. Sessão camarária de 28 de dezembro de 1964.

26 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 28.

27 PORTUGAL. Estatísticas de Portugal. População — *Censo no 2º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p. 13.

28 LAMY, Alberto Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 513.

29 SILVA, António Delgado da (compil.) — *Collecção Official de Legislação Portuguesa. Legislação de 1842 em diante*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, p. 74.

30 *Relatorio da Epidemia de Cholera-Morbus em Portugal*. Anos de 1855 e 1856. Feito pelo Conselho de Saúde Pública. Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 264.

desembocadura do Rio da Graça, na Ria de Aveiro. Segundo os autores do *Relatorio da Epidemia de Cholera Morbus em Portugal*, esses terrenos, situados nas terras baixas na margem esquerda do Rio da Graça,

não ofereciam condições naturais para a cultura do arroz, principalmente a água necessária para a irrigação dos arrozais. Sendo necessário represar a água, formando pântanos artificiais, provocando a doença da peste dos arrozais nos outonos de 1853 e 1854³¹.

Segundo a análise dos registos paroquiais, grassaram duas epidemias na vila de Ovar, entre 1847 e 1857. A primeira foi, precisamente, a dos arrozais, nas terras baixas da margem esquerda do Rio da Graça, durante os anos de 1847 a 1854. Como a taxa de mortalidade desses anos registava números elevados, em 1855, o Governo Civil proibiu a cultura do arroz, estendendo-se essa proibição, no ano seguinte, a todo o concelho³².

Segundo os livros de óbitos da paróquia de São Cristóvão de Ovar, na vila, entre os anos de 1846 e 1857, faleceram 4.133 pessoas, sendo a mortalidade particularmente elevada em 1854 e em 1855.

Nos anos de 1855 a 1857, grassou no concelho uma epidemia de cólera. Segundo o livro de óbitos da paróquia de Ovar, no ano de 1855 faleceram 634 pessoas; nos anos seguintes esses números diminuíram, só regressando ao número de óbitos de 1846 no ano de 1858, em que se registaram 201 mortes.

Mas, como alertava o abade da paróquia de São Cristóvão de Ovar, Manuel Barbosa Duarte Camossa, no livro de óbitos de 1855, sobre a grande mortandade da cólera-morbo, na vila de Ovar, os registos poderiam pecar por defeito:

Faleceram 634 que se lhe fez assento neste livro; mas além disso algumas haverá que não se deram parte, nem o pároco e curas puderam lançar no rol, por não

31 *Relatorio da Epidemia de Cholera-Morbus em Portugal*, p. 264.

32 AMO — Caixa n.º 572. Arroz 1852-1888.

saberem, nessa triste e lamentável época da cólera em que houveram dias de morrer aos quinze e mais³³.

Tabela nº 1 — Óbitos na Vila de Ovar, 1846-1858

Anos	N.º de óbitos
1846	202
1847	220
1848	269
1849	270
1850	259
1851	281
1852	265
1853	383
1854	587
1855	634
1856	327
1857	235
1858	201

Fonte: Arquivo Distrital de Aveiro, Paroquiais. Ovar — *Livros de registos de óbitos*, n.ºs 118 e 119.

Anos mais tarde, em 1871, o presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa, na correspondência enviada ao Governador Civil, lembrava a grande mortandade na vila, nos anos de maior produção de arroz.

33 Arquivo Distrital de Aveiro (ADA). Paroquiais. Ovar — *Livros de registos de óbitos*, n.º 119, fl. 210.

nos anos de 1853, 1854 e 1855 teve neste concelho grande incremento a sementeira dos arrozais, mas apesar dos lucros enormes destes, havia a mortandade horrorosa nas pessoas da câmara a ponto de fazer emigrar muita gente. E até o M. Juiz de direito [José Maria de Almeida] Queiroz [pai do escritor Eça de Queiroz], então magistrado nesta vila. A mortandade crescente progressivamente de ano a ano levou luto e terror a toda a povoação. Rara foi a família onde não entrasse a pandemia, havendo muitas casas que se fecharam completamente³⁴.

Embora a um ritmo menor, a população de Ovar continuou a decrescer até ao censo de 1878, que registou 2.681 fogos e 10.022 habitantes³⁵, só retomando a tendência de crescimento no período seguinte³⁶.

Desde o biénio de 1858-1859 presidia à Câmara Municipal João de Castro Corte Real, do Partido Histórico. Durante a sua presidência, em 8 de junho de 1863, seria inaugurada a linha do caminho de ferro entre Vila Nova de Gaia e Estarreja.

Por esses anos, as estradas de acesso à vila não eram as melhores, como refere Júlio Dinis em carta enviada à sua sobrinha, Ana Gomes Coelho, a 7 de maio de 1863, em vésperas da inauguração da ferrovia: “Cheguei a salvamento a esta terra, tendo engolido muito pó pelo caminho, petisco de que, nem por isso, fiquei gostando”³⁷. Numa outra carta, dirigida ao seu amigo Custódio Soares de Passos, o escritor referia-se ao estado das ruas da vila, que se transformavam em lamaçais intransitáveis quando chovia:

34 AMO — *Livro da Correspondência expedida*, n.º 27, fl. 64. Enviada ao Governo Civil de Aveiro em 8 de maio de 1871.

35 PORTUGAL. Estatística de Portugal. População — *Censo no 2º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p.18.

36 No censo de 1890, a freguesia de Ovar aparece com 2.767 fogos e 11.190 habitantes. PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Fazenda — *Censo da população do Reino de Portugal no 2º de Dezembro de 1890*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. 52.

37 Carta a Anita, 7 de maio de 1863. DINIS, Júlio — *Obras Completas*. Vol. 7: *Inéditos e Esparsos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 276. O escritor Júlio Dinis esteve na vila de Ovar entre maio e setembro de 1863, em casa da sua tia Rosa Zagalo Gomes Coelho.

O que seja Ovar em dias de chuva, e consequentemente o que seja a minha vida nesta vila, poderás tu facilmente julgá-lo [...]. O dia de quarta-feira e a noite passei-os eu verdadeiramente enclausurado, receando aventurar-me nos arquipélagos insidiosos em que se haviam transformado as ruas desta vila³⁸.

Por essa altura, a inauguração da estação ferroviária de Ovar, em 8 de junho de 1863, viria a tornar urgentes as obras de melhoramentos ou de construção de estradas da vila. Em 18 janeiro de 1864, por exemplo, o assunto foi debatido em reunião de vereação:

estando a câmara reunida com o Administrador do Concelho [...] deliberou a câmara [...] que precisava este município de ser ligado por uma estrada com a Vila de Estarreja, achando-se ligada com a Vila da Feira e em vésperas de ser com Oliveira [de Azeméis]. Na mesma deliberou a câmara que constando ter sido remetido para o governo o traçado da estrada desta vila para a estação do caminho de ferro sendo urgentíssima a sua construção e tendo o deputado por este círculo solicitado e conseguido muitas vezes melhoramentos importantes para este concelho [...], se lhe escrevesse pedindo que fizesse todo o possível para que a referida obra se começasse quanto antes³⁹.

Em 28 de abril de 1864, o presidente da Câmara Municipal, João de Castro Corte Real, enfrentou o problema da construção da estrada do areal à Praça do Comércio. Tendo em conta que a principal atividade da vila era a pesca, que se praticava a quatro quilómetros, na costa do Furadouro, propunha “que se construísse uma estrada que fosse desta vila ao Furadouro”⁴⁰. Para transportar o pescado para a Praça da Vila, os mercantéis utilizavam um trilho de areia, o que dificultava o transporte e atrasava o abastecimento às populações. Era premente a construção de duas estradas para

38 Carta a Custódio Passos, de 11 de maio de 1863. DINIS, Júlio — *Obras Completas*. Vol. 7: *Inéditos e Esparsos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 340-344.

39 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 8. Sessão camarária de 18 de janeiro de 1864.

40 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 13-13v. Sessão camarária de 28 de abril de 1864.

alavancar o desenvolvimento económico da vila. Uma estrada que ligasse o areal do Furadouro à Praça do Comércio, a segunda, da Praça do Comércio à estação do caminho de ferro.

Em 28 de dezembro de 1864, a vereação apresentou um ambicioso plano de construção de doze estradas para ligar a vila com os diversos lugares do concelho. No ano seguinte, em 5 de abril, o presidente João de Castro Corte Real apresentou a forma de financiamento, consistindo na venda da madeira do pinhal a nascente do caminho de ferro. Segundo a proposta, o pinhal seria dividido em vários lotes e, após a venda da madeira de cada um deles, a Câmara mandaria semear o respetivo terreno. Segundo a proposta apresentada pelo presidente João Corte Real, em poucos anos os investimentos em melhoramentos materiais estariam concluídos sem encargos para as finanças camarárias e o pinhal rejuvenescido⁴¹.

No dia 21 de abril, em sessão extraordinária, o conselho municipal e algumas “pessoas ilustradas” da vila aprovaram a venda dos pinhais por unanimidade⁴². Apoiada por uma maioria esclarecida, em 7 de maio, a Câmara Municipal deliberou a arrematação da madeira; dois vereadores que não estiveram presentes na sessão camarária do dia 21, o vice-presidente Bernardo Gama de Sousa e o vereador António Silvestre, manifestaram-se dias depois contra esta transação⁴³.

Como veremos adiante, a questão seria aproveitada pela oposição, liderada por Manuel de Oliveira Arala e Costa, na campanha eleitoral de 1865.

41 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 36-36v. Sessão camarária de 5 de abril de 1865.

42 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 36v. Sessão extraordinária de 21 de abril de 1865.

43 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 40v. Sessão camarária de 7 de maio de 1865. Na sessão camarária de 26 de abril, o vice-presidente Bernardo Maria da Gama e Sousa e o vereador António Gomes Silvestre afirmaram “que se estivessem presentes na sessão extraordinária de 21 do corrente em que se deliberou o corte e venda da madeira da estrumada votariam contra”.

2. A Presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa: as vicissitudes políticas

Manuel de Oliveira Arala e Costa nasceu a 25 de março de 1829, na Rua dos Maravalhas. Era descendente de uma das famílias mais abastadas da vila: filho do major Manuel de Oliveira Arala e de Ana Caetana do Bom Sucesso; neto paterno de José de Oliveira Arala e de Joana Rodrigues e materno do capitão-mor Domingos do Rosário Costa e de Maria Joana de Pinho⁴⁴.

Terminados os primeiros estudos, ingressou na Universidade de Coimbra, no curso de Direito, em 30 de outubro de 1844, concluindo a formatura a 23 de outubro de 1850⁴⁵, tendo regressado à vila de Ovar.

No ano seguinte, triunfava a Regeneração, um golpe militar liderado pelo duque de Saldanha⁴⁶. A 1 de maio, a rainha D. Maria II chamou o duque de Saldanha a formar o 20.º Governo Constitucional⁴⁷. E, em julho, Saldanha convidou António Maria Fontes Pereira de Melo para a pasta da Marinha, passando, a 21 de agosto, para a da Fazenda e, a 30 de agosto de 1852, para o recém-criado Ministério das Obras Públicas, onde iria marcar o ímpeto regenerador⁴⁸.

No preâmbulo do decreto de 30 de agosto de 1852, o ministro Fontes Pereira de Melo lembrava à soberana a necessidade de dotar o país de investimentos materiais.

A viação pública em Portugal carece de um grandíssimo desenvolvimento e exige um poderoso impulso. Quase sem estradas, sem canais e sem caminhos de ferro, deve este país a sua existência comercial anterior aos mares que banham o seu extremo litoral e aos rios que regam o seu território⁴⁹.

Os governos da Regeneração instalaram o caminho de ferro, abriram estradas e estenderam o telégrafo, aproximaram as populações dos centros produtivos e

44 ADA. Paroquiais de Ovar – *Livro de registos de batismos*, 1826-1829, fl. 225.

45 Arquivo da Universidade de Coimbra – Atos n.º 20, fl. 262v.

46 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – “A Regeneração e o seu significado”. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.121.

47 MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009, p. 18.

48 MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*, p. 23.

49 Citado por MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*, p. 30.

aumentaram a mobilidade de pessoas e bens. O programa político e económico apresentado pelo ministro Fontes Pereira de Melo ficou conhecido por *Fontismo*.

Segundo António Dias Simões, Manuel de Oliveira Arala e Costa “desde logo começou a interessar-se pelos negócios da política local, com o firme e louvável propósito de poder ser útil à sua terra”⁵⁰. A sua entrada na vida política ter-se-á dado em 1858, ano da tomada de posse de João de Castro Corte Real no cargo de presidente da Câmara Municipal de Ovar.

João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real Júnior nasceu em 6 de maio de 1823, em Lisboa, e casou, na Vila da Feira, em 2 de fevereiro de 1842, com Rita Augusta Cerqueira Monterroso. Em data que desconhecemos, veio viver para a vila de Ovar⁵¹.

João de Castro Corte Real foi eleito, como suplente, para o Tribunal da Polícia Correccional, em 18 de julho de 1855⁵². Em 2 de janeiro de 1856, Serafim de Oliveira Cardoso tomava posse como presidente da Câmara Municipal, tendo como vice-presidente António Joaquim Gomes da Silva⁵³. Nessa data, João de Castro Corte Real tomava posse como juiz de paz efetivo, para o biénio de 1856 a 1857⁵⁴.

Em 2 de janeiro de 1858, João de Castro Corte Real assumiu a presidência da Câmara Municipal, tendo como vice-presidente António Joaquim Gomes da Silva, e como vereadores Manuel Bernardino de Carvalho, José de Sousa Azevedo, José Rodrigues Casaco, Joaquim Manuel da Fonseca e Manuel Martins de Oliveira⁵⁵.

Como referido, a entrada de Manuel de Oliveira Arala e Costa na vida política ovarense terá ocorrido por essa altura. Nos meses de fevereiro e março, Manuel de

50 SIMÕES, António Dias – *Ovar: Biografias*, p. 175.

51 Segundo Alberto Lamy, a família Corte Real descende dos condes da Feira. Ao longo de várias gerações, os Corte Real ocuparam cargos de relevo nas Terras de Santa Maria. Na vila de Ovar encontramos registos do cargo de sargento-mor, além de registos de casamentos e de batismos desta família.

52 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 144-144v. Sessão camarária de 18 de julho de 1855.

53 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 162-162v-163. Sessão camarária de 2 de janeiro de 1856.

54 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 162-162v-163. Sessão camarária de 2 de janeiro de 1856.

55 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 84v-85v. Sessão camarária de 2 de janeiro de 1858.

Oliveira Arala e Costa apresentou à Câmara Municipal de Ovar dois requerimentos. Em 17 de fevereiro de 1858, pedia a suspensão de dois jornaleiros da guarda dos pinhais⁵⁶. E, em 31 de março de 1858, por falta de vereadores na sessão camarária, Arala e Costa não apresentou o requerimento⁵⁷.

Em 1 de janeiro de 1860, tiveram lugar as eleições para a Câmara dos Deputados. O círculo de Ovar compreendia o concelho de Ovar e as freguesias de Avanca e Pardilhó, ambas pertencentes ao concelho de Estarreja⁵⁸. Nesse círculo foi eleito deputado Francisco Joaquim da Costa e Silva⁵⁹, que derrotou o candidato da oposição António José de Ávila⁶⁰. Segundo António Dias Simões, Manuel de Oliveira Arala e Costa “trabalhou denodadamente pela candidatura de seu primo Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do visconde de Ovar”⁶¹.

Em 11 de maio de 1860, Manuel de Oliveira Arala e Costa foi eleito para o Tribunal de Polícia, mas discordou da composição da lista, por esta integrar elementos pertencentes à junta da paróquia. Para Arala e Costa, estes cidadãos não poderiam ser eleitos⁶². Em 27 de junho de 1860, Manuel de Oliveira Arala e Costa voltou a enfrentar João de Castro Corte Real, questionando a vereação histórica sobre as contas da gerência municipal.

Se o seu presidente já havia prestado contas dos anos da sua gerência municipal, no caso afirmativo, se declarasse, se as ditas contas haviam sido assinadas por todos os vereadores [...]. Que a Câmara lhe declarasse se havia autorizado o presidente da mesma para todos os atos, que ele naquela qualidade havia

56 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 90. Sessão camarária de 17 de fevereiro de 1858.

57 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 93v. Sessão camarária de 31 de março de 1858.

58 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*, Vol. I, p. 470.

59 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 6 de fevereiro de 1860, p. 50.

60 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*, Vol. I, p. 470.

61 SIMÕES, António Dias – *Ovar: Biografias*, p. 175-176.

62 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 161-161v. Sessão camarária de 11 de maio de 1860.

praticado, como mandar fazer obras de importância sem arrematação, dar e conceder cortes de pinheiros, [...] perdoar a uns e a outros não⁶³.

Em 4 de julho de 1860, João de Castro Corte Real informava que as contas do biénio de 1858 a 1859 não tinham sido aprovadas, dado que, por “afazeres da Câmara não houve encontro de datas”⁶⁴. As contas seriam aprovadas a 1 de agosto de 1860, apresentando um prejuízo de 126\$773 réis⁶⁵. No mesmo ano, Arala e Costa voltou a confrontar a vereação histórica, exigindo à comissão recenseadora a inscrição de 724 cidadãos, membros das companhias de pesca.

Após uma sequência de recursos, em 4 de setembro de 1861, esta querela terminaria com o registo dos nomes dos pescadores nos livros de recenseamento eleitoral⁶⁶.

Em 1863, o administrador do concelho e a comissão recenseadora abriram novo confronto político contra os irmãos Manuel de Oliveira Arala e Costa e Domingos Arala e Costa, pendência que só terminaria em 1865 por força da amnistia⁶⁷.

Em 15 de maio de 1865, nas eleições para a Câmara dos Deputados, João de Castro Corte Real foi derrotado por António José Bento da Rocha⁶⁸.

63 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 167-167v. Sessão camarária de 27 de junho de 1860.

64 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 171v. Sessão camarária de 4 de julho de 1860.

65 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 174-174v. Sessão camarária de 1 de agosto de 1860.

66 Em virtude do imposto do pescado, os elementos das companhias de pesca faziam parte dos cadernos eleitorais. Faziam parte da comissão recenseadora António José da Silva, António Manuel da Costa e Pinho, José Rodrigues Casaco, José de Sousa Azevedo, Manuel Bernardino de Carvalho, Joaquim Manuel da Fonseca Guerra e Manuel Augusto da Silva.

67 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*, Vol. I, p. 387.

68 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 11 de agosto de 1865, p.1850.

2.1. A conquista do poder local

Com as eleições marcadas para o mês de novembro de 1865, a oposição camarária começou a movimentar-se, nesse verão, utilizando a questão da venda dos pinhais como principal argumento contra a vereação do Partido Histórico.

Assim, em 25 de julho, um grupo de cidadãos apresentou um requerimento em “que pediam [que] se não vendessem os pinhais situados a nascente da via-férrea”. A proposta da suspensão da venda dos pinhais foi recusada pela vereação, com dois votos contra⁶⁹.

A oposição camarária, liderada por Manuel de Oliveira Arala e Costa, defendia a necessidade dos investimentos materiais para alavancar o desenvolvimento económico da vila. Segundo Arala e Costa, o financiamento deveria provir do orçamento camarário e de empréstimos contraídos junto de capitalistas locais.

A 27 de julho, dia anunciado para a arrematação dos pinheiros, a população da vila concentrou-se no lugar da Charneca. Arala e Costa liderou a manifestação e mobilizou os pescadores, afirmando, junto destes, que os pinhais tinham sido semeados para defender a vila dos ventos, evitando que fosse submersa pelas areias, e, além disso, os pescadores sempre haviam utilizado os pinhais como propriedade comum, abastecendo-se das agulhas e da lenha seca. Os pescadores, no pinhal, de forma violenta, contestaram a venda da madeira. O presidente João de Castro Corte Real foi perseguido, tendo ocorrido algumas desordens em frente da sua casa, na Rua da Fonte.

Veja-se a informação que o administrador do concelho, Francisco Pereira da Cunha e Costa, enviou para o Governo Civil, transcrita por Alberto Lamy:

No dia 27 de julho de 1865, anunciado para arrematação dos pinheiros, de certa porção dos pinhais municipais, pertencentes a esta freguesia de Ovar, achando-se presente o Presidente e alguns vereadores da Câmara Municipal deste concelho, no lugar respetivo da Charneca, para efeito daquela arrematação, aí concorreu uma grande porção de povo, pela maior parte miseráveis pescadores, clamando que não

69 AMO — *Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 46. Sessão camarária de 25 de julho de 1865.

fossem privados, da imemorial posse em que estavam de remediarem a sua fome, principalmente no tempo de inverno pela apanhadia de alguma caruma, rama seca e pinhas, dos referidos pinhais; o que tudo sendo por mim presenciado, para evitar algumas consequências desagradáveis, que pudessem dar-se, fiz com que a Câmara suspendesse, por enquanto aquela arrematação⁷⁰.

Francisco Pereira Cunha e Costa, apoiante do presidente João de Castro Corte Real desde a sua primeira tomada de posse, foi substituído no cargo de administrador do concelho pelo médico João Frederico Teixeira de Pinho. Após a sua demissão, Francisco Cunha e Costa aliou-se a Manuel de Oliveira Arala e Costa contra o presidente João de Castro Corte Real. Em 27 de dezembro de 1865, véspera da tomada de posse da nova vereação, o vice-presidente da Câmara Municipal, Bernardo Manuel da Gama e Sousa, solicitou um parecer ao Governo Civil sobre a forma de pagamento pelos serviços prestados por João Frederico Teixeira de Pinho.

Estando chegada a época de mandar fazer a folha dos empregados e havendo dúvida se ao cirurgião João Frederico Teixeira de Pinho se deve pagar o tempo que serviu interinamente como administrador visto não haver nesta repartição nenhuma parte oficial e bem assim no caso de se lhe pagar se deve ser com acumulação do ordenado de facultativo⁷¹.

O presidente João de Castro Corte Real faleceu em 12 de novembro de 1865⁷². Nessa data, o administrador do concelho, João Frederico Teixeira de Pinho, do Partido Histórico, assumiu a sua liderança e candidatou-se à presidência da Câmara Municipal de Ovar. As eleições camarárias realizaram-se em 26 de novembro de 1865⁷³, sendo

70 LAMY, Alberto Sousa — *Monografia de Ovar*. Vol. 1, p. 412-413. Informação do administrador (dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa) de 28 de julho de 1865.

71 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 1, doc. n.º 1.

72 ADA. Paroquiais. Ovar — *Livro de registos de óbitos*, n.º 126, fl. 47.

73 AMO — Caixa n.º 1311.

eleito presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa, que tomou posse em 2 de janeiro de 1866, tendo como vice-presidente José Ferreira de Araújo. Assumiram a função de vereadores Manuel Fernandes Leite, Francisco Ferreira da Silva, Manuel Fernandes da Silva Guimarães, José Narciso de Moraes Ferreira e José da Silva Figueiredo⁷⁴.

Manuel de Oliveira Arala e Costa presidiu à Câmara Municipal de Ovar de 2 de janeiro de 1866 a 2 de janeiro de 1887, integrando a sua ação autárquica no espírito regenerador.

2.2. As relações com a oposição e o poder central

Manuel de Oliveira Arala e Costa, ao longo da sua vida pública, foi um fervoroso adversário do Partido Histórico. A animosidade terá tido início na segunda metade da década de 1850. Para presidir à Câmara Municipal de Ovar, no biénio de 1858-1859, o Partido Histórico escolheu João de Castro Corte Real, em detrimento de Manuel de Oliveira Arala e Costa. Como lembrava António Dias Simões, após ter concluído a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra, Arala e Costa começou a movimentar-se nos corredores da política local, mas “faltava-lhe a esse tempo, a necessária influência, como ele próprio franca e lealmente o confessava”⁷⁵.

Em 2 de janeiro de 1858, João de Castro Corte Real assumiu a presidência da Câmara Municipal de Ovar⁷⁶ e, a partir dessa data, os confrontos políticos entre Arala e Costa e o Partido Histórico acentuaram-se até às eleições administrativas de 1865.

Recordamos alguns factos. Em 1 de janeiro de 1860 tiveram lugar as eleições para a Câmara dos Deputados e, no círculo de Ovar, foi eleito Francisco Joaquim da Costa e Silva⁷⁷ que contou com o apoio de Arala e Costa⁷⁸. Em 27 de junho de 1860, Manuel de Oliveira Arala e Costa questionou o presidente João de Castro Corte Real sobre as contas

74 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 57. Auto de posse dada aos vereadores que têm de servir no biénio de 1866 a 1867, 2 de janeiro de 1866.

75 SIMÕES, António Dias — *Ovar: Biografias*, p. 175.

76 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 84v-85v. Sessão camarária de 2 de janeiro de 1858.

77 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 6 de fevereiro de 1860, p. 50.

78 SIMÕES, António Dias — *Ovar: Biografias*, p. 175-176.

da gerência municipal⁷⁹. Nos meses seguintes, Arala e Costa voltou a enfrentar a vereação histórica, exigindo à comissão recenseadora a inscrição de 724 cidadãos, membros das companhias de pesca. Em 1863, estalou novo contencioso com o administrador do concelho e a comissão recenseadora, tendo o processo ficado concluído em 1865⁸⁰. Depois de alguns anos de confronto político entre as duas famílias políticas owarenses, Manuel de Oliveira Arala e Costa sentia-se preparado para defrontar o Partido Histórico nas urnas. O Partido Reformista e o Partido Histórico defendiam idêntica matriz de governação para o desenvolvimento da vila de Ovar, a maior divergência consistia na forma de financiamento das grandes obras municipais.

O ano de 1865 foi funesto para o Partido Histórico. Nesse ano realizaram-se dois atos eleitorais, as eleições para a Câmara dos Deputados e as eleições camarárias. Em 15 de maio de 1865, nas eleições para a Câmara dos Deputados, João de Castro Corte Real foi derrotado por António José da Rocha⁸¹. E, nas eleições camarárias de 26 de novembro de 1865, Arala e Costa foi eleito presidente da Câmara Municipal de Ovar, apeando o Partido Histórico.

Manuel de Oliveira Arala e Costa, nas duas décadas na presidência da Câmara Municipal, não encenou nenhuma aproximação ao Partido Histórico. Tal era a inimizade existente entre as duas famílias políticas owarenses que, com a assinatura do Pacto da Granja pelo Partido Reformista e pelo Partido Histórico, em 7 de setembro de 1876, o autarca não aderiu ao Partido Progressista.

Manuel de Oliveira Arala e Costa, ao longo da sua vida política, foi eleito por seis vezes para a Câmara dos Deputados. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 1868, Arala e Costa foi eleito deputado pelo Partido Reformista, pelo círculo de Ovar⁸². Nesse ato eleitoral, derrotou João Crisóstomo de Abreu e Sousa⁸³. Nessa legislatura,

79 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 28, fl. 167-167v. Sessão camarária de 27 de junho de 1860.

80 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*. Vol. I, p. 387.

81 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 11 de agosto de 1865, p. 1850.

82 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 24 de abril de 1868, p. 798.

83 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*. Vol. 2, p. 10.

subscreeveu a proposta de lei sobre o pescado⁸⁴ e integrou a Comissão de Pescarias⁸⁵. Nas eleições de 1869, a vila de Ovar passou a fazer parte do círculo eleitoral de Estarreja (n.º 33). Nessas eleições, Arala e Costa, candidato do Partido Reformista, foi derrotado por João Carlos de Assis Pereira de Melo, candidato do Partido Histórico⁸⁶.

Nas eleições de 18 de setembro de 1870, Arala e Costa não apresentou uma candidatura, apoiando Manuel Marques Pires, abade de Válega, candidato pelo Partido Reformista⁸⁷. E, nas eleições de 12 de julho de 1874, Arala e Costa apoiou o regenerador José Frederico Pereira da Costa⁸⁸.

Manuel de Oliveira Arala e Costa, entre 1869 e 1878, esteve afastado dos corredores da Câmara dos Deputados. Durante esses anos, o círculo eleitoral de Ovar integrou o círculo de Estarreja.

Em 1878, o Partido Regenerador e o Partido Progressista reintroduziram na vida política portuguesa o rotativismo (alternância no poder entre os dois partidos). O Partido Regenerador e o Partido Progressista seguiam uma linha distinta, mas comungavam do mesmo ideal, a estabilidade política e a defesa da Monarquia Constitucional.

Nas eleições de 1878, o círculo de Ovar recebeu as freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz, pertencentes ao concelho da Feira. Entre os anos de 1878 e 1884, Manuel de Oliveira Arala e Costa, em representação do Partido Regenerador, foi eleito em quatro eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 13 de outubro de 1878, Arala e Costa recolheu todos os votos, num total de 2.925⁸⁹. Nessa legislatura, integrou a Comissão dos Relatórios das Juntas Gerais⁹⁰, e teve início o

84 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 2 de maio de 1868, p. 881.

85 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 8 de maio de 1868, p. 954.

86 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 5.ª Sessão da Junta Preparatória de 30 de abril de 1869, p. 18.

87 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 18 de novembro de 1870, p. 160-170.

88 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 2.ª Sessão da Junta Preparatória em 5 de janeiro de 1875, p. 10.

89 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 5ª Sessão da Junta Preparatória em 9 de janeiro de 1879, p. 43.

90 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 3 de fevereiro de 1879, p. 293.

processo de anexação pelo concelho de Ovar das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda, anteriormente pertencentes ao concelho da Feira⁹¹. Nas eleições de 19 de outubro de 1879, Arala e Costa foi eleito com 2.371 votos⁹². Nas eleições de 21 de agosto de 1881, obteve 1.199 votos⁹³. Nessa legislatura, Arala e Costa integrou a Comissão da Administração Pública⁹⁴ e apresentou um projeto de lei para que a comarca de Ovar fosse elevada de segunda a primeira classe⁹⁵. Nas eleições de 29 de junho de 1884, Arala e Costa foi eleito com 1.271 votos⁹⁶.

Depois de uma ausência em dois atos eleitorais, Arala e Costa regressou à Câmara dos Deputados nas eleições de 1890, sendo o único cidadão votado, com 1.941 votos, número igual ao de votantes⁹⁷. Para tratar das eleições de 25 de novembro de 1900, Arala e Costa foi recebido por Ernesto Hintze Ribeiro e por alguns parlamentares, na Câmara dos Deputados, que carinhosamente o apelidaram de “velho marechal”⁹⁸. Nessa reunião, Arala e Costa acedeu ao pedido de um velho amigo, o conselheiro António de Azevedo Castelo Branco, “para consentir e patrocinar a eleição por Ovar do seu conterrâneo Albino Maria de Carvalho Moreira”, do Partido Regenerador⁹⁹.

Ao longo da sua vida pública, Manuel de Oliveira Arala e Costa foi um hábil estratega político. Como vimos, em várias eleições para a Câmara dos Deputados, apoiou candidatos do Partido Histórico/Progressista, em detrimento dos candidatos da sua família política, o Partido Regenerador.

91 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 12 de fevereiro de 1879, p. 424.

92 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 5ª Sessão da Junta Preparatória em 10 de janeiro de 1880, p. 23.

93 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 2ª Sessão da Junta Preparatória em 4 de janeiro de 1882, p. 6.

94 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 25 de janeiro de 1882, p. 122.

95 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 15 de fevereiro de 1882, p. 352.

96 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 4ª Sessão da Junta Preparatória em 20 de dezembro de 1884, p. 24.

97 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 6ª Sessão da Junta Preparatória em 30 de abril de 1890, p. 41.

98 SIMÕES, António Dias – *Ovar: Biografias*, p. 187-188.

99 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. 2ª Sessão Preparatória em 4 de janeiro de 1901, p. 1. SIMÕES, António Dias – *Ovar: Biografias*, p. 187-190.

Nas duas décadas que presidiu à Câmara Municipal de Ovar, Arala e Costa inspirou-se na doutrina “fontista”, que tão bem soube implantar no seu concelho, como lembrou, no voto de pesar, o deputado progressista Albano de Melo,

Falo em nome deste lado da Câmara [...]. A sua terra deve-lhe importantes serviços. [...] Arala e Costa desceu à sepultura sem uma condecoração, sem um emprego público, como raro acontece a homens políticos desta terra. [...] Honrou o seu partido, honrou o parlamento pela sua lealdade e dedicação e honrou a sua terra com os serviços que lhe prestou¹⁰⁰.

Manuel de Oliveira Arala e Costa defendeu, de forma intransigente, o progresso da vila de Ovar. A visão empreendedora do autarca, a localização geoestratégica da vila, os investimentos materiais que transformaram a vila, os debates parlamentares, as reuniões das comissões parlamentares, a batalha política em que se tornou o processo do alargamento do concelho, fizeram de Manuel de Oliveira Arala e Costa um político respeitado pelos seus pares no Parlamento e entre o povo da sua região.

100 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão noturna de 30 de abril de 1901, p. 7.

3. O desenvolvimento urbanístico de Ovar sob a presidência de Arala e Costa

A primeira obra realizada sob a presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa foi o desvio do Rio das Luzes que corria pela frente da capela da Nossa Senhora da Graça, futuro chão da estrada da Praça do Comércio à estação dos caminhos de ferro (atual Rua Elias Garcia). As obras de abertura do novo canal decorreram entre os dias 27 de agosto e 16 de outubro de 1866. Foi despendida em expropriações a quantia de 509\$890 réis e na abertura do canal a de 259\$070 réis por conta das Obras Públicas¹⁰¹.

Por proposta da Câmara Municipal, as terras retiradas do rio, também chamado da Madria, foram depositadas no antigo leito¹⁰².

Seguiram-se muitas outras obras, que iriam marcar a longa presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa na Câmara Municipal de Ovar, durante mais de duas décadas, identificando-se com o impulso regenerador dos governos da época, independentemente das vicissitudes da alternância política entre regeneradores e históricos (depois, progressistas).

A Câmara Municipal de Ovar, em 28 de dezembro de 1864, na presidência de João de Castro Corte Real, tinha aprovado a construção de doze estradas, para ligar a Praça do Comércio com os portos da Ria de Aveiro e os diversos lugares do concelho¹⁰³. Desde o seu primeiro mandato, Manuel de Oliveira Arala e Costa apostou na construção da rede viária, tendo em conta as oportunidades conferidas pela lei, como lembrava um ofício, muito elucidativo, enviado pela Câmara Municipal ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro, em 13 de janeiro de 1882. Recordava que na sua presidência tinha sido construída a primeira estrada no distrito de Aveiro, segundo a lei de 6 de junho de 1864.

101 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 21.

102 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 10v, ofício n.º 64. Enviado ao Governador Civil de Aveiro em 5 de setembro de 1866.

103 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 31-33. Sessão camarária de 28 de dezembro de 1864.

Foi esta Câmara a que primeiro no Distrito (não quero dizer no país), executou uma estrada, ou lanço dela, segundo a lei de 6 de junho de 1864. [...] levantou-a, e com esta Câmara, o primeiro engenheiro distrital Álvares Ribeiro¹⁰⁴.

Nas duas décadas na presidência da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa construiu uma rede de estradas. Ligou a Praça do Comércio com as todas as freguesias, à estação do caminho de ferro e aos portos da Ria de Aveiro.

3.1. Construção da rede viária

3.1.1. A estrada da Praça à Estação

Como referido, a Câmara de João de Castro Corte Real, em janeiro de 1864, já tinha começado a tratar do processo da construção da estrada da Praça do Comércio à estação do caminho de ferro, “constando ter sido remetido para o governo o traçado da estrada desta vila para a estação do caminho de ferro sendo urgentíssima a sua construção”¹⁰⁵. Porque a construção da estrada era de primordial importância para o comércio da vila, em 18 de maio de 1864, a vereação deslocou-se à “Estação para se avaliar o terreno preciso para a estrada daquele sítio para esta Vila”¹⁰⁶. Tratadas as avaliações, em 28 de dezembro de 1864, a vereação aprovou a construção da estrada da Praça do Comércio à estação do caminho de ferro, “devendo notar-se que nesta vila existe uma estação do caminho de ferro vindo todas as estradas a ter com ele uma relação direta ou indireta”¹⁰⁷. Desconhecemos o projeto apresentado pela vereação, mas ao longo do trajeto foram encontrados alguns obstáculos que atrasaram a construção da estrada. Foi necessário esperar dois anos, e por nova vereação. No estio de 1866, o presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa aprovou o desvio do Rio das

104 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 95-97v, ofício n.º 3. Enviado ao Presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 13 de janeiro de 1882.

105 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 8. Sessão camarária de 18 de janeiro de 1864.

106 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 14v. Sessão camarária de 18 de maio de 1864.

107 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 31-33. Sessão camarária de 28 de dezembro de 1864.

Luzes que corria em frente à capela da Senhora da Graça, para as hortas de baixo, na extensão de 230 metros¹⁰⁸. O leito do rio abandonado foi doado à Câmara Municipal, “para embelezamento da ponte e logradouro comum, no decurso do ano seguinte”¹⁰⁹. Ali próximo ficava a residência dos condes da Feira, conhecida pela designação de “castelo”, desabitada desde o ano de 1700. Tendo morrido o conde D. Fernando Forjaz Pereira e sua mulher sem deixarem descendentes, os bens da Casa, em 10 de fevereiro de 1708, passaram para a Coroa¹¹⁰. Em 1845, a residência fora doada à Câmara Municipal para nela instalar a escola pública e o quartel militar. Mas só em 1867, passadas duas décadas, o “castelo” seria demolido, para construir a escola do Conde Ferreira. Em 13 de setembro de 1868, Manuel Pereira da Fonseca Lopes, de S. Miguel, levou os entulhos para o leito do rio abandonado junto da capela da Senhora da Graça¹¹¹. No mesmo dia, Manuel de Oliveira Ramos prontificou-se a construir uma parede de suporte e uma escada no leito abandonado, por 30\$000 réis¹¹². Segundo os registos dos estatutos da Irmandade da Nossa Senhora da Graça de 15 de dezembro de 1867, a estrada da Praça para a estação do caminho de ferro estava construída¹¹³. Concluída a estrada, em parte entre pinhais, no orçamento para o ano de 1873-1874, a vereação deliberou iluminar a estrada da Praça do Comércio e a estação do caminho de ferro, pois “o viajante que chega de noite à estação não vê por onde tem de ir, nem para onde”¹¹⁴. Em 21 de julho de 1880, a vereação propôs a sua classificação como estrada

108 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 21.

109 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 21.

110 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 21.

111 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 140v. Sessão camarária de 13 de setembro de 1868. Auto de arrematação do desaterro do castelo, 13 de setembro de 1868.

112 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 141. Auto de arrematação da parede no leito abandonado do rio da Senhora da Graça, por 30\$000 réis, 13 de setembro de 1868.

113 *Registo dos Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Graça, legalmente erecta nesta freguesia de Ovar no ano de 1867*, fl. 34-34v

114 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 291v-292v. Sessão camarária de 25 de julho de 1873. Orçamento suplementar para o ano económico de 1873-1874.

distrital¹¹⁵. E, em 16 de julho de 1883, a vereação apresentou um regulamento para disciplinar o trânsito junto da estação do caminho de ferro¹¹⁶.

3.1.2. A estrada da Ruela

Em 29 de julho de 1866, o presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa alterou a ordem da construção das estradas aprovadas pela vereação de João de Castro Corte Real, priorizando a construção da Rua da Ruela, da capela da Senhora da Graça à capela de S. Miguel, na extensão de um quilómetro. Na perspetiva da vereação owarenses, a estrada estava “em tal estado de ruína que mais valia a estrada não estar calçada e tem de ser comum às estradas de Válega e Santa Luzia”¹¹⁷. A circulação ao longo da rua era de tal forma difícil que a vereação lembrava que “em alguns sítios” só era praticável “ir a cavalo, sendo impossível andar em carro”¹¹⁸.

Aprovado o projeto e o orçamento da estrada da Ruela pela vereação camarária, os documentos foram enviados para a Comissão de Viação¹¹⁹.

A Câmara Municipal arrematou a construção da estrada da Ruela na presença do diretor das Obras Públicas, Silvério Augusto Pereira da Silva, no dia 31 de julho de 1867, a Manuel de Oliveira Severino, por 997\$000 réis¹²⁰. E, em 6 de outubro de 1867, a Câmara arrematou a obra da ponte do Rio da Luzes, junto da capela da Senhora da Graça, com as suas avenidas e o embelezamento do espaço, a Francisco António de Amaral, da freguesia de Salreu, por 2.500\$000 réis¹²¹.

115 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 211-212. Sessão camarária de 21 de julho de 1880.

116 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 117v, ofício n.º 53. Enviado ao delegado régio da Comarca de Ovar em 16 de julho de 1883.

117 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 75v. Sessão camarária de 17 de julho de 1866.

118 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 20v, ofício n.º 34. Enviado ao Governador Civil de Aveiro em 12 de maio de 1867.

119 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 22, registo n.º 44. Enviado ao Governador Civil do Distrito de Aveiro em 2 de julho de 1867.

120 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 101. Auto de arrematação da estrada da Ruela, 31 de julho de 1867.

121 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 109v-110. Auto de arrematação da ponte das Luzes e avenidas, 6 de outubro de 1867.

Em 12 de novembro de 1868, o diretor das Obras Públicas entregou à Câmara Municipal a estrada da Ruela¹²². Em 23 de novembro de 1868, a vereação aprovou o aformoseamento do Largo da Poça. Nessa data, João de Matos, da Rua do Pinheiro, comprometeu-se a realizar as obras do aterro do Largo, nas condições de “ter a altura precisa para que as águas corram para as valetas das estradas e ficando o terreno abaulado”, pelo valor de 6\$600 réis¹²³, e, também, com a construção do aqueduto na viela fronteira, por 58\$455 réis¹²⁴. Concluídas as obras, a Câmara Municipal, em 24 de maio de 1869, recebeu do governo um subsídio de 1.150\$442 réis¹²⁵.

3.1.3. A estrada concelhia de S. Miguel a S. Vicente

Em 29 de julho de 1866, a vereação camarária aprovou a construção de duas estradas para ligar a vila de Ovar com as freguesias de S. Vicente e de Válega¹²⁶. No ano seguinte, em 13 de junho de 1867, a vereação enviou ao diretor das Obras Públicas os respetivos traçados¹²⁷. A obra começou em 9 de março de 1869, com a construção do lanço de estrada do cruzeiro da capela de S. Miguel até a um ponto comum para a bifurcação das duas estradas; a estrada de S. Vicente de Pereira, classificada de 1.ª classe e a estrada de Válega, classificada de 2.ª classe¹²⁸.

122 AMO — *Correspondência recebida*, Caixa n.º 159. Direcção das Obras Públicas do Distrito de Aveiro. Repartição das Obras Públicas n.º 259. Aveiro, 19 de novembro de 1868.

123 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 148v. Auto de arrematação do aterro do Largo da Poça, 23 de novembro de 1868.

124 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 149v. Sessão camarária de 23 de outubro de 1868.

125 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 40, ofício n.º 30. Enviado ao Governador Civil do Distrito de Aveiro em 24 de maio de 1869.

126 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 77-78v. Sessão camarária de 29 de julho de 1866.

127 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 21v, ofício n.º 42. Enviado ao Diretor das Obras Publicas em 13 de junho de 1867.

128 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 39v, ofício n.º 24. Enviado ao Governador Civil do Distrito de Aveiro em 5 de maio de 1869. *Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 156. Sessão camarária de 9 de março de 1869.

A Câmara Municipal arrematou a estrada de S. Miguel a S. Vicente, em 4 de julho de 1869, a Manuel José de Carvalho, casado, pedreiro, do lugar do Monte, da freguesia de Ul, por 5.195\$000 réis¹²⁹.

Durante as obras, a Câmara expropriou alguns terrenos¹³⁰, propôs alterações ao traçado e reconstruiu a ponte de Guilhovai¹³¹, recebendo donativos dos moradores locais, que ultrapassaram 1.000\$000 réis¹³². E, de João Rodrigues de Oliveira Santos, natural de S. Vicente, que fora emigrante no Brasil, aceitou, em 9 de setembro de 1869, um empréstimo de 5.000\$000 réis, sem juros, com a condição da Câmara Municipal pagar anualmente metade da verba votada no orçamento para as estradas de 3ª ordem e mais 400\$000 réis tirados da receita geral¹³³.

João Rodrigues de Oliveira Santos regressara ao país no dia 24 de março de 1869¹³⁴, como brasileiro de torna viagem, com projetos para desenvolver a sua freguesia. Além do já referido empréstimo à Câmara Municipal para a construção da estrada concelhia, na sua freguesia, construiu com o irmão António Gomes de Oliveira Santos, uma fábrica de chapéus de feltros e lã, a *Chapelaria a Vapor Santos & Irmão*, inaugurada em 1873. Para a instrução pública ofereceu duas escolas, uma feminina, inaugurada em 1888, e outra masculina, inaugurada no ano seguinte¹³⁵.

A estrada de S. Vicente viria a ser classificada, em 28 de janeiro de 1870, como municipal de 2.ª classe¹³⁶. Durante o processo de construção deste troço viário, a

129 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 166v-167. Auto de arrematação da construção da estrada de S. Vicente por 5.159\$000, 4 de julho de 1869.

130 AMO — *Livro de Registos*, 116, fl. 44, ofício n.º 69. Enviado ao Governador Civil do Distrito de Aveiro em 9 de dezembro de 1869.

131 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 49v, ofício, n.º 20. Enviado ao governador civil do Distrito de Aveiro, em 8 de abril de 1870.

132 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 156. Sessão camarária de 9 de março de 1869.

133 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 173-174v. Sessão camarária de 9 de setembro de 1869.

134 CORREIA, Leandro Emanuel Gomes — *Partir, Regressar e Investir. Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português*. Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017, p. 71.

135 CORREIA, Leandro Emanuel Gomes — *Partir, Regressar e Investir*, p. 119.

136 AMO — *Livro de actas da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 187. Sessão camarária de 28 de janeiro de 1870.

Câmara esclarecia a Comissão Distrital sobre o avanço dos trabalhos. Em 31 de outubro de 1871, as obras andavam na proximidade da capela de S. Geraldo¹³⁷.

Para concluir a estrada, no orçamento de 1872 a 1873 a vereação inscreveu a verba de 300\$000 réis¹³⁸. E, no orçamento de 1874 a 1875, a Câmara Municipal saldava o resto da dívida a João Rodrigues de Oliveira Santos, no valor de 700 réis¹³⁹.

Terminada a estrada na capela de S. Geraldo, em 23 de dezembro de 1876, a vereação propôs continuar a construção da estrada até ao limite do concelho, na extensão de 1.500 metros¹⁴⁰. Em 29 de julho de 1877, António José Pinto Godinho, casado, mestre de obras, do lugar de Faria de Baixo, freguesia de Cucujães, comprometeu-se a construir o lanço da estrada por 1.689\$000 réis¹⁴¹. Em 16 de outubro de 1879, a Câmara Municipal recebeu a estrada “provisoriamente”, devendo ao arrematante os dez por cento que ficaram em depósito¹⁴², no valor de 176\$240 réis¹⁴³.

3.1.4. A estrada de S. Miguel à Igreja de Válega

Durante os anos da construção da estrada da Ruela, a vereação de Manuel de Oliveira Arala e Costa interveio na edificação, restauro e conservação das pontes da freguesia de Válega, começando, em 25 de agosto de 1867, com a reparação da ponte do Real, entregue a José Morais Ferreira pelo valor de 30\$600 réis¹⁴⁴. Em 29 de setembro seguinte, a Câmara Municipal entregou a António Pereira da Silva, da Espinha de Válega,

137 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 230v-231. Sessão camarária de 13 de outubro de 1871.

138 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 240v-245. Sessão camarária de 2 de abril de 1872. Orçamento geral para o ano económico de 1872 a 1873.

139 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 291v-293v. Orçamento geral para o ano económico de 1874 a 1875, 25 de julho de 1873.

140 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 62v. Sessão camarária de 23 de dezembro de 1876.

141 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 90v-91. Auto de arrematação da variante da estrada de S. Vicente com a variante, por 1.689\$000 réis, 29 de julho de 1877.

142 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 184-188v. Orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano de 1880, 16 de outubro de 1879.

143 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 217v-218v. Cópia do segundo orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano de 1880, 16 de junho de 1880.

144 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal*, n.º 29, fl. 109v. Auto da arrematação da compostura da Ponte de Válega, 25 de agosto de 1867.

a construção da ponte do Rabaçal da Granja por 13\$500 réis¹⁴⁵. No mesmo dia, Manuel Andrade, da Areosa de Souto, prontificou-se a construir a ponte da igreja de Válega, por 380\$000 réis¹⁴⁶. A Câmara Municipal arrematou a estrada do cruzeiro da capela de S. Miguel à igreja de Válega, em 4 de julho de 1869, a Francisco António do Amaral Cirne, de Salreu, por 3.400\$000 réis¹⁴⁷. A estrada de Válega viria a ser classificada, em 28 de janeiro de 1870, como municipal de 2.ª classe¹⁴⁸. Em 10 de fevereiro de 1870, parte da caixa da estrada estava pronta para receber o empedrado¹⁴⁹. E, em 13 de julho de 1871, António do Amaral Cirne entregou à Câmara Municipal o troço de estrada já finalizado¹⁵⁰.

Em 18 de outubro de 1876, o engenheiro distrital, António Ferreira Araújo e Silva, propôs continuar a construção da estrada até ao limite do concelho (Avanca), aproximando os lugares de Candosa, Torre e Seixo de Baixo, bem como o arranjo da ponte da igreja¹⁵¹. O lanço de estrada da igreja de Válega ao limite do concelho, projeto do engenheiro João Honorato da Fonseca Regala, na extensão de 1.581,44 metros, viria a ser arrematada em 28 de julho de 1878, por Joaquim Soares Costa, do lugar de Gavião, da freguesia de Castelões, de Cambra, por 6.600\$000 réis¹⁵². Em 16 de maio de 1879, a vereação propôs à Junta Geral que a estrada da capela da Senhora da Graça ao limite do Concelho, Avanca, fosse classificada como estrada distrital¹⁵³.

145 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 110v. Auto de arrematação da construção da ponte do Rabaçal da Granja, 13 de outubro de 1867.

146 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 111. Auto de arrematação da ponte da igreja de Válega, 13 de outubro de 1867.

147 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 174v. Auto de arrematação da estrada de Válega, 4 de julho de 1869.

148 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 187. Sessão camarária de 28 de janeiro de 1870.

149 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 48, ofício n.º 10. Enviado ao governador civil de Aveiro em 10 de fevereiro de 1870.

150 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 70v. Enviado ao governador civil de Aveiro em 13 de julho de 1871.

151 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 50. Sessão camarária de 18 de outubro de 1876.

152 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 115v. Sessão camarária de 28 de julho de 1878. Auto de arrematação do lanço da estrada da igreja de Válega ao limite do concelho, 28 de julho de 1878.

153 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 141v. Sessão camarária de 16 de maio de 1879.

Em 23 de agosto de 1880, a vereação mandou construir uns aquedutos para passagem de água¹⁵⁴. Terminada a obra, no orçamento de 1881, a Câmara pagou ao arrematante, incluindo os aumentos 2.214\$515¹⁵⁵.

Em 6 de julho de 1881, a estrada da capela da Senhora da Graça ao limite do concelho, Avanca, passou a integrar a estrada distrital n.º 27 A¹⁵⁶.

3.1.5. A estrada do Puchadouro a Pintim

A Câmara Municipal, em 27 de setembro de 1868, entregou a construção da ponte de Passô a Manuel José de Carvalho, por 236\$000 réis¹⁵⁷. Andando as obras da estrada de S. Miguel à igreja de Válega, nas proximidades da dita igreja, em 31 de outubro de 1871, a vereação propôs a construção do troço da estrada de Souto (junto da igreja) a Passô, da estrada do Puchadouro, porto da Ria de Aveiro, a Pintim, extremo da freguesia com S. Martinho da Gândara, concelho de Oliveira de Azeméis¹⁵⁸. Uma vez que a Câmara Municipal, por estes anos, dirigiu as verbas do orçamento para o abastecimento da água à vila, a vereação, em 7 de maio de 1877, relembra a necessidade da construção da estrada do Puchadouro a Pintim, considerada importantíssima para a freguesia de Válega e para o concelho de Oliveira de Azeméis¹⁵⁹. Finalmente, em 28 de julho de 1878, a Câmara Municipal entregou a construção da estrada de Souto (junto da igreja) a Passô, numa extensão de 2.819,11 metros, a António Francisco da Costa, do lugar de Saldão, freguesia de Águeda, por 2.800\$000 réis¹⁶⁰. Em 25 de fevereiro de 1880, Francisco

154 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 67v, ofício n.º 65. Enviado ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 23 de agosto de 1880.

155 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 265-273. Orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano de 1881, 6 de maio de 1881.

156 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 89v, ofício n.º 71. Enviado ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 6 de julho de 1881.

157 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 141v-142. Auto da arrematação da construção da ponte de Passô, 27 de setembro de 1868.

158 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 229v-230. Sessão camarária de 13 de outubro de 1871.

159 AMO — *Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 69. Sessão camarária de 7 de maio de 1877.

160 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 116. Auto de arrematação do lanço de estrada do Puchadouro a Pintim, 28 de julho de 1878.

Pereira da Silva, do lugar de Vale d'Água, de Válega, comprometeu-se a construir um pontão em Porto Laboso, por 14\$250 réis¹⁶¹.

Pelo orçamento de 1882, quando as obras da estrada andavam junto da ponte de Passô, a vereação propôs construir os últimos 1.170,40 metros, que a separavam do limite do concelho, confinando com a freguesia de S. Martinho da Gândara, do concelho de Oliveira de Azeméis¹⁶². Segundo a vereação camarária, a estrada era reclamada pelos povos deste concelho e do concelho limítrofe.

Em 29 de setembro de 1883, por dificuldades do arrematante em concluir a obra, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponibilizou operários e os materiais necessários para o arrematante concluir a estrada de Passô ao limite do concelho¹⁶³. Para cantoneiro da estrada, em 3 de março de 1885, a vereação nomeou Tomás António Pereira, casado, da Corga do Sul¹⁶⁴.

Para concluir a estrada da Ribeira do Puchadouro a Passô, a Câmara Municipal, em 24 de abril de 1886, apresentou o projeto e o orçamento para a feitura do lanço de estrada da Ribeira do Puchadouro à igreja de Válega, na extensão de 3.650,80 metros, no valor de 8.150\$000 réis¹⁶⁵.

3.1.6. A estrada da Praça do Comércio ao areal do Furadouro

A Câmara, em 28 de dezembro de 1864, na presidência de João de Castro Corte Real, aprovou a construção da estrada da Praça do Comércio ao Furadouro com uma extensão de 4.375m e era “de areia solta desde a Rua das Almas até à costa”¹⁶⁶. No

161 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 197-197v. Auto de arrematação de um pontão em Porto Laboso (Válega), 25 de fevereiro de 1880.

162 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 1v-7. Orçamento da receita e despesa da câmara municipal do concelho de Ovar para o ano de 1882. Ovar, 23 de setembro de 1881.

163 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 120, ofício n.º 67. Enviado ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em 29 de setembro de 1883.

164 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 140v, ofício n.º 27. Enviado ao juiz de Direito da Comarca de Ovar em 3 de março de 1885.

165 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 239v. Sessão camarária de 24 de abril de 1886.

166 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 31-33. Sessão camarária de 28 de dezembro de 1864.

entanto, foi necessário esperar pela presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa para construir essa.

Em 26 de maio de 1867, António de Sousa comprometeu-se a construir a ponte do Carregal por 180\$000 réis¹⁶⁷.

Para a construção da estrada, em 2 de dezembro de 1867, a Câmara recebeu do governo um adiantamento de 6.000\$000 réis¹⁶⁸. Com essa verba, a vereação camarária pagou a expropriação de um terreno, no valor de 73\$000 réis¹⁶⁹, e construiu a estrada da Rua das Almas até ao Carregal¹⁷⁰. No Largo dos Campos, António de Sousa, casado, estucador da Poça, construiu um aqueduto, na extensão de 22,30 metros, por 23\$000 réis¹⁷¹. O metro cúbico do torrão oscilava entre os valores de 250 e 280 réis¹⁷². Terminada a primeira fase da estrada no Carregal, em 8 de novembro de 1869, a Câmara Municipal aprovou a continuação da estrada do Carregal ao Furadouro¹⁷³. Para construir a segunda fase da estrada do mar, em 20 de maio de 1870, a Câmara Municipal aprovou um empréstimo de 3.000\$000 réis¹⁷⁴. Entrado o dinheiro nos cofres municipais, em 17 de julho de 1870, Francisco António do Amaral Cirne, de Salreu, comprometeu-se a construir a estrada do Carregal ao Furadouro por 3.348\$000 réis¹⁷⁵.

Andando as obras junto do areal do Furadouro, a vereação aprovou a construção da terceira fase da estrada do mar. Em 23 de junho de 1873, a vereação solicitou ao engenheiro distrital os estudos para construir a estrada da Rua das Almas à Praça do

167 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 92v. Auto de arrematação da construção da ponte do Carregal, 26 de maio de 1867.

168 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 113v. Sessão camarária de 2 de dezembro de 1867.

169 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 162v-163. Orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal do concelho de Ovar. Ovar, 14 de abril de 1869.

170 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 39v, ofício n.º 25. Enviado ao governador civil de Aveiro em 5 de maio de 1869.

171 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 169v. Sessão camarária de 8 de agosto de 1869.

172 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 43, ofício n.º 43. Enviado ao governador civil de Aveiro em 14 de setembro de 1869.

173 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 181v-182. Sessão extraordinária de 8 de novembro de 1869.

174 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 191. Sessão camarária de 20 de maio de 1870.

175 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 201. Auto de arrematação da estrada do Furadouro por 3.348\$000, 17 de julho de 1870.

Comércio¹⁷⁶, na extensão de 490,07m¹⁷⁷. Em 19 de outubro de 1873, António Pereira, carpinteiro do Lamarão, comprometeu-se a construir a estrada por 550\$000 réis¹⁷⁸.

Terminada a estrada da Praça do Comércio ao Furadouro, a Câmara Municipal recebeu um subsídio do governo, no valor de 756\$387 réis¹⁷⁹. E, em 23 de abril de 1883, a vereação municipal apresentou o projeto e orçamento para a construção dos ramais no Furadouro¹⁸⁰. Concluídos os ramais¹⁸¹, em 15 de fevereiro de 1884, a Câmara Municipal recebeu a estrada da Praça do Comércio ao Furadouro, provisoriamente, da Comissão Distrital¹⁸².

3.1.7. A estrada de Ovar a Arada

A Câmara Municipal começou a tratar da ligação da vila de Ovar com a freguesia de Arada a através da reparação da ponte nova. Em 16 de agosto de 1868, João de Matos, da Rua do Pinheiro, comprometeu-se a consertar a ponte por 19\$900 réis¹⁸³. E, em 8 de outubro de 1868, António Pereira da Silva comprometeu-se a construir a ponte do Serrado, no Sobral, por 13\$150 réis e a calçetar os caminhos da Ponte Nova e os da Ponte Readada, por 70 réis o metro¹⁸⁴. Na sessão camarária de 23 de dezembro de 1876, a vereação aprovou a construção de duas estradas de terceira ordem na freguesia de

176 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 87. Enviado ao governador civil de Aveiro em 23 de junho de 1873.

177 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 92. Enviado ao governador civil de Aveiro em 5 de março de 1874.

178 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 296. Auto de arrematação da estrada da Praça ao Areal, 19 de outubro de 1873.

179 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 111v-116v. Orçamento da receita e despesa da câmara municipal do concelho de Ovar para o ano de 1884, 5 de outubro de 1883.

180 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 112v, ofício n.º 25. Enviado ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 23 de abril de 1883.

181 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 125, ofício n.º 9. Enviado ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 23 de janeiro de 1884.

182 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 129v. Sessão camarária de 15 de fevereiro de 1884.

183 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 137. Auto de arrematação do conserto da ponte nova, 16 de agosto de 1868.

184 AMO — *Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 146. Auto de arrematação da ponte do Serrado, por 13\$159 réis e a fatura das calçadas a 70 réis o metro, 8 de outubro de 1868.

Arada: a estrada da Murteira à igreja de Arada e a estrada da capela da Nossa Senhora do Desterro a entroncar na distrital n.º 27, no sítio das Quintas de Baixo¹⁸⁵.

Em 20 de janeiro de 1877, José Fernandes dos Santos, natural da freguesia de Travanca, mas residente em Ovar, comprometeu-se a construir a estrada da capela da Nossa Senhora do Desterro ao entroncamento da estrada distrital n.º 27, no sítio das Quintas de Baixo, por 1.000\$000 réis¹⁸⁶, e, em 29 de julho de 1877, a estrada da Murteira ao princípio do Outeiral, por 600\$000 réis¹⁸⁷.

Terminada a estrada da capela da Nossa Senhora do Desterro no entroncamento da estrada distrital n.º 27, a vereação, em 7 de fevereiro de 1878, propôs continuar a estrada até à igreja de Arada¹⁸⁸. A Câmara Municipal, em 8 de setembro de 1879, entregou a sua construção a João Gomes Inácio, do lugar do Outeiro do Rio, da freguesia de Travanca, por 1.492\$000 réis¹⁸⁹. Terminada a estrada na igreja Matriz de Arada, a Câmara Municipal aguardava um subsídio do governo¹⁹⁰, e a entrega da estrada pelo engenheiro distrital¹⁹¹.

Para completar a rede de estradas na freguesia, a vereação camarária, em 9 de outubro de 1885, aprovou a continuação da estrada da igreja de Arada à Murteira¹⁹². E, em 24 de setembro de 1886, a vereação aprovou o projeto de construção da estrada

185 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 62v. Sessão camarária de 23 de dezembro de 1876.

186 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 64. Auto de arrematação do lanço d' estrada, em Arada, a começar em Nossa Senhora do Desterro e a entroncar na estrada distrital n.º 27, no sítio das Quintas de Baixo, por 1.000\$000 réis, 20 de janeiro de 1877.

187 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 91v. Auto de arrematação do lanço d' estrada Arada, compreendido entre a Murteira e o princípio do Outeiral, por 600\$000 réis, 29 de julho de 1877.

188 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 103. Sessão camarária de 7 de fevereiro de 1878.

189 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 160v-161. Auto de arrematação do lanço da estrada da Nossa Senhora do Desterro à Igreja de Arada, 8 de setembro de 1879.

190 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 72, ofício n.º 85. Enviado ao diretor das Obras Públicas de Aveiro em 8 de outubro de 1880.

191 AMO — *Livro de Registos*, n.º 117, fl. 89, ofício, n.º 68. Enviado ao presidente da Comissão Distrital de Aveiro em 29 de junho de 1881.

192 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 217v-221. Orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano económico de 1886, 9 de outubro de 1885.

municipal de 3.ª ordem e 2.ª classe, do Outeiral à igreja Matriz, na extensão de 1.908,73m, no valor de 4.550\$000 réis¹⁹³.

3.1.8. A estrada de Ovar a Esmoriz

As freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz, pertencentes ao concelho da Feira, foram anexadas ao concelho de Ovar, por carta de lei de 21 de junho de 1879. A vereação municipal comprometeu-se com as populações a “ligar aquelas freguesias por meio duma estrada com a cabeça do Concelho, melhoramento ardentemente desejado por aqueles povos e de grande vantagem e utilidade para este município”¹⁹⁴. Em 6 de junho de 1879, a estrada da Bandeira a Ovar foi classificada como distrital de 2.ª ordem¹⁹⁵. Para iniciar as obras, a Câmara Municipal, no primeiro orçamento suplementar, em 13 de agosto de 1879, inscreveu a quantia de 460\$089 réis¹⁹⁶. No mês seguinte, em 14 de setembro de 1879, Manuel Marques da Silva, do Monte, comprometeu-se a construir a ponte do Mourão por 43\$500 réis¹⁹⁷.

Em 24 de julho de 1880, o engenheiro distrital apresentava o projeto da construção da estrada de Ovar a Esmoriz¹⁹⁸. Para financiar a construção da estrada, em 24 de setembro de 1880, dois negociantes da praça de Ovar, José de Oliveira Vinagre e Manuel de Oliveira Barbosa, emprestaram à Câmara Municipal 2.000\$000 réis com juros de 5%¹⁹⁹. Realizado o empréstimo, em 9 de dezembro de 1880, a vereação aprovou a construção da ponte de S. Geraldo, em Maceda, e a construção da estrada da

193 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 257-257v. Sessão camarária de 24 de setembro de 1886.

194 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 148v. Sessão camarária de 6 de junho de 1879.

195 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 148v. Sessão camarária de 6 de junho de 1879.

196 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, 157v-158v. Primeiro orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar de 1 de julho a 31 de dezembro de 1879, 13 de agosto de 1879.

197 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, 161v. Auto de arrematação da ponte do Mourão em Cortegaça, 14 de setembro de 1879.

198 AMO — *Livro de Registos* n.º 117, fl. 64. Enviado ao presidente da Comissão Executiva de Aveiro em 24 de julho de 1880.

199 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 297-297v. Auto de empréstimo de 2.000\$000, 24 de setembro de 1880.

Carvalheira a Cortegaça²⁰⁰. Dias depois, em 26 de dezembro de 1880, a vereação “adaptou a planta, projeto e orçamento do lanço de estrada de Maceda à Carvalheira, da estrada de Ovar a Esmoriz e bem assim as da Ponte de S. Geraldo de Maceda”²⁰¹.

Para ligar a freguesia de Maceda com a vila de Ovar, em 18 de abril de 1884, a Câmara pôs em arrematação 16.846,20 metros de pinhal municipal, da Ponte Nova à Carvalheira de Maceda, por 25 réis o metro quadrado²⁰². A madeira do pinhal municipal foi vendida por 421\$115 réis²⁰³.

Quando, em 2 de janeiro de 1887, Arala e Costa foi substituído na presidência da Câmara Municipal de Ovar, o projeto da construção da rede de estradas, aprovado em 28 de dezembro de 1864 e reformulado em 29 de julho de 1866, estava quase concluído. Na freguesia de Válega, faltava finalizar o lanço de estrada do Puchadouro, porto da Ria de Aveiro, à igreja de Válega, na freguesia de Arada, bem como o lanço de estrada do Outeiral à igreja matriz. E da estrada de Ovar a Esmoriz restava concluir o lanço de estrada da Ponte Nova à freguesia de Maceda.

3.2. A canalização da água

Ao longo do século XIX, nas principais cidades europeias grassaram várias epidemias que provocaram grande mortandade. Para combater esses flagelos, os cientistas identificaram a importância da higiene e da saúde pública na melhoria da qualidade de vida das populações. Desta forma, as cidades mais populosas da Europa iniciaram o abastecimento de água aos centros urbanos.

Na cidade do Porto, para combater o flagelo das epidemias, os autarcas aprovaram um sistema de distribuição de água, no sentido de melhorar a higiene e salubridade da sua população.

200 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 237. Sessão camarária de 9 de dezembro de 1880.

201 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 249. Sessão camarária de 26 de dezembro de 1880.

202 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 126-126v. Sessão camarária de 18 de abril de 1884.

203 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, 138v-139.

Terceiro orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano de 1884, 9 de maio de 1884.

Segundo o “Anuário das Águas de França”, de 1851, a água seria própria para consumo se fosse “pura, límpida, de sabor fresco sem ser desagradável, nem salgada nem adocicada, sem cheiro, com poucas matérias estranhas, com bastante ar em dissolução, dissolvendo o sabão sem fazer grumos e cozendo bem os legumes”²⁰⁴.

A água que abastecia a vila de Ovar provinha de fontes públicas existentes ao longo do tecido urbano e de poços particulares²⁰⁵. Em 14 de julho de 1863, o Conselho de Distrito recomendava à Câmara Municipal presidida por João de Castro Corte Real um esforço financeiro na procura de uma nascente de água para abastecer a população da vila.

Deslembra-se completamente outros melhoramentos de grande alcance, ou de mais urgente necessidade [...], e sobretudo o abastecimento de águas, que é a primeira necessidade da população da vila de Ovar para que o Conselho chama a especial atenção da Câmara atual e das futuras²⁰⁶.

Uma década depois, em 27 de junho de 1874, o presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa informou a descoberta de um “sub-manancial de água pura à distância de 2.300 metros do centro da vila, junto do lugar do Sobral, ao lado da estrada n.º 27 de Ovar ao Carvoeiro”²⁰⁷. Feitas as respetivas análises pelos facultativos do partido, estes acharam as águas puras e potáveis²⁰⁸. Dias depois, o engenheiro distrital, António Ferreira Araújo e Silva, apresentou os estudos para canalizar a água para a vila, no valor de 4.800\$000 réis. Dado que a Câmara não possuía fundos para a obra, propôs contrair

204 ANDRÉ, Stefani Braz – *Higiene e desenvolvimento Urbano. O Porto na transição entre os séculos XIX e XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado Integrado de Arquitetura. p. 61.

205 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

206 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 1v-2v. Cópia do acórdão n.º 133 proferido pelo Conselho de Distrito em sessão de 14 de julho de 1863.

207 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

208 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

um empréstimo de 5.000\$000 réis, pagando juros a 5% e fazendo amortizações anuais²⁰⁹.

As obras da canalização da água tiveram início em 3 de julho de 1874. Nessa data, António Oliveira da Graça, casado, negociante das Ribas, prontificou-se a fornecer o metro cúbico da cal para as obras do encanamento das águas por 3\$550 réis²¹⁰.

Para financiar a obra, em 31 de julho de 1874, dois comerciantes da praça da vila, José de Oliveira Vinagre, casado, negociante do Picoto, e Manuel de Oliveira Barbosa, casado, negociante das Ribas, comprometeram-se a emprestar os 5.000\$000 réis, com juros de 5% ao ano²¹¹.

Entrado o dinheiro em cofre, a Câmara pôs em arrematação a compra de diversos matérias para iniciar a obra do encanamento das águas. Em 4 de agosto de 1874, Manuel Rodrigues Valente, casado, lavrador do Outeiro, prontificou-se a fornecer o saibro, por 290 réis o metro cúbico²¹²; José da Silva Bento, casado, pedreiro do Ferral, comprometeu-se a fornecer as pias de pedra, com o diâmetro de sessenta e cinco centímetros e altura de cinquenta centímetros, pelo valor de 950 réis²¹³; José Luís Pinto, casado, pedreiro do Grandal de Fiães, prontificou-se a fornecer o capeamento por 220\$000 réis o metro, de grossura dez centímetros e de comprimento entre os quarenta e setenta centímetros²¹⁴, e José Fernandes, casado, pedreiro da estrada de Travanca, disponibilizou-se para fornecer a pedra, pelo valor de 400\$000 réis o metro cúbico²¹⁵.

Havendo necessidade de construir uma instalação, junto da mina, para o purificador do encanamento das águas, em 7 de abril de 1875, José Resende da Silva, da

209 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 315v. Sessão camarária de 27 de junho de 1874.

210 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 316v-317. Auto de arrematação do fornecimento da cal para o encanamento das águas, 19 de julho de 1874.

211 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 317-317v. Sessão camarária de 31 de julho de 1874.

212 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 318. Auto de arrematação do fornecimento do saibro para o encanamento das águas, 4 de agosto de 1874.

213 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 317v. Auto de arrematação do fornecimento das pias de pedra para o encanamento das águas, 4 de agosto de 1874.

214 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 318v. Auto de arrematação do fornecimento do capeamento para o encanamento das águas, 4 de agosto de 1874.

215 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 319. Auto do fornecimento da pedra para o encanamento das águas, 4 de agosto de 1874.

Agoncida, comprometeu-se a fornecer a cantaria, pelo valor de 12\$000 réis o metro cúbico²¹⁶. E, no mesmo dia comprometeu-se a fornecer a cantaria para as capas ou testas para as pias do encanamento das águas, por 9\$000 réis o metro cúbico²¹⁷. Em 28 de maio de 1875, o mestre pedreiro Sebastião José Ferreira, casado, do lugar da Espinheira, S. Martinho da Gândara, comprometeu-se a abrir cada pia de pedra, fornecida pela Câmara Municipal, por 800 réis²¹⁸.

As obras do encanamento das águas seguiram em bom ritmo. Em 29 de maio de 1875, a Câmara pôs em arrematação a perfuração da mina, na Mãe de Água, na qual compareceu Manuel José da Silva Torres, casado, de Madail, que se disponibilizou a executar os trabalhos por 3\$000 réis o metro²¹⁹.

A construção da artéria principal aproximava-se do centro da vila. Não havendo fundos para continuar as obras e construir os chafarizes, em 1 de outubro de 1875, dois comerciantes, José de Oliveira Vinagre e Manuel de Oliveira Barbosa, emprestaram 3.000\$000 réis, com juros a 4 por cento²²⁰.

Entrado o dinheiro no cofre municipal, em 10 de outubro de 1875, a Câmara pôs em arrematação dois chafarizes, um no lugar da Ponte Nova e o segundo na Rua do Outeiro. António Pereira, morador em Aveiro, comprometeu-se a construí-los por 106\$000 réis²²¹.

No ano seguinte, em 2 de março de 1876, o engenheiro distrital, António Araújo e Silva, ofereceu à Câmara Municipal a planta do chafariz principal, assim como escolheu o lugar para a sua localização no centro da vila, na convergência de cinco ruas, junto dos

216 AMO — *Livro de actas da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 335. Auto de arrematação do fornecimento da cantaria para a casa do purificador do encanamento das águas em 7 de abril de 1875.

217 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 335v. Auto de arrematação das capas ou testas para as pias do encanamento das águas, 7 de abril de 1875.

218 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 336. Auto de arrematação da abertura das pedras para a formação das pias para o encanamento das águas, 28 de maio de 1875.

219 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 337-337v. Auto de arrematação da perfuração da nova mina, 29 de maio de 1875.

220 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 18. Sessão camarária de 1 de outubro de 1875.

221 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 23. Auto de arrematação dos chafarizes da rua do Outeiro e da Ponte Nova por 106\$000 réis, 10 de outubro de 1875, lavrada a arrematação em 18 de janeiro de 1876.

Paços do Concelho e da casa dos tribunais²²². Em 12 de março seguinte, a Câmara pôs em arrematação dois chafarizes, o chafariz principal por 839\$000 réis e o do Largo dos Campos por 270\$000 réis. António Pereira, morador em Aveiro, comprometeu-se a construí-los em seis meses²²³.

Todas estas obras estão concluídas desde a origem até à praça principal, centro da vila, trata-se atualmente dos chafarizes e suas pequenas ramificações. Dois estão prontos de cantaria aparelhada e vão ser assentes [Ponte Nova e Outeiro] e outros dois estão em vias de execução [chafariz principal e Campos]. Todas estas obras foram devidamente arrematadas²²⁴.

Dada a dificuldade de conseguir peças inteiriças para a feitura do chafariz principal, o engenheiro aceitou que algumas peças fossem produzidas em duas metades²²⁵.

Para construir o chafariz principal, a Câmara Municipal expropriou uma casa no centro da vila, na confluência de cinco ruas, propriedade da família Teixeira de Pinho. Segundo a vereação owarens, “o desaparecimento desta casa dá origem a um magnífico largo para a colocação do chafariz principal. Fica assim otimamente situado tendo nada menos que cinco ruas convergentes”²²⁶. Descontentes com a sentença, os proprietários da habitação, Rita Rosa Teixeira de Pinho, viúva, a filha Maria Lúcia Fonseca e o marido Manuel Álvares Martins Fonseca, recorreram para o Governo Civil²²⁷. A Câmara

222 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 24. Sessão camarária de 8 de março de 1876.

223 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 25v-26. Auto de arrematação do chafariz principal pela quantia 839\$000 e do chafariz do Largo dos Campos pela quantia de 270\$000, 12 de março de 1876.

224 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

225 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 25v-26. Auto de arrematação do Chafariz Principal pela quantia de 839\$000 e do Chafariz do Largo dos Campos pela quantia de 270\$000 réis, 12 de março de 1876.

226 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

227 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

Municipal, numa longa missiva, expôs ao administrador do concelho as principais razões para a expropriação da casa da Rua da Graça:

A falta absoluta no centro da vila de Ovar de um único chafariz com as condições que a higiene, salubridade e comodidade públicas aconselham levou este município a empreender o abastecimento geral de águas. [...] De entre os chafarizes há um que pela sua posição central, aproximação das repartições públicas e funções que tem a exercer merece menção especial [...]. O desaparecimento desta casa dá origem a um magnífico largo para a colocação do chafariz principal [...]. O prédio é pouco importante limitando-se a uma casa parte de um andar, parte térreo e um pátio [...]. Sujeito à lei das proporções foi necessário procurar local que preencha os fins convenientes. Dos atuais largos perto da casa dos tribunais e paços municipais, nenhum preenche o fim²²⁸.

A residência seria louvada em 2.800\$000 réis²²⁹. Como a Câmara Municipal não possuía o dinheiro exigido pelo tribunal para pagar a expropriação, em 8 de setembro de 1876, José de Oliveira Vinagre compareceu na reunião camarária declarando “por si e em nome do segundo mutuante Manuel de Oliveira Barbosa, que prescindiam do juro do dinheiro que emprestaram para o depósito excedente a 2.000\$000 réis, última prestação do empréstimo autorizado”²³⁰.

Garantidos os fundos para pagar a expropriação, a Câmara Municipal pôs em arrematação os materiais da casa da família Teixeira de Pinho. Em 5 de outubro de 1876,

228 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 33-35. Sessão camarária de 2 de maio de 1876.

229 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 48v. Sessão camarária de 4 de setembro de 1876.

230 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 49. Sessão camarária de 8 de setembro de 1876.

José Marques dos Santos, viúvo, esteireiro, da Rua Direita das Ribas, ofereceu pelos materiais da casa 200\$000 réis²³¹.

Por esses dias, a artéria principal parara no centro da vila. No orçamento geral para o ano económico de 1877 a 1878, a vereação owarensse lembrava o andamento da construção dos quatro chafarizes: o chafariz da Ponte Nova e o do Outeiro estavam assentes, faltava concluir o assentamento do chafariz principal e o do largo dos Campos²³².

Finalmente, em 8 de julho de 1877²³³, o chafariz principal, obra do engenheiro distrital António Araújo e Silva, foi inaugurado na presença de 28 individualidades, que deixaram o seu nome no livro de atas das sessões da Câmara Municipal.

Ao longo dos 2.300 metros, a distância que separa o lugar do Sobral do centro da vila, a Câmara da presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa construiu quatro chafarizes para servir uma população de 10.374 habitantes. Para que não faltasse água nos chafarizes em tempos de seca prolongada, em 5 de janeiro de 1878, a Câmara propôs continuar a perfuração da mina entre os cinquenta e os cem metros. Domingos Lizarriturri, solteiro, espanhol, residente em Vila Nova de Gaia, comprometeu-se a perfurar a mina, por 6\$000 réis o metro linear²³⁴.

3.3. A construção do mercado

Com uma localização estratégica, a vila de Ovar manteve relações privilegiadas com outras terras da região, ao longo dos tempos. A localização do cais da Ribeira, porto da Ria de Aveiro, porta giratória de pessoas e bens com as terras do Sul, permitiu a

231 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 32-32v. Auto de arrematação de todos os materiais da casa expropriada a D. Rita Rosa Teixeira de Pinho e outros sita no cruzeiro da Graça desta vila, 5 de outubro de 1876.

232 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 71-77v. Orçamento geral da receita e despesa da Câmara Municipal do Concelho de Ovar para o ano económico de 1877 a 1878, 31 de março de 1877.

233 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 82-82v. Auto da inauguração do chafariz principal, sem registo do dia da inauguração. LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 2, p. 62.

234 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 102. Auto de arrematação da continuação da perfuração da mina para o encanamento de águas, 5 de janeiro de 1878.

formação de uma rede de transações comerciais entre os povos ribeirinhos e os povos do interior. Como vimos anteriormente, na freguesia de Ovar existia uma indústria de louça vermelha, lojas de ourivesaria, oficinas de ourives de prata, além da indústria de carpintaria, favorecida pela abundância de madeira existente no imenso pinhal que murava a freguesia.

Os Paços do Concelho estavam localizados na parte nascente da Praça do Comércio de onde partia uma estrada para o cais da Ribeira. Perante o grande movimento de pessoas e bens que cruzavam a vila, na segunda metade do século XIX, desenvolveram-se diversos mercados tradicionais. No amplo Largo de S. Tomé (atual Praça das Galinhas), após a demolição da degradada capela de S. Tomé, em 1844, existia um mercado onde se transacionavam diversos produtos: aves, louça vermelha e preta, caixas de madeira de pinho, ferragens e artefactos de canastreiro²³⁵. Em 1863, aquando da estadia de Júlio Dinis na vila de Ovar, havia um mercado de peixe no Largo dos Campos. Em 14 de abril de 1869, a vereação aprovou “para conserto de calçadas e levantamento da de Santa Catarina e conclusão da praça de peixe”, a verba de 209\$200 réis²³⁶. Anualmente, nos sábados e domingos do mês de novembro, realizava-se também uma feira de porcos no Largo dos Campos²³⁷. No Largo de S. Miguel, decorria, no dia 29 de cada mês, uma tradicional feira de gado (bois e bestas)²³⁸.

Na segunda metade do século XIX, verificou-se uma concentração crescente das atividades comerciais no centro da vila, na Praça do Comércio (atual Praça da República). Terminada a requalificação da praça, a edilidade autorizou o uso desse espaço pelo comércio aos sábados e aos domingos. Anos mais tarde, perante o aumento da procura pelos moradores da vila e das regiões vizinhas, a vereação owarenses passou a licenciar a venda diária na Praça do Comércio. As sete lojas construídas na arcada dos Paços do

235 PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 1959, p. 27.

236 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 175-180. Orçamento geral da receita e despesa da Câmara Municipal do concelho de Ovar para o ano económico de 1869 a 1870, 14 de abril de 1869.

237 PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 27.

238 PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 25-26.

Concelho foram destinadas à venda de fazendas sortidas²³⁹. Na presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa, em 1873, a Praça do Comércio foi ensaibrada²⁴⁰.

Em 1869, a Câmara Municipal iniciou a construção de um mercado para a venda de hortaliças, na parte alta, em terrenos da cerca dos antigos Paços dos Condes da Feira, onde já decorriam obras de construção de uma escola paga com dinheiros da herança do Conde de Ferreira.

As primeiras obras realizadas foram de consolidação do espaço. Em 24 de outubro de 1869, José Fernandes, casado, pedreiro, da freguesia de Travanca, comprometeu-se com os “melhoramentos do sítio do castelo”, pelo valor de 208\$000 réis²⁴¹.

Para a construção das barracas e a colocação de uma grade no mercado, em 26 de março de 1870, a vereação aprovou a verba de 200\$000 réis²⁴². Em 21 de outubro de 1870, António de Sousa, casado, estucador da Poça, comprometeu-se a fazer os trabalhos, conforme as condições e a planta respetiva, pela quantia de 230\$000 réis²⁴³. No 2.º orçamento suplementar, a vereação, para liquidar os trabalhos, inscreveu 50\$000 réis²⁴⁴.

Terminada a construção do mercado, a vereação pensou na sua funcionalidade, com a colocação de umas escadas para facilitar a acessibilidade ao interior e a colocação de um portão. Para a realização destes trabalhos, no orçamento de 1874 a 1875, a vereação aprovou a verba de 80\$000 réis para os melhoramentos “na praça do castelo”²⁴⁵. E, no ano seguinte, em 9 de junho de 1875, a vereação arrematou o

239 PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 25.

240 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 294-294v. Auto de arrematação do ensaibramento das praças e alamedas por 125\$000 réis, 5 de outubro de 1873.

241 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 181-181v. Auto de arrematação do melhoramento do Largo do Castelo, por 208\$000 réis, 24 de outubro de 1869.

242 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 195-198v. Orçamento geral para o ano económico de 1870 a 1871, 26 de março de 1870.

243 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 207. Arrematação da grade do castelo, 21 de outubro de 1870.

244 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 222v-223v. 2.º Orçamento suplementar para o ano de 1870 a 1871, 2 de março de 1871.

245 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 306-311. Orçamento geral para o ano económico de 1874 a 1875, 2 de abril de 1874.

fornecimento da cantaria e dos vasos para o portão da praça nova²⁴⁶. Concluída a construção do mercado, em 24 de agosto de 1875, a vereação liquidou o resto do custo das obras, no valor de 60\$000 réis²⁴⁷.

Nos anos seguintes, o mercado de Ovar prolongava-se ao longo do eixo viário Praça Nova (Rua do Cruzeiro da Graça), Largo de S. Tomé e Praça do Comércio.

3.4. A iluminação pública

A Câmara Municipal de Ovar começou a tratar da iluminação das ruas da vila em 1873. Por essa altura, a Câmara Municipal de Lisboa andava a substituir os candeeiros a gás pelos de eletricidade. A vereação ovarense, conhecedora desse investimento na capital, enviou, em 26 de abril de 1873, um ofício à Câmara de Lisboa, pedindo a oferta de candeeiros para iluminar as ruas da vila de Ovar,

constando a esta Câmara que a dessa cidade tem cedido generosamente candeeiros da antiga iluminação pública, sendo necessário iluminar algumas ruas desta vila [solicitamos que nos] sejam cedidos 100²⁴⁸.

A resposta, quase imediata, da Câmara Municipal de Lisboa, em 1 de maio de 1873, foi dececionante. Já não tinha nenhum candeeiro da antiga iluminação da capital²⁴⁹. O presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa não desistiu da vontade de iluminar a vila de Ovar. No orçamento suplementar para o ano de 1873 a 1874, a vereação aprovou a verba de 200\$000 réis para iluminar “a estrada da estação até à praça”, uma vez que, como atrás mencionámos, essa estrutura viária era em parte

246 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 338. Sessão camarária de 9 de junho de 1875. Auto de arrematação do fornecimento de cantaria e vasos para o portão da praça nova.

247 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 15v-17v. Orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano económico de 1875 a 1876, 24 de agosto de 1875.

248 AMO — *Livro de Registos*, n.º 116, fl. 85v. Ofício enviado para a Câmara Municipal de Lisboa. Ovar, 26 de abril de 1873.

249 *Arquivo Municipal de Lisboa*, 2.ª Série, n.º 53, maio 1873. Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa. Sessão do dia 1 de Maio de 1873. Correspondência e Deliberações. Ata enviada pelo Dr. Nuno Campos, Técnico Superior/História da Câmara Municipal de Lisboa. (DMR/DPC/DAM/AML-AAC).

contruída numa zona de pinhais, o que a tornava muito escura e dificultava a orientação dos viajantes que chegavam à noite”²⁵⁰.

Segundo Zagalo dos Santos, em 30 de janeiro de 1874, o presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa tinha consumido a verba inscrita no orçamento suplementar “na compra de colunas e lampiões”²⁵¹. Em 27 de fevereiro de 1874, no orçamento suplementar, a vereação lamentava-se que a verba aprovada não chegara para pagar as colunas e lampiões, “tencionando a câmara aplicar a quantia orçada para pagar o que falta e fazer as despesas de luz o valor de 180\$000 réis”²⁵². No orçamento de 1874 a 1875, a vereação aprovou a verba de 250\$000 réis “para a iluminação pública”²⁵³.

A colocação dos lampiões deve ter ocorrido pelo mês de maio de 1874. Nessa data, a vereação agradeceu aos proprietários a permissão que haviam dado para se proceder a essa instalação, sem custos, nas suas casas²⁵⁴. Segundo Zagalo dos Santos, a inauguração da iluminação pública terá tido lugar “à esquina do António Manuel [prédio atualmente ocupado por uma agência do BPI], junto da Câmara Municipal. Só não havia luz nos 15 dias de luar”²⁵⁵.

Em 28 de abril de 1875, a vereação aprovou “para a iluminação pública, candeeiros, consolas, etc.”, a verba de 400\$000 réis²⁵⁶. E, no orçamento do ano seguinte, a vereação acrescentou para iluminação pública e material a verba de 320\$000 réis²⁵⁷.

250 *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 291v-292v. Orçamento suplementar para o ano económico de 1873 a 1874. Ovar, 25 de julho de 1873.

251 SANTOS, Zagalo dos – *Saibam Quantos....* Ovar: Câmara Municipal, 2001, p. 86-88.

252 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 303-304v. Orçamento suplementar para o ano económico de 1873 a 1874. Ovar, 27 de fevereiro de 1874.

253 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 306-311. Orçamento geral para o ano económico de 1874 a 1875. Ovar, 2 de abril de 1874.

254 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 311-311v. Sessão camarária de 8 de maio de 1874.

255 SANTOS, Zagalo dos — *Saibam Quantos...*, p. 86-88.

256 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 1-6v. Orçamento geral da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano económico de 1875 a 1876, 28 de abril de 1875.

257 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 29-32v. Orçamento geral da receita e despesa da Câmara Municipal de Ovar para o ano económico de 1876 a 1877. Ovar, 1 de abril de 1876.

Nos anos seguintes, a Câmara Municipal levou a iluminação pública a outros bairros da vila. Pelos finais de 1886, a iluminação pública estendia-se pela Rua da Poça, pela Rua dos Ferradores, pelo Bairro de S. Pedro, pelas duas Pontes, pelo Largo do Chafariz, pela Rua da Estação, pela Rua da Fonte, pela Rua das Figueiras, pela Rua do Outeiro e pela Rua dos Campos²⁵⁸.

3.5. A construção do teatro

3.5.1. Antecedentes

A primeira referência de uma encenação teatral na vila de Ovar transporta-nos ao século XVIII, à capela do Calvário²⁵⁹. Anualmente, a Irmandade dos Passos, na Quaresma, contratava na cidade do Porto uma *troupe* de atores para encenarem no Tríduo Pascal o Descimento da Cruz.

Em 1825, a Irmandade dos Passos terminou com a encenação do Descimento da Cruz, na capela do Calvário, já que a despesa se tornara insuportável para os seus cofres²⁶⁰.

No ano seguinte, em 1826, o juiz de fora, Dr. Vicente Nunes Cardoso, conhecedor da vida económica e social da vila, pensou na formação de um grupo de teatro. Convidou os filhos das famílias mais abastadas da vila, formando a Sociedade Filo-Dramática. Na falta de edifício próprio, o arrais Manuel Pinto disponibilizou o armazém da sua companhia, na Travessa dos Campos. A *troupe* do Dr. Vicente Cardoso teve uma breve existência. Em 1828, por razões políticas, esse teatro improvisado encerrou portas. Os liberais mais endinheirados partiram para a Galiza, e dali para Inglaterra, os que ficaram sofreram nas prisões miguelistas, como recorda João Frederico Teixeira de Pinho: “os sócios mais qualificados emigrar[am], os que ficaram, sofreram muito nas prisões e no homizio”²⁶¹.

258 *A Discussão*. Ovar, 7 de outubro de 1900.

259 A Irmandade dos Passos, entre os anos de 1748 e 1755, construiu no tecido urbano da vila seis capelas; a sétima foi construída no interior da Igreja Matriz. LÍRIO, Manuel Rodrigues — *Os Passos de Ovar (Subsídios para a História de Ovar)*, p. 32-36.

260 LÍRIO, Manuel Rodrigues — *Os Passos de Ovar (Subsídios para a História de Ovar)*, p. 44-46.

261 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 102-107.

Terminada a guerra civil, na década de trinta, os partidários de D. Pedro IV regressaram à vila. Em data que desconhecemos, a Sociedade Filo-Dramática reabriu portas, com nova direção, estatutos aprovados e novos atores. Em 1859, o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho redigiu novos estatutos:

Reconstruída depois da restauração, organizaram-se Estatutos que permaneceram até 1859, em que elaborámos outros mais amplos, tendentes a melhorar esta proveitosa instituição, que é escola de bons costumes para a mocidade e recreio honesto e decente para as famílias²⁶².

No mesmo ano, o estudante Manuel Maria de Oliveira Baptista, morador no Largo de S. Pedro, organizou uma *troupe* de teatro, para a qual convidou alguns colegas estudantes e amigos dedicados às artes, que ficou conhecida por “*troupe nova*”²⁶³. Na falta de edifício próprio, o grupo partilhou com a “troupe dos velhos” o armazém do arrais Manuel Pinto. Ao longo de cinco décadas, entre os anos de 1826 e 1875, o teatro funcionou nesse armazém: “Desde a época aludida sempre o teatro esteve no mesmo lugar, e para dizer a verdade, sempre mesquinho, sem exterior, e mal colocado”²⁶⁴.

3.5.2. A construção do teatro no bairro de São Pedro

Em 1874, na vila, formou-se uma comissão para sensibilizar o poder político da necessidade de construção de um edifício para o teatro, constituída por Augusto César de Almeida Pinto e Sousa, João Huet de Bacelar e Francisco Rodrigues da Silva²⁶⁵.

262 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 238-239.

263 “A *troupe* nova era dirigida e ensaiada pelo estudante Manuel Baptista e composta dos seus colegas de fora, Quelhas, Rocha e Godinho, e pelos seus conterrâneos, estudantes também, Francisco Marques da Silva, um sobrinho do Dr. Assis, de S. Pedro, João de Oliveira Baptista, os artistas Manuel José de Oliveira Luzes, Miguel da Bernardina, Joaquim Chichá, Hermenegildo Pereira da Cunha, e as netas de Miguel Capôto, Maria e Júlia, moradoras na rua do Sobreiro, levaram à cena, entre outras peças, o *Ermítão da Cabana*, *Os dois amigos*, *Amor e honra*, etc.”. [LÍRIO, Manuel Rodrigues; ARAÚJO, José Ribeiro de] — *Almanaque Illustrado d’Ovar para o ano de 1916. Fundado por dois Vareiros*. Porto: Typographia Fonseca, 1915, p. 171.

264 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 238-239.

265 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 324-325v. Sessão camarária de 9 de outubro de 1874.

Eleita a comissão para a construção do Teatro Ovarense, duas questões se colocaram: qual o local indicado? Quem financiaria a construção do edifício?

Na praça da vila localizava-se o centro económico, os Paços do Concelho e os tribunais. No bairro de S. Pedro, o hospital camarário, a fonte do hospital, a capela do Calvário, o Passal, a residência paroquial e a residência do Dr. João José da Silveira (o João Semana da obra *As Pupilas do Senhor Reitor*).

Conhecido o espaço urbano da vila, a comissão votou a favor da construção do teatro no bairro de S. Pedro, contra a vontade do Padre Manuel Baptista²⁶⁶. Na sessão camarária de 9 de outubro de 1874, a vereação ovarense aprovou a proposta apresentada pela comissão, disponibilizando um terreno, junto do hospital camarário, a confinar com José Fragateiro de Pinho Branco e com João José da Cunha Batatel²⁶⁷.

A Câmara Municipal aproveitou as obras da construção do edifício para aformosear a parte poente do largo. Assim, em 4 de dezembro de 1874, a vereação cedeu uma parcela de terreno ao Padre João de Oliveira Baptista para alinhar a sua propriedade com a de Manuel Gomes Coentro e com a casa do teatro²⁶⁸. E, em 24 de setembro de 1875, vésperas da inauguração do teatro, João José da Cunha Batatel abriu uma porta e uma janela e nivelou a soleira da porta de sua casa com a do teatro²⁶⁹. Para financiar a construção do Teatro Recreio Ovarense, um grupo de capitalistas, no cartório do Dr. Eduardo Ferraz, constituiu uma sociedade por quotas²⁷⁰. A comissão encomendou o projeto a Pinto Bambocha²⁷¹, apresentando este uma imitação do Teatro Baquet²⁷², do Porto. O edifício seria construído por João da Pomba²⁷³.

266 [LÍRIO, Manuel Rodrigues; ARAÚJO, José Ribeiro de] — *Almanaque Illustrado d'Ovar para o ano de 1916*, p.168-174.

267 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 324-324v. Sessão camarária de 9 de outubro de 1874.

268 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 328v. Sessão camarária de 4 de dezembro de 1874.

269 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 14-14v. Sessão camarária de 24 de setembro de 1875.

270 SANTOS, Zagalo dos — *Saibam Quantos ...*, p.144-145.

271 SANTOS, Zagalo dos — *Saibam Quantos ...*, p.144-145.

272 SANTOS, Zagalo dos — *Saibam Quantos ...*, p.144-145. “arremedando o Baquet com a modéstia devida”.

273 SANTOS, Zagalo dos — *Saibam Quantos ...*, p.144-145.

No dia da inauguração, em 31 de outubro de 1875²⁷⁴, um grupo de amadores da vila, ensaiados pelos padres Francisco Marques da Silva e Manuel de Oliveira Baptista, apresentou o drama de Mendes Leal, *Pedro e a Comédia, Casamento de Isidoro Vaqueiro*. Serviu de contrarregra o Padre Manuel Baptista e, de ponto, o seu irmão Padre Francisco²⁷⁵.

3.6. O alargamento do concelho

Durante os anos da guerra civil, Mouzinho da Silveira, na Ilha Terceira, nos Açores, apresentou uma reforma administrativa para o país. Mouzinho da Silveira manteve o número de municípios, mas dividiu o país em províncias, comarcas e concelhos, dirigidas respetivamente por um prefeito, um subprefeito e um provedor de nomeação régia. Os vereadores camarários eram eleitos pelos cidadãos que possuísem determinados rendimentos²⁷⁶. Em 1835, Rodrigo da Fonseca Magalhães apresentou nova reforma administrativa, consolidando o modelo liberal iniciado por Mouzinho da Silveira.

A nova legislação alargou as competências das câmaras municipais, sendo elas que elegiam o seu presidente. Contudo, as decisões camarárias passavam a estar sujeitas à tutela da Junta Geral e do Conselho do Distrito²⁷⁷. No ano de 1836, o governo aprovou o novo Código Administrativo e o decreto de 6 de novembro de 1836, pelo qual foram extintos 498 concelhos em Portugal Continental²⁷⁸. Na freguesia de Ovar, a alteração legislativa fez-se sentir na parte poente sul. A “Gelfa”, língua de areia que o rei D. Dinis concedera em 1283 a Pedro Bermudez²⁷⁹, foi desmantelada. Desta forma, pelo decreto

274 “O teatro foi inaugurado, em 31 de outubro de 1875, por uma *troupe* composta dos seguintes amadores: Eduardo E. Ferraz de Abreu, Francisco Rodrigues de Pinho, António Augusto Freire Brandão, Manuel de Oliveira Ramos, José Maria da Graça Soares de Sousa, António Plácido da Costa Lamy, José Pereira da Cunha e Costa, António de Oliveira Ramos e Maria José Carneiro. Ensaíram os P.es Francisco Marques da Silva e Manuel M. de Oliveira Baptista. [LÍRIO, Manuel Rodrigues; ARAÚJO, José Ribeiro de] — *Almanaque Ilustrado d’Ovar para o ano de 1916*, p.171-172.

275 [LÍRIO, Manuel Rodrigues; ARAÚJO, José Ribeiro de] — *Almanaque Ilustrado de Ovar para o ano de 1916*, p. 168-174.

276 SILVA, Henriques Dias da — *Reformas Administrativas em Portugal desde o século XIX*. N.º 1. Portimão: Jurismat. 2012, p. 65-97.

277 SILVA, Henrique Dias da — *Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX*. *Jurismat*, Portimão, n.º 1, 2012, p. 65-97.

278 SILVA, Henrique Dias da — *Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX*, p. 65-97.

279 OLIVEIRA, Padre Miguel de — *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, p. 77.

de 6 de novembro de 1836, a costa do Prado foi integrada na freguesia e concelho de Ílhavo, a costa de S. Jacinto na freguesia de Aradas, do concelho de Aveiro, e a costa da Torreira na freguesia de Salreu, do concelho de Estarreja²⁸⁰. O concelho de Ovar ficou constituído por uma só freguesia.

Duas décadas mais tarde, em 28 de dezembro de 1852, a Câmara dos Deputados extinguiu o concelho de Pereira Jusã, anexando-o, com as freguesias de Válega e de S. Vicente, ao concelho de Ovar²⁸¹. A freguesia de Arada, pertencente ao concelho da Feira, seria anexada no ano seguinte a Ovar²⁸², passando o concelho de Ovar a ser constituído pelas freguesias de Ovar, Válega, S. Vicente e Arada.

Em 1867, o governo de coligação formado pelo Partido Regenerador e pelo Partido Histórico, também chamado “governo da fusão”, presidido por Joaquim António de Aguiar, apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de reforma administrativa para o país.

O Código Administrativo da autoria do ministro do Reino Martens Ferrão previa a constituição de concelhos com a existência mínima de 3.000 fogos, mantendo a existência de dois órgãos camarários: o administrador do concelho nomeado pelo governo e a câmara Municipal com os seus vereadores eleitos²⁸³. O concelho de Ovar compreendia quatro freguesias: Ovar, Válega, S. Vicente e Arada, com 4.500 fogos.

Em 8 de agosto de 1867, a Câmara Municipal de Ovar, sob a presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa, apresentou duas propostas de alargamento do concelho.

A primeira proposta visava alargar o concelho a norte do caminho de ferro, anexando a praia de Espinho, pertencente à freguesia de Anta, e as freguesias de Silvalde, Paramos, Esmoriz, Cortegaça e Maceda. A vereação lembrava as relações comerciais existentes entre a vila de Ovar e as referidas freguesias. Espinho, colónia de

280 TOMÁS, Ana; VALÉRIO, Nuno — *O decreto de 6 de novembro de 1836*. Documento de Trabalho / Working Paper n.º 62. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, s.d.

281 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 26-26v. Sessão extraordinária de 9 de fevereiro de 1853; *Diário do Governo*, n.º 196, de 22 de agosto de 1853.

282 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 27, fl. 65-65v. Auto de arrematação dos reais impostos no vinho maduro que se vender na freguesia de Arada, 8 de fevereiro de 1854; *Diário do Governo*, n.º 4, de 5 de janeiro de 1854.

283 27.º governo da Monarquia Constitucional, nomeado a 4 de setembro de 1865 e exonerado a 4 de janeiro de 1868.

Ovar, fora fundada por ovarenses, tendo como a sua única indústria a pesca, e os seus barcos eram construídos nos estaleiros da vila de Ovar. Os moradores das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz procuravam a praça de Ovar para comercializar os seus produtos. Segundo as atas camarárias, o concelho de Ovar ficaria constituído por 7.380 fogos e dividido em cinco paróquias civis.

A primeira paróquia civil seria constituída pelas freguesias de Anta e Silvalde. A segunda, pelas freguesias de Esmoriz e Paramos. A terceira, pelas freguesias de Maceda, Cortegaça e Arada. A quarta, pela freguesia de Ovar. A quinta paróquia civil seria constituída pelas freguesias de Válega e S. Vicente.

A segunda proposta apresentada pela vereação municipal sugeria a anexação de três freguesias a norte do caminho de ferro: Esmoriz, Cortegaça e Maceda. Do lado sul do concelho a vereação sugeriu a anexação das freguesias de Pardilhó e Avanca. Do nascente, a freguesia de Souto. Do poente, a costa da Torreira. Segundo as atas camarárias, a freguesia de Avanca e a freguesia de Pardilhó já pertenciam ao concelho de Ovar para formar o círculo eleitoral. Desta forma, o concelho de Ovar ficaria constituído por 7.842 fogos e cinco paróquias civis.

A primeira paróquia civil seria constituída pelas freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda. A segunda, pelas freguesias de Arada, Souto e S. Vicente. A terceira, pelas freguesias de Avanca e Pardilhó. A quarta, pela freguesia de Válega. A quinta paróquia civil seria constituída pela freguesia de Ovar e pela costa da Torreira. Caso o concelho de Ovar continuasse com as quatro freguesias e os 4.500 fogos, a vereação municipal sugeria a constituição de duas paróquias civis. A primeira paróquia civil seria constituída pelas freguesias de Ovar e Arada. A segunda, pelas freguesias de Válega e S. Vicente²⁸⁴.

Pelo Código Administrativo de Martens Ferrão, o distrito de Aveiro foi integrado no distrito do Douro²⁸⁵. Segundo Alberto Lamy, durante a sua vigência, o concelho de Ovar detinha civilmente quatro paróquias — Arada, Ovar, Souto e Válega — e, eclesiasticamente, seis: Arada, Maceda, Ovar, Souto, S. Vicente e Válega²⁸⁶.

284 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 102-104v. Sessão camarária de 8 de agosto de 1867.

285 *Carta de Lei de Administração Civil*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1867.

286 LAMY, Alberto Sousa — *Monografia de Ovar*, Vol. 1, p. 415.

Todavia, a vida do Código Administrativo de Martens Ferrão foi muito breve, esteve em vigor menos de um mês: de 19 de dezembro de 1867 a 14 de janeiro de 1868. Na sequência da “Janeirinha” foi declarado sem efeito²⁸⁷.

Com a entrada em vigor do decreto de 15 de abril de 1869, os habitantes das três freguesias do concelho da Feira, Maceda, Cortegaça e Esmoriz manifestaram vontade de pertencerem ao concelho de Ovar. Em 16 de março de 1872, mais de dois terços dos eleitores dessas três freguesias subscreveram a anexação das suas freguesias ao concelho de Ovar²⁸⁸.

É por isso que pode e deve ser entendida a vontade dos povos daquelas freguesias, manifestada nas suas representações em que, aproveitando-se da faculdade estabelecida no decreto de 15 de abril de 1869, pediram a sua anexação ao concelho de Ovar²⁸⁹.

Em 23 de dezembro de 1875, a Câmara dos Deputados aprovou uma nova divisão judicial. No distrito de Aveiro, as freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz, pertencentes ao concelho da Feira, ficaram a fazer parte da comarca de Ovar, constituindo um julgado na freguesia de Esmoriz²⁹⁰. E, pela lei de 8 de maio de 1878, as três freguesias ficaram a pertencer ao círculo eleitoral de Ovar²⁹¹. Faltava a anexação administrativa ao concelho de Ovar.

Em 12 de fevereiro de 1879, teve início o processo de anexação das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz ao concelho de Ovar. Nessa data, na Câmara dos Deputados, António Rodrigues Sampaio, que sobraçava a pasta do Reino, apresentou a proposta de lei n.º 75-B, que foi aprovada e enviada às comissões. O seu teor era claro:

287 CUNHA, Carlos Guimarães da — *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 90.

288 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 236v-239. Sessão camarária de 15 de março de 1872.

289 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 24 de março de 1879, p. 964.

290 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 12 de fevereiro de 1879, p. 424.

291 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 24 de março de 1879, p. 965.

“Artigo 1.º São anexadas ao concelho de Ovar as freguesias de Esmoriz, Maceda e Cortegaça, ora pertencentes ao concelho da Feira. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário”²⁹².

A Câmara da Feira apressou-se a manifestar o seu descontentamento com a perda da freguesia de Esmoriz. Em 22 de fevereiro, o deputado eleito pelo círculo da Feira, Pires de Lima, apresentou uma representação contra a “projetada anexação da freguesia de Esmoriz ao concelho de Ovar”²⁹³. E, em 8 de março, apresentou uma representação “do presidente, membros da junta da paróquia da freguesia de Esmoriz e mais cidadãos do concelho da Feira, contra a proposta de lei n.º 75-B”²⁹⁴.

Manuel de Oliveira Arala e Costa, deputado eleito pelo círculo de Ovar e presidente da Câmara Municipal, conhecedor das movimentações políticas do deputado Pires de Lima, em 10 de março apresentou uma representação de 790 habitantes das três freguesias “em que pedem que seja aprovada a proposta de lei, apresentada pelo governo, n.º 75-B”²⁹⁵. No dia seguinte, Arala e Costa reforçou a representação dos habitantes das três freguesias²⁹⁶. Em 12 de março, Jerónimo Pimentel, elemento da Comissão de Administração pública, solicitou ao ministro do Reino o processo instaurado a pedido das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda “para, em virtude do decreto de 15 de abril de 1869, se anexarem ao concelho de Ovar, processo que foi enviado há anos ao governador civil de Aveiro”²⁹⁷. Em 18 de março, o processo foi enviado para o Ministério do Reino²⁹⁸.

292 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 12 de fevereiro de 1879, p. 424.

293 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 22 de fevereiro de 1879, p. 557.

294 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 8 de março de 1879, p. 715.

295 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 10 de março de 1879, p. 738.

296 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 11 de março de 1879, p. 757.

297 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 12 de março de 1879, p. 785-786.

298 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 18 de março de 1879, p. 861.

Concluído o processo administrativo, em 24 de março de 1879, na Câmara dos Deputados, Jerónimo da Cunha Pimentel apresentou o projeto de lei n.º 77 B, propondo a anexação das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz ao concelho de Ovar: “Artigo 1.º São anexadas ao concelho de Ovar as freguesias de Esmoriz, Maceda e Cortegaça, ora pertencentes ao concelho da Feira. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário”.

Terminada a leitura da proposta de lei, o deputado Pires de Lima pediu o adiamento do projeto de lei n.º 77 B “até ser examinado pela Comissão de Administração Pública a representação da junta da paróquia de Esmoriz”.

Durante o debate, pediram a palavra, entre outros, os deputados Pires de Lima, Jerónimo Pimentel, relator do projeto de lei, Mariano de Carvalho, Pedroso dos Santos e o ministro do Reino, António Rodrigues Sampaio. O projeto de lei 77-B foi aprovado, apesar do deputado Pires de Lima ter proposto a continuação da freguesia de Esmoriz no concelho da Feira²⁹⁹. Em 3 de maio de 1879, a Câmara Municipal de Ovar agradeceu a Manuel de Oliveira Arala e Costa pela passagem das três freguesias para o concelho de Ovar³⁰⁰, o que viria a ser confirmado pela carta de lei de 2 de julho de 1879³⁰¹.

A Câmara da Feira não se conformou com a perda da freguesia de Esmoriz. Em 6 de abril de 1880, o deputado eleito pelo círculo da Feira, Pires de Lima, na Câmara dos Deputados, apresentou o projeto de lei n.º 119-C, propondo restituir a freguesia de Esmoriz ao concelho da Feira. “Artigo 1.º É anexada ao concelho e comarca da Feira a freguesia de Esmoriz, ora pertencente ao concelho e comarca de Ovar. Art. 2º Fica revogada a legislação em contrário”. Durante o debate, o deputado eleito pelo círculo de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa, propôs o adiamento da votação do projeto de lei, lembrando que estava para breve a apresentação pelo ministro da Justiça, da

299 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 24 de março de 1879, p. 964-970. (Sala da comissão, 17 de fevereiro de 1879. António Teles de Vasconcelos. Manuel de Assunção, visconde de Moreira de Rey (com declaração), Adolfo Pimentel, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, Henrique F. de Paula Medeiros, Manuel de Oliveira Arala e Costa, Júlio de Vilhena, Jerónimo da Cunha Pimentel, relator). Em 10 de fevereiro de 1879, a proposta de lei 77 B fora aprovada pelo secretário de Estado dos Negócios do Reino, António Rodrigues Sampaio.

300 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 141. Sessão camarária de 3 de maio de 1879.

301 AMO — *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 6 de abril de 1880, p. 1287. *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 159v-160. Sessão camarária de 1 de setembro de 1879.

nova circunscrição comarcã. Relativamente à proposta apresentada pelo deputado Pires de Lima, afirmou: “a proposta apresentada pelo deputado Pires de Lima é pelo menos, intempestiva, inconveniente e injusta, e não quero dizer que tal projeto representa uma vindicta política”. A proposta de anexação da freguesia de Esmoriz ao concelho e comarca da Feira seria aprovada³⁰².

Em 30 de abril, o ministro da Justiça nomeava um juiz ordinário para o julgado de Esmoriz, pertencente à comarca de Ovar³⁰³. O presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa, receoso da perda da freguesia de Esmoriz, na sessão extraordinária de 23 de outubro de 1880, informava a vereação owarensa da possibilidade de a freguesia de Esmoriz ser anexada ao concelho da Feira³⁰⁴. Porém, a lei 119-C, aprovada em 6 de abril de 1880, não entrou em vigor. Finalmente, em 12 de março de 1884, terminava um longo contencioso entre a Câmara de Ovar e a Câmara da Feira. Nessa data, na Câmara dos Deputados, por proposta do deputado eleito pelo círculo de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa, os deputados alteraram o articulado da lei. No círculo da Feira, foram eliminadas as palavras “menos o julgado de Esmoriz” e, no círculo de Ovar, foram eliminadas as palavras “julgado de Esmoriz”³⁰⁵.

3.7. O projeto do Furadouro

3.7.1. Antecedentes

Os areais da costa marítima da freguesia de Ovar, Furadouro, Torreira e S. Jacinto, segundo as Memórias Paroquiais de 1758, registavam a presença de poucos habitantes.

302 *Diário da Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 6 de abril de 1880, p. 1286-1291. (Sala da comissão, 23 de março de 1880. António Alves Carneiro, António Pinto Magalhães Aguiar, Emídio Navarro, Joaquim Pais de Abranches, António Pessoa de Amorim, Joaquim Simões Ferreira, Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco, António Alves Pereira da Fonseca, relator). Em 8 de março de 1880, a proposta de lei fora apresentada na sala das sessões pelo deputado Pires de Lima.

303 *Diário da Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 30 de abril de 1880, p. 1754.

304 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 229-229v. Sessão extraordinária de 23 de outubro de 1880.

305 *Diário da Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 12 de março de 1884, p. 661.

No areal de S. Jacinto viviam dois moradores, no da Torreira apenas um e no do Furadouro não se registava a presença de qualquer residente³⁰⁶.

Duas décadas mais tarde, em 1776, chegava a Ovar João Pedro Mijoulle, vindo da Galiza³⁰⁷. Em 27 de abril desse ano, registou na Câmara Municipal de Ovar a sua carta de privilégio. Como vimos anteriormente, o empreendedor revolucionou o dia a dia da população owarenses, introduzindo na praia a arte xávega, a técnica da salga e a extração do óleo de peixe, edificando no areal aquela que ficou conhecida como a “fábrica do estrangeiro”. Constituíram-se as primeiras companhias de investimento, as do senhorio ou do terço. Pelos finais de setecentos já toda a costa marítima desde Espinho a S. Jacinto era calcorreada pelos pescadores owarenses. Pelos censos de 1788, a freguesia de Ovar era a mais populosa da comarca eclesiástica da Feira com 2.818 fogos e 8.864 habitantes³⁰⁸.

Por estes anos, os pescadores colonizaram o areal do Furadouro, construindo os seus palheiros junto à capela do Senhor da Piedade, edificada em 1766³⁰⁹, como anteriormente mencionámos.

A pesca era a principal ocupação dos habitantes da vila. De março a novembro mais de metade da população mudava-se para o areal do Furadouro, empregando “neste tráfego dois mil indivíduos, entre homens e rapazes, afora a turba das mulheres que preparam a sardinha”³¹⁰.

Em 1864, como já referimos, a vereação municipal começou a tratar da construção de uma estrada que ligasse a praia do Furadouro à Praça do Comércio. Face ao crescimento populacional, em 13 de fevereiro de 1880, José Fragateiro de Pinho Branco e José Pacheco Polónia, ambos proprietários de companhias de pesca, requereram à vereação municipal a cedência de um terreno para a construção de uma capela, junto da ermida existente “de pequena capacidade”, que já não albergava a comunidade

306 BASTOS, Manuel Pires — *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 29-36.

307 AMORIM, Inês — “Recursos marítimos e tecnologia no séc. XVIII – pesca, sal e moliço no litoral e na Ria de Aveiro”, p. 47-57.

308 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 139.

309 ARAÚJO, José Ribeiro de — *Poalhas da História da freguesia e Igreja de Ovar*, p. 37.

310 PINHO, João Frederico Teixeira de — *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, p. 80.

piscatória ali residente³¹¹. No ano seguinte, em 14 de janeiro de 1881, a edilidade apresentou um plano de urbanização para a praia do Furadouro³¹². Os dois quarteirões foram postos em hasta pública, no dia 29 de junho de 1881³¹³. Com a venda de alguns terrenos, a vereação municipal arrecadou 135\$000 réis³¹⁴.

3.7.2. O incêndio no Furadouro

No dia 31 de julho de 1881, no areal do Furadouro, deflagrou um enorme incêndio que consumiu perto de 400 palheiros³¹⁵. Segundo as atas da vereação owarenses de 2 de agosto de 1881, o incêndio teve início pelas 9 horas da manhã, na zona norte da praia, junto à estrada e próximo da capela do Senhor da Piedade, no palheiro da Margarida do Fiche. As cinzas deixadas na lareira foram o rastilho do incêndio, que se propagou aos palheiros vizinhos que se amontoavam no areal³¹⁶. Os prejuízos foram calculados entre os 100 e os 120 contos, e apenas algumas das habitações estavam seguradas nas companhias de seguros Garantia e União.

Segundo o correspondente do jornal portuense *A Folha Nova*, nessa manhã de domingo, o bairro estava deserto. Os sinos tocaram a rebate, alertando a população que estava na vila a cumprir o preceito dominical e a abastecer-se para a semana. Não se registaram perdas humanas³¹⁷.

Para o jornal *O Primeiro de Janeiro*, também do Porto, a nuvem de fumo que se elevava do areal do Furadouro era tão intensa que se avistava na Foz do Douro³¹⁸.

Para acudir aos pescadores, em 7 de agosto, na vila de Ovar, tomava posse uma comissão de socorros constituída pelo presidente da Câmara Municipal, Manuel de

311 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 194. Sessão camarária de 13 de fevereiro de 1880.

312 Andava em estudo a construção da linha de caminho de ferro da Praça do Comércio ao Furadouro.

313 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 261. Sessão camarária de 27 de maio de 1881.

314 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 265-274. Orçamento da receita e despesa da câmara municipal do concelho de Ovar para o ano de 1881, 6 de maio de 1881.

315 *A Folha Nova*, 2 de agosto de 1881.

316 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 275v-276v. Sessão extraordinária de 2 de agosto de 1881.

317 *A Folha Nova*. Porto, 2 de agosto de 1881.

318 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 2 de agosto de 1881.

Oliveira Arala e Costa, pelo vice-presidente, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, pelo juiz Albino António Leite de Resende, pelo delegado do procurador régio, João Miguel de Azevedo Pinto Vasconcelos, pelo administrador do concelho, Domingos Manuel Oliveira Arala, pelo administrador substituto, João Baptista de Almeida Pereira Zagalo, pelo pároco de Ovar, Manuel Barbosa Duarte Camossa, pelo procurador à Junta Geral, António Ferreira de Araújo e Silva, e pelo procurador substituto, António Soares Pinto³¹⁹, sendo nomeado para tesoureiro José de Oliveira Vinagre³²⁰.

Na cidade do Porto, algumas das instituições mais importantes solidarizaram-se com a tragédia dos pescadores, formando uma comissão executiva. Elegeram para presidente Guilherme Gomes Fernandes, para vice-presidente Joaquim de Sousa Magalhães e, para secretários, Jaime Filinto e Bernardo Gonçalves³²¹. O presidente da Câmara Municipal do Porto, José Augusto Correia de Barros, colocou à disposição da comissão executiva todos os serviços camarários³²². A vila de Ovar esteve representada em todas as iniciativas organizadas na cidade do Porto³²³.

A direção do Palácio de Cristal promoveu um espetáculo que rendeu 851\$730 réis³²⁴. O jornal *O Bombeiro Português* associou-se à festa de caridade promovida pela Real Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Porto, publicando um número especial³²⁵.

Por decisão da direção, o produto da venda foi canalizado para a construção de um bairro de casas no areal do Furadouro, destinado aos pescadores. Para Guilherme Gomes Fernandes, fundador da Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto e seu comandante, “*Auxilium in periculo* é a divisa de um grémio caritativo e filantrópico, que

319 AMO — *Livro de actas das sessões da comissão executiva de socorros aos pescadores*, n.º 524, fl. 1v-2. Ata da instalação da comissão de socorros aos pescadores que sofreram com o incêndio de 31 de julho último.

320 AMO — *Livro de actas das sessões da comissão executiva de socorros aos pescadores*, n.º 524, fl. 2v. Sessão da comissão executiva de 12 de agosto de 1881.

321 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 7 de agosto de 1881.

322 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 13 de agosto de 1881.

323 Presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa, vice-presidente, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, vereadores, Manuel Fernandes Ribeiro da Costa e Manuel Fernandes Leite.

324 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 21 de agosto de 1881.

325 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 10 de agosto de 1881.

teve por berço a cidade da Virgem e não podia desmentir o título que adotara”³²⁶. Colaboraram na folha quinzenal algumas das personalidades mais influentes da vida social portuense, tal como nos peditórios realizados pelas ruas da cidade do Porto e da vila de Matosinhos. A este propósito destacamos os artigos de Bento Carqueja³²⁷, Firmino Pereira³²⁸, Gualdino de Campos³²⁹, Jaime Filinto³³⁰, Guilherme Gomes Fernandes³³¹, Rodrigues de Freitas³³² e Francisco Carrelhas, este natural de Ovar³³³.

Para o jornal *O Bombeiro Português*, pela pena de Guilherme Fernandes, o incêndio teve início num dia de verão, “risonho e sereno”, o mar “estava doce e bom”, com ondulação calma, que não fazia prever a desgraça:

Pobres pescadores! Na praia, ranchos de crianças felizes, quase nuas, a rebolem-se na areia, [...]: mulheres a prepararem redes, homens a arrastarem barcos [...]. E enquanto toda aquela grande família se preparava para uma luta gigante, um ladrão covarde e traiçoeiro, que se agachara a ocultas em um canto, numa habitação, sai do esconderijo, aproveitando a ausência dos moradores, que labutavam lá fora aos preparativos para a pescaria, investe com fúria infrene contra um bairro, o único bairro, onde aquela pobre gente tinha o lar, a sua exígua fortuna, e destrói, e inutiliza, e mata, deixando após si, a desolação e a desgraça³³⁴.

326 FERNANDES, Guilherme – “Um Quadro”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 77.

327 CARQUEJA, Bento – “Necessidades Económicas do Furadouro”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 74. Bento Carqueja era colaborador do diário *O Comércio do Porto* (seria, mais tarde, diretor), de que o seu tio fora um dos fundadores.

328 PEREIRA, Firmino – “O Maldito”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 75.

329 CAMPOS, Gualdino de – “Os Trabalhadores do Mar”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 76-77.

330 FILINTO, Jaime – “Versos Antigos”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 77-78.

331 U.Porto – Sigarra. U.Porto. Fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto. Em 1881 ocupava o cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros.

332 FREITAS, Rodrigues de – “Os pescadores do Furadouro e a Caridade”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 80.

333 CARRELHAS, Francisco – “Sem Tom, Nem Som”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 188, p. 76. LAMY, Alberto de Sousa – *Dicionário da História de Ovar. Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009, vol. 1, p. 298-299.

334 FERNANDES, Guilherme – “Um Quadro”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 77.

Bento Carqueja, autor do artigo “Necessidades Económicas do Furadouro”, deixou três ideias-âncora para a sustentabilidade do novo espaço urbano, a edificar no areal do Furadouro. Em primeiro lugar, sugeriu que as verbas angariadas nos peditórios efetuados na cidade do Porto e em Matosinhos fossem canalizadas para acudir aos pescadores owarenses, nomeadamente no “levantamento das construções que o fogo aniquilou”, para no seu lugar implantar um novo espaço urbano³³⁵. Em segundo lugar, propôs a implantação de uma indústria, complementar à da pesca, para garantir o sustento das famílias dos pescadores, nos meses de inverno. E, em terceiro lugar, sugeriu a criação de caixas económicas³³⁶.

Para o jornal *A Discussão*, folha oficial do Partido Regenerador, o presidente da Câmara Municipal de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa, era comparável, salvo as devidas diferenças, ao primeiro-ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, que, após o terramoto de 1 de novembro de 1755, reconstruiu a cidade de Lisboa. Na vila de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa, depois do incêndio que arrasou todo o edificado no areal do Furadouro, construiu um novo espaço urbano³³⁷.

O jornal *O Owarensense*, órgão oficial do Partido Progressista, para ridicularizar as construções edificadas na costa do Furadouro, publicou *O incêndio no Furadouro*, versos talhados para combater o presidente da Câmara Municipal de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa: “Pois que direi agora das casinhas / Concedidas aos filhos da desgraça? / Muito alinhadas, muito engraçadinhas, / Com seus quintais e frestas e vidraça... / Só lhes falta uma coisa... ai... as cozinhas... / E lá se vão quintais e o ar e a graça!!”³³⁸.

Para o jornal *O Comércio do Porto*, na edição de 16 de julho de 1887, citado por Alberto Lamy, “as casas foram reconstruídas de tal maneira que em caso de sinistro

335 No incêndio do Furadouro arderam 321 casas. *O Owarensense*, 17 de julho de 1887.

336 CARQUEJA, Bento – “Necessidades Económicas”. *O Bombeiro Português*. Porto, 5.º ano, n.º 10, 14-15 de agosto de 1881, p. 74.

337 *A Discussão*. Ovar, 29 de março de 1896.

338 *O Owarensense*. Ovar, 21 de dezembro de 1884. *O Régulo*, p. 84-86 (em 1886, os poemas foram publicados em livro).

difícilmente se lhes poderia assistir. Cada casa, de construção singela e defeituosa, não tem cozinha, vendo-se os seus moradores obrigados a foguear fora dela”³³⁹.

Anos mais tarde, o jornal *O Ovarense* acusava o antigo presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa, de se ter apropriado da verba de 90\$000 réis, parte de um donativo entregue pelos Bombeiros Voluntários do Porto, para a reconstrução do Furadouro³⁴⁰.

A Real Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto organizou dois dias de peditórios na cidade do Porto. Nos dias 14 e 15 de agosto, três carros enfeitados pela organização percorreram as ruas da cidade do Porto, a praia da Foz e a de Matosinhos. O carro da Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto, presidido por Guilherme Gomes Fernandes, rendeu 662\$325 réis³⁴¹. O carro da imprensa, presidido por Eduardo José Alves, rendeu 625\$675 réis³⁴². O carro da pesca, presidido por Joaquim José de Sousa Magalhães, rendeu 710\$515³⁴³. O peditório realizado nos dois dias totalizou a quantia de 1.998\$515 réis. Entretanto, os membros da comissão executiva quotizaram-se perfazendo a quantia de 2.000\$000 réis³⁴⁴. A subscrição aberta na Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto rendeu 4.500\$000 réis³⁴⁵.

A comissão de beneficência de Vila Nova de Gaia entregou 304\$500 réis³⁴⁶. Os proprietários do jornal *O Comércio do Porto* entregaram 919\$850³⁴⁷. O leilão das ofertas recebidas para os pescadores rendeu 569\$870 réis³⁴⁸. A comunidade vareira radicada em Lisboa depositou no Banco de Portugal 1.343\$500 réis³⁴⁹.

339 LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*, Vol. I, p. 80.

340 *O Ovarense*. Ovar, 17 de julho de 1887.

341 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de agosto de 1881.

342 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de agosto de 1881.

343 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de agosto de 1881.

344 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de agosto de 1881.

345 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 21 de agosto de 1881.

346 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 29 de setembro de 1881.

347 AMO — *Livro de atas das sessões da Comissão executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 4. Sessão da Comissão Executiva de 23 de setembro de 1881.

348 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 18 de outubro de 1881.

349 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 288-288v. Sessão camarária de 11 de novembro de 1881.

Joaquim Ferreira, residente no Estado do Pará, e Alfredo Ferreira da Cunha, residente no Rio de Janeiro, enviaram avultadas quantias³⁵⁰. A rainha enviou 1.000\$000 réis do fundo da subscrição dos inundados³⁵¹. Guilherme Gomes Fernandes e os viscondes Silva Monteiro e Alves Machado entregaram 352\$000 réis³⁵². João Maria da Costa e Pinho, natural de Ovar, proprietário na Rua das Flores, entregou 84\$750 réis³⁵³. O presidente da Câmara Municipal de Ovar comprometeu-se a contribuir com alguns contos de réis³⁵⁴. Todo o dinheiro angariado foi depositado na casa filial do Banco de Portugal na cidade do Porto, ficando à disposição da Comissão de Socorros de Ovar³⁵⁵.

A Câmara Municipal de Ovar agradeceu às instituições que se solidarizaram com a comunidade piscatória do Furadouro, terminando na cidade do Porto, “foco donde irradiam incessantemente a liberdade, o trabalho e a caridade, requisitos que constituem a perfeição do Homem, quer considerado civil quer religiosamente”³⁵⁶. Aos Bombeiros Voluntários do Porto pelos “avultados e grandiosos esforços que sobre si tomou”³⁵⁷. À direção do Palácio de Cristal “pelo desinteresse e espontaneidade da sua oferta”. Ao governador civil do Porto, conselheiro Tomás Ribeiro, à Companhia de Carris americano do Porto à Foz e Matosinhos pela cedência dos seus carros para a condução dos “bandos” para o peditório nas praias da Foz e de Matosinhos³⁵⁸. Aos proprietários do jornal *O Comércio do Porto* pelos “seus valiosos, prestantes e nunca esquecidos serviços”³⁵⁹.

350 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 282v. Sessão camarária de 28 de outubro de 1881.

351 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 12 de agosto de 1881.

352 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 14 de agosto de 1881.

353 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 21 de agosto de 1881.

354 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 26 de agosto de 1881.

355 *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 26 de agosto de 1881.

356 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 277. Sessão camarária de 5 de agosto de 1881.

357 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 277. Sessão camarária de 5 de agosto de 1881.

358 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 277. Sessão camarária de 5 de agosto de 1881.

359 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão executiva de auxílio aos pescadores*, 524, fl. 4. Sessão da comissão executiva de 23 de setembro de 1881.

3.7.3. O plano urbano reticulado para a praia do Furadouro

No dia 2 de agosto de 1881, no rescaldo do incêndio, a vereação municipal aprovou a construção de um novo espaço urbano para o areal do Furadouro. Nessa data, encomendou ao engenheiro distrital uma planta da área ardida³⁶⁰. Em 14 de outubro de 1881, a Comissão Executiva de Aveiro enviou à Câmara Municipal uma planta de urbanização para o areal do Furadouro³⁶¹. Aprovada a planta de urbanização pela Comissão de Socorros, a vereação municipal enviou quatro cópias às instituições que mais se haviam empenhado na angariação de fundos para a construção do novo bairro dos pescadores: Bombeiros Voluntários do Porto, jornal *O Comércio do Porto*, como representante da imprensa, governador civil do Porto, Tomás Ribeiro, e António José Gomes Neto, vogal da comissão de Lisboa³⁶².

Em 14 de dezembro, a Comissão de Socorros começou a tratar da construção do bairro dos pescadores. Nesta data, na Câmara Municipal, reuniram-se as “forças vivas da vila” para “informar a comissão sobre os haveres dos indivíduos que sofreram com o incêndio do Furadouro”³⁶³.

A Comissão de Socorros aprovou a construção de 152 palheiros. No mês seguinte, em 8 de janeiro de 1882, procedeu à adjudicação da obra de 92 palheiros, do modelo menor, por arrematação a António Joaquim de Sousa, casado, proprietário da freguesia de Sermonde, do concelho de Paiva, por 7.865\$500 réis³⁶⁴.

Desconhecemos o assento da arrematação dos 60 palheiros em falta, apesar de termos consultado o livro de atas das sessões da comissão de auxílio aos pescadores, tal como o livro de atas das sessões camarárias. Sendo certo que a Comissão de Socorros construiu 152 palheiros, assinalamos que o livro de atas das sessões da Comissão de

360 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 275v-276v. Sessão extraordinária de 2 de agosto de 1881.

361 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 281. Sessão camarária de 14 de outubro de 1881.

362 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 281-281v. Sessão camarária de 14 de outubro de 1881.

363 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão Executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 5v. Sessão da comissão de socorros em 14 de dezembro de 1881.

364 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão Executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 6-6v. Auto de arrematação de 92 palheiros, em 8 de janeiro de 1882.

Socorros regista apenas a arrematação da obra dos 92 palheiros referidos. Mais de metade da folha ficou em branco, muito provavelmente porque estava reservada para registar a arrematação da obra dos 60 palheiros em falta.

Em 18 de março de 1883, construídos os 152 palheiros, Francisco Pinto Catalão, casado, carpinteiro das Ribas, comprometeu-se a construir e colocar, no prazo de 30 dias, 152 postigos com os respetivos vidros, “para os cento e cinquenta e dois palheiros naquela costa já construídos”, por 24\$320 réis³⁶⁵.

No dia 27 de junho de 1883, na sala das sessões da Câmara Municipal, a Comissão de Socorros entregou, por sorteio, aos pescadores que “foram classificados como pobres” os 152 palheiros³⁶⁶. A ata da sessão da Comissão de Socorros de 27 de junho de 1883 regista os nomes dos indivíduos que foram contemplados com uma habitação, 126 homens e 26 mulheres.

Para a construção do bairro dos pescadores, o governo concedeu um subsídio de 2.000\$000 réis³⁶⁷.

Distribuídos os palheiros, em 7 de julho de 1883, a Comissão Distrital de Aveiro aprovou a venda dos restantes lotes de terrenos, segundo a planta urbanística³⁶⁸. Com os 2.000\$000 réis da venda dos terrenos, a Câmara Municipal concluiu a estrada de Ovar ao Furadouro pela construção de dois ramais, “sendo um para o norte e outro para o sul, ao correr das edificações e para aformoseamento do largo e das ruas do Furadouro”³⁶⁹. Em 3 de dezembro de 1883, a comissão de auxílio deliberou distribuir pelos pescadores pobres que não receberam uma habitação, o dinheiro que sobrou das

365 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão Executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 7. Auto de arrematação de 152 postigos, em 18 de março de 1883.

366 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 9-15. Sessão da comissão de socorros, em 27 de junho de 1882. Na ata desta sessão ficaram registados os nomes dos pescadores pobres que receberam um palheiro na praia do Furadouro.

367 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 36. 3º Orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal do Concelho de Ovar para o ano de 1882, em 18 de outubro de 1882.

368 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 17-17v. Sessão camarária de 7 de julho de 1882. Cópia do acórdão n.º 7 da Comissão Distrital de Aveiro em sessão de 26 de junho de 1882.

369 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 36. 3º Orçamento suplementar da receita e despesa da Câmara Municipal do Concelho de Ovar para o ano de 1882, em 18 de outubro de 1882.

arrematações dos palheiros. E pelos pescadores que perderam mais do que um palheiro, a comissão deliberou a distribuição de “sítios ou lugares para edificações no Furadouro”³⁷⁰.

A Câmara Municipal de Ovar, em reconhecimento pelos serviços prestados aos pescadores pobres que perderam os seus palheiros no incêndio de 31 de julho de 1881, atribuiu aos arruamentos do bairro novo do Furadouro, os nomes de Largo Maria Pia, Bombeiros Voluntários do Porto, Rua O Jornal O Comércio do Porto e Rua Tomás Ribeiro³⁷¹.

370 AMO — *Livro de actas das sessões da Comissão Executiva de auxílio aos pescadores*, n.º 524, fl. 16-17. Sessão da comissão executiva de socorros em 3 de dezembro de 1883.

371 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 30, fl. 281-281v. Sessão camarária de 14 de outubro de 1881.

4. A luta pelo poder municipal e a derrota de Manuel de Oliveira Arala e Costa

Na vila de Ovar, o Partido Histórico (e o Partido Progressista que lhe sucedeu em 1876) esteve sem direção durante mais de uma década. A morte de João de Castro Corte Real, em 12 de novembro de 1865³⁷², e a de João Frederico Teixeira de Pinho, em 11 de julho de 1870³⁷³, deixaram o Partido Histórico sem liderança.

Nos primeiros anos da década de 1880, o Partido Progressista³⁷⁴, paulatinamente, foi agregando nas suas fileiras os adversários do Partido Regenerador, principalmente os do presidente da Câmara Municipal de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa.

Para combater o Partido Regenerador, em 22 de julho de 1883 surgiu o semanário *O Ovarense*, com o subtítulo «Político, Noticioso, Comercial e Agrícola»³⁷⁵.

Numa primeira fase, os seus responsáveis não assumiram os ideais do Partido Progressista, mas, a partir de 26 de setembro de 1886, data próxima das eleições administrativas, o semanário apresentou-se como o seu órgão oficial³⁷⁶. Ao longo dos anos, o jornal *O Ovarense*, pela pena de João Rodrigues de Oliveira Santos, que usava o pseudónimo de Alfredo Timbyra, e de José Lopes Godinho, que usava o de Artur Trampolina, em poesia, ridicularizou os regeneradores locais. Os dois colaboradores, de forma cáustica, apelidaram o presidente da Câmara Municipal de Ovar, Manuel de Oliveira Arala e Costa, de “o Régulo”, “mandão”, “patrão”, “primitivo”, “gorila”, “velho rinoceronte”, e os apoiantes do Partido Regenerador de “cachingós”³⁷⁷. Por sua vez, os progressistas eram alcunhados de “limonadas”³⁷⁸.

372 ADA. Paroquiais. Ovar — *Livro de registos de óbitos*, n.º 126, fl. 47.

373 ADA. Paroquiais, Ovar — *Livro de registos de óbitos*, n.º 131, fl. 73.

374 O Partido Histórico e o Partido Reformista fundiram-se em 1876, através do Pacto da Granja, dando origem ao Partido Progressista.

375 *O Ovarense*. Ovar, 22 de julho de 1883.

376 *O Ovarense*. Ovar, 26 de setembro de 1886.

377 Segundo Alberto Lamy, por esses anos, numa das campanhas coloniais, foi aprisionado um régulo africano que se chamava Cachingó. O nome foi aplicado ao chefe regenerador local e depois a todos os seus correligionários.

378 *O Povo de Ovar*. Ovar, 14 de novembro de 1886. “História do apelido de limonada. Faz agora 7 anos, pouco mais ou menos, que um larápio de Vila Nova de Gaia veio a esta terra e na feira de gado suíno que se costuma realizar no Largo dos Campos roubou umas poucas libras a um lavrador. Esse indivíduo foi preso nesse mesmo dia. Ao interrogatório em presença do juiz deu como nome Limonada. O juiz perguntou-lhe: então você chama-se simplesmente Limonada? É o meu apelido e não tenho outro nome. Ao ladrão ninguém mais chamou outro nome – era Limonada. Tempos depois um indivíduo atendendo ao caráter e costumes de um certo sujeito de Ovar chamou-lhe Limonada. Esse achou-se bem com o título

Em 24 de agosto de 1883, na vila de Ovar, surgiu a questão médica. Nessa data, a vereação incompatibilizou-se com o médico municipal, António Pereira Cunha e Costa.

António Pereira Cunha e Costa, natural de Ovar, assumiu funções de médico municipal, em 23 de agosto de 1872³⁷⁹, na presidência de Manuel de Oliveira Arala e Costa. Ao cargo haviam concorrido seis médicos, com a obrigação de tratar todos os enfermos pobres do concelho, tanto no hospital municipal como nas suas casas³⁸⁰. As atas da edilidade indicam que as juntas de freguesia de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Arada, S. Vicente de Pereira e de Válega se queixaram junto da Câmara Municipal que o médico António Pereira da Cunha e Costa não se deslocava às respetivas freguesias para tratar os doentes pobres³⁸¹. No hospital camarário, a vereação acumulava registos de incumprimento do regulamento hospitalar, por parte do médico, na admissão de doentes. Perante tais ocorrências, em 2 de maio de 1884, o presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa deixou de assinar os boletins de entrada dos doentes no hospital camarário. Nessa data, a Câmara Municipal dava início ao processo de despedimento do referido clínico³⁸². Em 20 de junho de 1884, a Câmara Municipal deixou de lhe pagar os vencimentos³⁸³. E, em 3 de fevereiro de 1885, a Comissão Distrital de Aveiro tornava o despedimento efetivo³⁸⁴.

Descontente com a demissão do cargo de médico do partido municipal, António Pereira da Cunha e Costa alistou-se no Partido Progressista.

que lhe conferiram e ficou com ele. Esse sujeito tornou-se cabeça de um grupo de vadios e arruaceiros e esse grupo tomou o título do cabeça. Eis porque há um grupo que se chama Limonada. Limonada, como se vê, sinónimo de ladrão, mas ladrão porco, ladrão de feira”.

379 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 252v-256v. Sessão camarária de 23 de agosto de 1872.

380 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 29, fl. 257-257v. Sessão camarária de 23 de agosto de 1872.

381 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 86-90v. Sessão camarária de 24 de agosto de 1883.

382 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 128v-129. Sessão camarária de 2 de maio de 1884.

383 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 131. Sessão camarária de 20 de junho de 1884.

384 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 226v-227. Sessão camarária de 5 de fevereiro de 1886.

Em 31 de maio de 1885 realizaram-se as eleições para a Mesa da Irmandade dos Passos e a lista apoiada pelo Partido Regenerador venceu a lista apoiada pelo Partido Progressista por 11 votos. Segundo Alberto Lamy, a luta pela Mesa da Irmandade foi muito intensa, mas as duas listas a sufrágio lutaram com armas desiguais: “Eles [os aralistas] tinham ao seu dispor os cofres da confraria, o livro dos irmãos, as violências da autoridade, as dependências do mando e do dinheiro”³⁸⁵.

Animada pelo resultado alcançado, a *intelligentsia* do Partido Progressista reuniu, em 3 de junho de 1885, na residência de Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, no Carril, para preparar o combate político ao Partido Regenerador e ao seu líder Manuel de Oliveira Arala e Costa. A reunião foi presidida por António Pereira da Cunha e Costa, secretariado por Francisco Fragateiro de Pinho Branco e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro. Marcaram ainda presença na reunião José Fragateiro de Pinho Branco, Augusto Correia da Silva Melo, José Lopes Godinho de Figueiredo, entre muitos outros simpatizantes.

Em 1 de novembro de 1885, data das eleições camarárias, o Partido Progressista apresentou António Pereira da Cunha e Costa para presidente da Câmara Municipal³⁸⁶ e Francisco Pinto Ferreira, João de Oliveira Baptista e João Rodrigues de Oliveira Santos, para vereadores³⁸⁷. Na primeira página da edição de 1 de novembro, *O Ovarense* publicou um texto corrosivo de combate político, que incentivava os eleitores a votarem em António Pereira da Cunha e Costa: “Cidadãos, fere-se hoje a primeira batalha... / Cidadãos!, à urna. / À urna pela causa do povo! / À urna pelo sr. dr. Cunha! / À urna pela libertação do povo de Ovar!”³⁸⁸.

O governo regenerador de António Maria Fontes Pereira de Melo, para acompanhar as eleições camarárias, enviou para a vila de Ovar 25 praças de Infantaria, 23 de Coimbra e 7 de Cavalaria do Regimento de Aveiro³⁸⁹.

385 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 476.

386 *O Ovarense*. Ovar, 1 de novembro de 1885.

387 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 477.

388 *O Ovarense*. Ovar, 1 de novembro de 1885.

389 *O Ovarense*. Ovar, 1 de novembro de 1886.

Manuel de Oliveira Arala e Costa venceu as eleições camarárias pela décima vez. Para o jornal *O Ovarense*, as eleições foram viciadas. Muitos eleitores do Partido Progressista foram impedidos de votar³⁹⁰. Em 2 de janeiro de 1886, Manuel de Oliveira Arala e Costa tomou posse, de novo, como presidente da Câmara Municipal, tendo como vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, e como vereadores António Joaquim de Oliveira Valente, Manuel Fernandes Leite, António Soares Pinto, Joaquim Maria Pereira Baldaia e António de Oliveira Martins³⁹¹.

Em 20 de fevereiro de 1886, António Maria Fontes Pereira de Melo, perante a onda de indignação popular contra o agravamento fiscal, pediu a demissão do cargo de presidente do Conselho de Ministros, sugerindo ao rei D. Luís I a nomeação de José Luciano de Castro, do Partido Progressista, para chefiar o governo³⁹². No mesmo dia, José Luciano de Castro tomava posse. Segundo o jornal *O Povo d'Ovar*, a população ovarense festejou exuberantemente a queda do governo de Fontes Pereira de Melo, na esperança de ver abolido o imposto do sal que tanto penalizava a classe piscatória³⁹³.

Com a subida ao poder de José Luciano de Castro, os progressistas ovarenses intensificaram a luta política contra o Partido Regenerador e contra o presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa.

Em 12 de abril de 1886, os progressistas Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, administrador substituto, Luís Ferreira Brandão e António Maria Marques, na secretaria da Câmara Municipal, exigiram ao presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa e ao escrivão Eduardo Augusto Chaves o livro do recenseamento eleitoral. Perante a recusa do presidente da Câmara Municipal, os progressistas mantiveram-se no interior das instalações municipais. Pelas 14 horas, terminados os trabalhos administrativos, o escrivão Eduardo Augusto Chaves, na ausência do presidente da Câmara Municipal, entregou as chaves das repartições camarárias ao comandante da força armada que

390 *O Ovarense*. Ovar, 8 de novembro de 1885.

391 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 213-213v. Auto de posse, em 2 de janeiro de 1886.

392 MÓNICA, Maria Filomena — *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*, p. 183-184. HOMEM, Amadeu Carvalho — “O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional”. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Vol 5. Lisboa: Círculo de Leitores. 1993, p. 144.

393 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 25 de julho de 1886.

acompanhava o administrador adjunto e os correligionários do Partido Progressista³⁹⁴. No dia seguinte, o presidente da Câmara Municipal, os vereadores e os funcionários camarários foram impedidos, pela força armada, de entrarem nos Paços do Concelho. Da residência de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, vice-presidente da Câmara Municipal, a vereação enviou dois telegramas, um para o ministro do Reino e da Guerra e um segundo para o governador civil de Aveiro. No dia 14, o Governo Civil autorizou a entrada nos Paços do Concelho do presidente Manuel de Oliveira Arala e Costa, da restante vereação e dos funcionários administrativos³⁹⁵. Durante os dias em que durou o braço de ferro entre os progressistas e os regeneradores, na estrumada (pinhal municipal), grupos de pescadores devastavam grandes quantidades de madeira³⁹⁶.

Com os progressistas instalados no poder central e no Governo Civil, em 10 de maio de 1886, António Pereira da Cunha e Costa seria reintegrado no partido médico pela Junta do Distrito de Aveiro, que considerou a demissão ilegal e arbitrária³⁹⁷.

Em 17 de julho de 1886, o governo progressista de José Luciano de Castro publicou, por decreto, o novo Código Administrativo, trazendo a dissolução de todos os corpos eleivos³⁹⁸. Para os progressistas owarenses, tinha chegado o momento de apear Manuel de Oliveira Arala e Costa e o Partido Regenerador da Câmara Municipal de Ovar.

José Luciano de Castro foi bastante criterioso na escolha das personalidades políticas para ocuparem os lugares no Governo Civil de Aveiro e na Administração do Concelho de Ovar. Para governador civil de Aveiro nomeou o seu irmão, o desembargador Francisco de Castro Matoso da Silva Corte-Real, e para substituto Manuel Firmino de Almeida Maia. Para administrador do concelho de Ovar nomeou Augusto Correia da Silva e Melo e para administrador substituto Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, este natural de Ovar.

394 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 236. Sessão camarária de 16 de abril de 1866.

395 Para o governo civil, a guarda estava apenas a garantir que nenhum documento fosse extraviado.

396 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 236. Sessão camarária de 16 de abril de 1886.

397 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 494.

398 MÓNICA, Maria Filomena — *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*, p. 183-184.

Em Ovar, a vida política não resvalou do articulado pelos «marechais» do Partido Progressista, como escreveu Pedro Tavares de Almeida:

os governadores civis tinham naturalmente um papel crucial. Eram eles que estabeleciam os contactos directos com os notáveis locais, auscultando as suas reivindicações e/ou convencendo-os a darem a sua adesão ao candidato ministerial, e dirigiam no terreno as ações de captação de voto, acolitados pelos seus subalternos (administradores de concelho, regedores de paróquia cabos de polícia) e demais homens de confiança³⁹⁹.

Em data que não podemos precisar, rebentou um escândalo político na vila. Em casa da família Baldaia, em Cabanões, encontraram-se Manuel de Oliveira Arala e Costa, do Partido Regenerador, e os Fragateiros, o bacharel Francisco Fragateiro de Pinho Branco e o seu pai José Fragateiro de Pinho Branco, do Partido Progressista. Estes, descontentes com as linhas programáticas aprovadas pela *intelligentsia* do Partido Progressista, na reunião de 3 de junho de 1885, para apeiar os regeneradores da Câmara Municipal, ingressaram no partido Regenerador⁴⁰⁰. O “pacto de Cabanões”, celebrado entre os políticos desavindos, dissolveu-se após as eleições camarárias de 14 de novembro de 1886, como refere o jornal *O Ovarense* em 27 de fevereiro de 1887:

em tempos, na vila, formou-se uma sociedade eleitoral, Arala & C^a formada pelos sócios Manuel de Oliveira Arala e Costa e José Fragateiro de Pinho Branco. Tendo como objetivo a exploração de uma mina inesgotável, os sócios extraíam preciosidades, a eleição do presidente da Câmara Municipal, a eleição do presidente da Junta da Paróquia e a eleição do deputado para a Câmara dos Deputados⁴⁰¹.

399 ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991, p. 120.

400 Pacto de Cabanões, acordo firmado por Manuel de Oliveira Arala e Costa, do Partido Regenerador, e José Fragateiro de Pinho Branco e Francisco Fragateiro de Pinho Branco, dissidentes do Partido Progressista.

401 *O Ovarense*. Ovar, 27 de fevereiro de 1887.

Em 25 de julho de 1886, Francisco Fragateiro de Pinho Branco fundou o jornal *O Povo d'Ovar*, assumiu-se como independente: “Somos bastante independentes para não curvar a cabeça a quaisquer imposições”⁴⁰². Para o semanário *O Povo d'Ovar*, o Partido Progressista reergueu-se em redor do médico António Pereira da Cunha e Costa, “com carácter inteiramente pessoal”⁴⁰³. Com o aproximar do mês das eleições camarárias, a vila de Ovar iria viver tempos conturbados. “Ovar chegou a um estado de anarquia indiscreto. Todos os dias estamos aí vendo arruaças vergonhosíssimas tacitamente aprovadas pelas autoridades administrativas que as presenciavam e nenhum remédio procuravam dar”⁴⁰⁴.

No mês de agosto, o jornal *O Ovarense* publicou “O Régulo”, coleção de poesias satíricas, da autoria de José Lopes Godinho de Figueiredo e de João Rodrigues de Oliveira Santos, sob os pseudónimos, respetivamente, de Artur Trampolina e Alfredo Timbyra, como acima referido⁴⁰⁵.

As poesias foram publicadas no jornal *O Ovarense*, entre os anos de 1883 e 1885, para satirizar o presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa.

Para o Partido Progressista era necessário apelar Manuel de Oliveira Arala e Costa da presidência da Câmara Municipal de Ovar. A este propósito Alberto Lamy afirma:

Era necessário vencer a todo o custo, correr os regeneradores da Câmara. Para tal desceu-se à insinuação torpe, à crítica demolidora, do bota-abaixo incondicional, violenta, destrutiva, maledicente e malevolente, à ofensa, ao enxovalho, à calúnia, à chacota venenosa, aos jogos de palavras reles⁴⁰⁶.

Recordamos alguns dos atos de violência praticados pelos progressistas contra os regeneradores ovarenses.

402 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 25 de julho de 1886.

403 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 25 de julho de 1886.

404 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 19 de setembro de 1886.

405 Impresso na Tipografia Ovarense em 27 de agosto de 1886.

406 LAMY, Alberto de Sousa — *Monografia de Ovar*, vol. 1, p. 466.

No dia 16 de setembro de 1886, José Fragateiro de Pinho Branco, pai do diretor do jornal *O Povo d'Ovar*, junto da ponte do Casal, foi alvo de tentativa de homicídio⁴⁰⁷. No dia 11 de outubro, os distribuidores dos jornais regeneradores *O Povo d'Ovar* e o *Correio da Manhã* foram presos. No dia 15, durante a noite, as habitações dos dirigentes mais influentes do Partido Regenerador foram vandalizadas. Todos estes atos, praticados pelos dirigentes do Partido Progressista e pelos seus apoiantes, foram pormenorizadamente registados nos livros de atas, sendo enviada uma exposição ao rei D. Luís I, para que “tivesse conhecimento dos inauditos (inacreditáveis) atentados” praticados na vila, pedindo ao soberano garantias de ordem pública para a população owarenses. Segundo as atas de vereação, na manhã do dia 15 de outubro, na Praça do Comércio, Augusto Correia da Silva e Melo, administrador efetivo e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, administrador substituto, acompanhados pelos seus colegas progressistas e por um grupo de pescadores embriagados, espancaram cidadãos indefesos que comercializavam no mercado. Os mesmos pescadores assaltaram os vendedores dos jornais regeneradores, *O Povo d'Ovar* e *Correio da Manhã*, a quem roubaram e destruíram dezenas de exemplares, na presença da força militar estacionada na vila. Os administradores afirmavam que “hão de vencer as eleições nesta circunscrição por todos os meios suceda o que suceder, que os atentados são um simples ensaio dos que lhes hão de suceder”⁴⁰⁸. No dia 17 de outubro, os atos de violência repetiram-se na presença dos administradores (efetivo e substituto) do concelho.

Na Praça do Comércio, pescadores embriagados agrediram populares indefesos e invadiram estabelecimentos comerciais e algumas das habitações de eleitores do Partido Regenerador. Durante os confrontos, Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro afirmou “que nenhum dos arruaceiros seria julgado”⁴⁰⁹.

407 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 19 de setembro de 1886.

408 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 259-261v. Sessão extraordinária de 18 de outubro de 1886.

409 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 261v-262v. Sessão extraordinária de 25 de outubro de 1886.

Segundo o jornal *O Povo d'Ovar*, durante a madrugada, os pescadores foram levados para casa de António Manuel da Costa Pinho, cunhado de José Pacheco Polónia, arraiais de uma companhia de pesca no Furadouro. Ali chegados, tinham à disposição uma pipa de vinho e um barril de aguardente. Terminado o matabicho matinal, na Praça do Comércio, os pescadores munidos de bordões cumpriram as indicações dos administradores do concelho e do chefe do Partido Progressista, agredindo gente indefesa que comercializava no mercado⁴¹⁰. O governo progressista de José Luciano de Castro, para acompanhar as eleições camarárias, enviou 20 soldados de Cavalaria, comandados pelo tenente Faro, que se juntaram aos 30 militares que estavam estacionados na vila⁴¹¹.

No dia seguinte, domingo, 7, os atos de violência repetiram-se na Praça do Comércio e na feira anual, no Largo dos Campos. Segundo o jornal *O Povo d'Ovar*, os atos de vandalismo eram financiados pelos chefes progressistas locais:

Ao bando das autoridades juntou-se toda a gentilha que por aí vivia malandrando: a esse grupo juntaram-se os vadios, toda a gente desprezível. Para conseguir esse resultado os cabeças deram e dão dinheiro, fornecem vinho a toda a hora, pagam para os vadios irem insultar a suas próprias casas os cidadãos que lhes não são afetos: pagam para espancarem gente inerte⁴¹².

No dia 8, a vereação owarenses, por telegrama, solicitou ao presidente do Conselho e ministro do Reino, José Luciano de Castro, garantias de ordem e de segurança para a vila de Ovar. No dia seguinte, José Duarte Pereira do Amaral e António dos Santos Sobreira, quando saíam de casa de Eduardo Augusto Chaves, foram alvejados a tiros de revólver⁴¹³. Com o aproximar do dia das eleições camarárias, as perseguições e os atos de violência contra os regeneradores alargaram-se a toda a vila. Os arruaceiros

410 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 24 de outubro de 1886.

411 *O Owarenses*. Ovar, 21 de novembro de 1886.

412 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 14 de novembro de 1886.

413 *O Povo de Ovar*. Ovar, 14 de novembro de 1886.

progressistas perseguiram, agrediam e maltratavam os eleitores regeneradores, que não podiam andar em segurança pelas ruas da vila.

Perante este cenário de violência física e com receio da segurança e integridade física dos candidatos e apoiantes do partido Regenerador, na véspera das eleições, dia 13 de novembro, Manuel de Oliveira Arala e Costa deixou a vila de Ovar, não sem antes, por carta, aconselhar os seus amigos eleitores regeneradores a não participarem no ato eleitoral:

entendi, que devia poupar à terra onde nasci a continuação dos atentados e crimes da mais feroz selvajaria, de que há memória na história eleitoral deste país, bem como o sacrifício da vida de amigos meus e da minha própria, que há muito era anunciado e proclamado pelas autoridades administrativas e seus correligionários, como decretado oficial e superiormente, e sem responsabilidades à turba ignara e ébria, a quem essas autoridades e seus sequazes levavam à prática dos maiores excessos pela corrupção venal e pela embriaguez a mais aviltante, e escudavam com a presença da força militar, que em vez de os reprimir, os protegia⁴¹⁴.

Para o jornal *O Ovarense*, Manuel de Oliveira Arala e Costa ausentou-se da vila por vontade própria, não foi votar por opção pessoal.

Achamos a razão tanto mais esquisita, quando é certo que ninguém o podia impedir, nem queria. Pelo contrário, o partido progressista teria o máximo prazer em presenciar as manobras eleitorais das hostes aguerridas do sr. Arala, que, apesar de todos os toques a reunir, de todas as promessas e de todas as ameaças do seu comandante não se moveram. Não foi porque não quis!⁴¹⁵.

414 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 5 de dezembro de 1886.

415 *O Ovarense*. Ovar, 28 de novembro de 1886.

No dia das eleições, 14 de novembro de 1886, segundo o jornal *O Povo d'Ovar*, depois de “lauta ceia”, pelas 4 horas, na capela de Santo António, o padre Manuel Rodrigues da Graça celebrou uma missa de *requiem* pelos que iam ser enforcados, na presença dos líderes do Partido Progressista, dos pescadores e dos arruaceiros contratados. Em frente dos Paços do Concelho, os progressistas levantaram dois madeiros, com as respetivas forcas. Em efígie foram enforcados Manuel de Oliveira Arala e Costa, António José Pereira Zagalo, Francisco Fragateiro de Pinho Branco e o seu pai José Fragateiro de Pinho Branco⁴¹⁶.

Para o jornal *O Ovarense* tudo não passou de um mal-entendido. Junto dos Paços do Concelho e da capela de S. António, apenas foram montadas duas traves em V para lembrar a vitória dos progressistas⁴¹⁷. O semanário, no dia 21 de novembro, na primeira página, noticiava a vitória do Partido Progressista: “Fizemos desfraldar a bandeira da liberdade nos paços do concelho e expulsámos para longe e para sempre quem nos oprimia”⁴¹⁸.

Para o jornal *O Povo d'Ovar*, o Partido Progressista não venceu de forma legítima as eleições de 14 de novembro de 1886:

Não triunfaram: levaram de assalto «à cabralina», uma eleição em que a maioria enorme do concelho lhes era e é adversa: mas perante o vinho, as arruaças, os crimes, e, principalmente a força armada, disposta a impedir a votação, era impossível ir às urnas. Todo o concelho tem presenciado os atos dos vândalos, dos esfomeados que quiseram empalmar uma eleição para pagar ao médico Cunha dinheiro que ele não ganhou: ao administrador do concelho os ordenados quando ele está em dívida para com a Fazenda Nacional⁴¹⁹.

Mais tarde, na sua edição de 7 de outubro de 1900, o jornal *A Discussão* recordaria a violência dessa campanha que levava à conquista da Câmara Municipal de Ovar pelo

416 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 21 de novembro de 1886.

417 *O Ovarense*. Ovar, 28 de novembro de 1886.

418 *O Ovarense*. Ovar, 21 de novembro de 1886.

419 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 21 de novembro de 1886.

Partido Progressista, referindo “esse bando de assalariados” que desbaratou, usurpou e delapidou os bens do município. Segundo o periódico, os progressistas locais, comandados pelas autoridades administrativas, perseguiram, espancaram e assaltaram as casas dos eleitores regeneradores, tendo destruído as vidraças das suas casas e feito prisões de forma arbitrária. O distribuidor do jornal regenerador, Francisco de Oliveira Granja, conhecido por o *Sueco*, foi roubado e espancado. As ruas da vila foram vandalizadas e os candeeiros da iluminação pública destruídos. Ao chefe do Partido Regenerador e presidente da Câmara Municipal, Manuel de Oliveira Arala e Costa, os seus adversários, tentaram destruir, por recurso a dinamite, a sua casa. As ondas de violência tiveram como epílogo as forcas levantadas na Praça do Comércio, comemoradas com uma missa de *requiem*, celebrada na capela de Santo António, depois de uma noite de “orgia”⁴²⁰. Com todo o cenário montado pelos progressistas para afugentar os regeneradores das mesas de voto, António Pereira da Cunha e Costa e o Partido Progressista venceram as eleições camarárias.

Em 2 de janeiro de 1887, António Pereira Cunha e Costa tomou posse da presidência da Câmara Municipal de Ovar, para o triénio de 1887 a 1889, acompanhado pelo vice-presidente João de Oliveira Batista e pelos vereadores Luís Ferreira da Silva Brandão, Francisco Ferreira de Araújo, Francisco Pinto Ferreira, António Soares Pinto e António Pereira Carvalho, na presença do administrador do concelho, Augusto Correia da Silva e Melo e do secretário da Câmara Municipal, Eduardo Augusto Chaves⁴²¹.

Na semana seguinte, o terror, a violência e o medo voltaram a ensombrar as ruas da vila. Em 7 de janeiro de 1887, pelo decreto eleitoral, foi realizada a eleição dos quarenta maiores contribuintes do concelho. Segundo o periódico *O Povo de Ovar*, desde muito cedo, na Administração do Concelho, havia grande alvoroço, os pescadores bebiam aguardente, enquanto debaixo das arcadas dos Paços do Concelho estacionava um carro de bordões. Terminado o beberete, pelas 8 horas, os caceteiros vieram ocupar a Praça do Comércio, para afastar das mesas de voto os maiores contribuintes afetos ao

420 *A Discussão*. Ovar, 7 de outubro de 1900.

421 AMO – *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 274. Sessão camarária de 2 de janeiro de 1887.

Partido Regenerador. O primeiro a ser inquietado foi João de Oliveira Mansarrão. Quando se aproximou dos Paços do Concelho, os caceteiros barraram-lhe a passagem, apontaram-lhe uma arma ao peito e intimaram-no a voltar para casa. A Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, os caceteiros cercaram a casa, gritando palavras de morte, caso saísse para votar. Em casa de Manuel de Oliveira Arala e Costa, na Rua das Almas, estavam reunidos 26 dos quarenta maiores contribuintes. A caminho dos Paços do Concelho, junto do Largo dos Campos, o destacamento militar, comandado pelo tenente Faro, marchou na frente do grupo, numa tranquilidade aparente. Num cruzamento de ruas e vielas, o “tenente Faro, como hábil político, deu ordem para a força tomar por uma viela, isto quando ia principiar o ataque”. Perante a ausência da força militar, os arruaceiros atacaram os 26 eleitores e os seus acompanhantes, com o arremesso de pedras e bordões. Os regeneradores procuraram proteção em casas próximas, as que se abriram foram vandalizadas, os atacantes partiram janelas e dispararam tiros contra as portas. Numa outra, as portas cederam e, no interior da residência, os arruaceiros agrediram José da Fonseca Osório e Joaquim Sobreira. Os que não conseguiram abrigo, como foi o caso de Manuel Rodrigues Sardinha, criado de Domingos Arala, ficou bastante maltratado: “partiram o braço em dois lugares e fenderam-lhe o crânio com sucessivas pancadas”⁴²².

Para o jornal *O Povo d’Ovar*, o comandante do destacamento, com a sua presença, poderia ter evitado os espancamentos, mas a sua retirada no momento do ataque aos regeneradores, deu sinais de conivência com os progressistas. Nos Paços do Concelho, apresentaram-se dois eleitores ao ato eleitoral. No dia seguinte, repetida a eleição dos quarenta maiores contribuintes, compareceram nove eleitores do Partido Progressista⁴²³.

Para *O Povo d’Ovar*, todas as atrocidades cometidas na vila foram arquitetadas pelo desembargador Francisco de Castro Matoso Corte Real: “o maior criminoso, o que incita e prepara os miseráveis que se fiam em que ele os livrará da cadeia”⁴²⁴. Para o

422 *O Povo d’Ovar*. Ovar, 16 de janeiro de 1887.

423 *O Povo d’Ovar*. Ovar, 16 de janeiro de 1887.

424 *O Povo de Ovar*. Ovar, 16 de janeiro de 1887.

jornal *O Ovarense*, tudo “não passou de uma pequena desordem, onde apenas três pessoas foram feridas”⁴²⁵.

No mês seguinte, em 3 de fevereiro de 1887, António Pereira da Cunha e Costa renunciou ao cargo de médico camarário e solicitou o reembolso de todos os vencimentos, desde a data da suspensão, 1 de abril de 1884, à data da demissão, 5 de fevereiro de 1886⁴²⁶.

Segundo o orçamento da receita e despesa para o ano de 1887, aprovado pela Comissão Distrital, a vereação reembolsou a António Pereira da Cunha e Costa as seguintes verbas: 187\$500 réis referentes aos meses de 1 de abril a 31 de dezembro de 1884; 500\$000 réis para pagamentos dos anos de 1885 a 1886⁴²⁷.

Segundo *O Povo d’Ovar*, para pagar a dívida ao médico António Pereira da Cunha e Costa, a vereação suspendeu a construção da estrada do Puchadouro à igreja de Válega: “como os verdadeiros motivos não podem aparecer ao público queixam-se os camaristas que nos cofres não há dinheiro. Pois pudera, se só o Cunha levou de uma vez 600\$000 réis!”⁴²⁸.

Em 6 de março de 1887 realizaram-se as eleições legislativas. Na vila de Ovar, a vida política seguiu a doutrina votada pelos cânones dos «marechais» do Partido Progressista.

No círculo de Ovar, o Partido Progressista apresentou o candidato governamental, José Maria Barbosa de Magalhães, genro de Manuel Firmino de Almeida Maia, governador civil substituto de Aveiro.

Para o jornal *O Povo d’ Ovar*, o Partido Progressista

vê hoje um mandão político impor-lhe o que há-de-ser o seu deputado. [...] Porque afinal era necessário pagar ao governo civil substituto a dedicação partidária que

425 *O Ovarense*. Ovar, 6 de fevereiro de 1887.

426 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 292. Sessão camarária de 3 de fevereiro de 1887. *O Ovarense*, 6 de fevereiro de 1887.

427 AMO — *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar*, n.º 31, fl. 283v-290. Orçamento da receita e despesa para o ano de 1887, em 8 de outubro de 1886. O orçamento foi alterado para acomodar as verbas devidas ao médico e presidente da Câmara Municipal António Pereira Cunha e Costa. Acórdão da Comissão Distrital de Aveiro, em 11 de janeiro de 1887.

428 *O Povo d’Ovar*. Ovar, 6 de fevereiro de 1887.

lhe pusera em prova, comprometendo a sua honra, a sua dignidade e o seu nome, se é que nome tinha, nas arruaças e nos espancamentos⁴²⁹.

Os regeneradores locais contestaram a escolha do candidato governamental, José Maria Barbosa de Magalhães, natural de Aveiro, questionando os seus adversários políticos por não terem apoiado o abade de Válega, Manuel Marques Pires, que já tinha sido eleito em 1870⁴³⁰. Para os progressistas ovarenses, o abade de Válega não aceitara a candidatura por motivos de saúde. No círculo de Ovar votaram 2839 eleitores. Não se registaram boletins em branco nem votos nulos.

José Maria Barbosa de Magalhães seria eleito deputado com 1.846 votos, seguindo-se o conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva com 300 votos, José António Simões Raposo com 295 votos, Manuel Duarte Guimarães Pestana da Silva com 200 votos, o conselheiro Júlio Marques de Vilhena com 100 votos, o conselheiro Inácio Francisco Silveira da Mota com 100 votos e Venceslau de Sousa Pereira Lima com 10 votos⁴³¹.

Nos meses seguintes, a vereação progressista acertou contas com o Partido Regenerador. O dr. João Maria Lopes, contador do Juízo, foi transferido para Armamar, o médico João Nogueira Dias de Almeida foi demitido, os secretários e os amanuenses foram substituídos⁴³².

429 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 20 de fevereiro de 1887.

430 *O Povo d'Ovar*. Ovar, 20 de fevereiro de 1887.

431 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 5 de abril de 1887, p. 12-13.

432 *A Discussão*. Ovar, 7 de outubro de 1900.

Conclusão

Nesta dissertação, procurámos analisar o desenvolvimento urbanístico da vila de Ovar durante o período em que Manuel de Oliveira Arala e Costa foi presidente da respetiva Câmara Municipal, entre 1866 e 1887.

Natural da vila e membro de uma família abastada, Arala e Costa formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, como muitos jovens das elites da sua geração. Participou, desde cedo, na vida política, sendo um entusiasta do programa político e económico do ministro regenerador Fontes Pereira de Melo. Durante mais de uma década, combateu a vereação municipal de Ovar, liderada pelo Partido Histórico. Desde 1866 e durante mais de duas décadas, Arala e Costa foi eleito dez vezes para a presidência da Câmara, primeiro pelo Partido Reformista (entre 1866 e 1876) e, depois, pelo Partido Regenerador. Simultaneamente, desempenhou outros cargos, a nível distrital e nacional, que reforçaram o seu poder municipal, ligando-o à rede de influências políticas da época. Foi eleito cinco vezes para o cargo de procurador à Junta Geral e seis vezes para membro da Câmara dos Deputados, pelo Partido Reformista, nas eleições de 1868, e pelo Partido Regenerador, nas eleições seguintes.

A análise da obra notável de desenvolvimento urbanístico da vila durante os mais de vinte anos em que Arala e Costa presidiu à sua vereação municipal não pode ignorar os antecedentes de tal desenvolvimento, lançados no período que se seguiu à viragem com a Regeneração. Logo em dezembro de 1852, o governo liderado pelo duque de Saldanha anexou ao concelho de Ovar, até então constituído por uma única freguesia, a da vila de Ovar, o antigo concelho de Pereira Jusã, com as freguesias de Válega e de S. Vicente. Só por si, essa expansão da dimensão do concelho implicava uma nova perspetiva e novas responsabilidades da ação municipal. Além disso, os governos da Regeneração promoveram investimentos materiais estruturantes, desde a construção do caminho de ferro à abertura de estradas e à instalação do telégrafo, que aproximaram as populações dos centros produtivos e aumentaram a mobilidade de pessoas, bens e informações. O caminho de ferro chegou à vila de Ovar em 1863, inaugurando-se a estação no ano seguinte.

Sob a presidência de Arala e Costa, Ovar conheceu importantes investimentos materiais, a começar pela construção de uma rede viária moderna, o que incluía a reparação ou construção de pontes, ligando os diferentes pontos do concelho à vila e à estação de caminho de ferro, bem como a localidades de concelhos vizinhos (Oliveira de Azeméis, Estarreja e Feira). Algumas dessas obras foram marcadas por um apreciável espírito inovador, rompendo com a tradição, como aconteceu, logo em 1866, com o desvio do Rio das Luzes, para construir sobre o antigo leito do rio a estrada da Praça do Comércio até à estação de caminho de ferro, o que veio alterar a imagem desse espaço e facilitar muito as deslocações.

A rede viária foi completada com outras infraestruturas, como a canalização de água, a edificação de uma escola do Conde de Ferreira, a construção de um mercado diário, a instalação de iluminação pública, a construção do teatro e a formação de um novo espaço urbano no Furadouro, após o violento incêndio que aí deflagrou em 1881, consumindo perto de 400 palheiros de pescadores.

Os projetos de Arala e Costa para o desenvolvimento da vila apoiaram-se em dois pilares fundamentais: investimentos materiais em infraestruturas modernas e equilíbrio orçamental. Para a execução dos melhoramentos materiais que empreendeu, procurou, além dos apoios estatais, envolver as elites locais, quer através de subscrições quer através de vários empréstimos junto de comerciantes owarenses. Paralelamente, esforçou-se sempre por manter uma boa administração das contas municipais, de forma a não prejudicar a continuidade dos projetos em curso.

O dinamismo da vila de Ovar e a atração crescente que passou a exercer sobre as populações limítrofes, nomeadamente das freguesias de Maceda, Cortegaça, Esmoriz, Souto, Pardilhó, Avanca e Torreira, justificou um novo e importante alargamento do concelho, promovido por Arala e Costa desde 1867 e que viria a culminar em 1879 com a anexação das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz, anteriormente pertencentes ao concelho da Feira.

Pode concluir-se que os projetos de desenvolvimento e de modernização urbanística de Ovar empreendidos sob a vereação presidida por Arala e Costa

contribuíram para elevar a vila e o concelho a um nível bastante superior ao que tinham antes.

Quando, em 15 de fevereiro de 1882, Manuel Arala e Costa, na sua qualidade de deputado, apresentou no Parlamento uma proposta para que a comarca judicial de Ovar fosse elevada à categoria de primeira classe, justificou-a com a importância adquirida pelo concelho que liderava:

a vila de Ovar é de certo modo a mais populosa e uma das mais importantes do país, e que se acha em excelentes condições de viação, de indústria e de transações comerciais no distrito e fora dele. A comarca de Ovar tem uma população de 22.156 habitantes, e um rendimento superior a muitas de primeira classe⁴³³.

No termo deste trabalho, se, por um lado, cremos ter conseguido aprofundar o conhecimento sobre um período histórico crucial da construção do espaço urbano de Ovar, por outro, temos a consciência de ter deixado numerosas questões em aberto, a exigir novas pesquisas, com o recurso a outras fontes, e novas reflexões. De resto, sentimos que cada um dos pontos que abordámos, desde as lutas políticas locais aos vários projetos urbanísticos, mereceria um desenvolvimento mais amplo, em confronto com experiências similares em outros concelhos do país, tentando perceber as influências e os aspetos inovadores que marcaram a política local de Arala e Costa.

⁴³³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Sessão de 15 de fevereiro de 1882, p. 352. Esta proposta foi enviada à Comissão de Legislação Civil.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes arquivísticas

Arquivo Distrital de Aveiro

Paroquiais. Ovar, *Livros de registos de baptismos, casamentos e óbitos*, 1588-1911.

Arquivo Histórico Parlamentar

Diário da Câmara dos Deputados, 1868-1901. Disponível on-line em:

<http://www.parlamento.pt>.

Arquivo Municipal de Ovar (AMO)

Caixa n.º 572. Arroz 1852-1888.

Livros da Correspondência expedida, n.ºs 116 e 117.

Livros de actas das sessões da Câmara Municipal de Ovar, n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31.

Livro dos Anais do Município de Ovar, n.º 110.

Planta da Vila de Ovar, dos finais do século XVIII.

Fontes hemerográficas

Bombeiro Português (O). Porto, 1882.

Campeão das Províncias (O). Aveiro, vários anos.

Diário do Governo. Lisboa, vários anos.

Discussão (A). Ovar, 1910.

Folha Nova (A). Porto, 1881.

Povo d'Ovar (O). Ovar, 1886-1887.

Primeiro de Janeiro (O). Porto, 1881.

Ovarense (O). Ovar, 1883-1887.

Outras fontes impressas

[LÍRIO, Manuel Rodrigues; ARAÚJO, José Ribeiro de] — *Almanaque Ilustrado d'Ovar para o ano de 1916. Fundado por dois Vareiros*. Porto: Typographia Fonseca, 1915.

PORTUGAL. *Estatísticas de Portugal. População – Censo no 2.º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

PORTUGAL. *Estatística de Portugal. População – Censo no 2.º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Fazenda – *Censo da população do Reino de Portugal no 2.º de Dezembro de 1890*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

Relatorio da Epidemia de Cholera-Morbus em Portugal. Anos de 1855 e 1856. Feito pelo Conselho de Saúde Pública. Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SILVA, António Delgado da (compil.) — *Collecção Official de Legislação Portuguesa. Legislação de 1842 em diante*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

Bibliografia

ABRAGÃO, Frederico de Quadros – *Caminhos de Ferro Portugueses. Esboço da sua história*. Lisboa: Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, 1956.

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.

AMORIM, Inês – “Recursos marítimos e tecnologia no séc. XVIII – pesca, sal e moliço no litoral e na Ria de Aveiro”. In AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena (org.) — *O Litoral em Perspectiva Histórica (séculos XVI a XVIII): Um ponto da situação historiográfica*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 47-57.

AMORIM, Padre Aires de – *Da Arte da Xávega de Espinho a Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1959.

ANDRÉ, Stefani Braz – *Higiene e desenvolvimento urbano. O Porto na transição entre os séculos XIX e XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado Integrado de Arquitetura.

ARAÚJO, Padre José Ribeiro de – *Poalhas da história da freguesia e Igreja de Ovar*. Cucujães, 1952.

BASTOS, Padre Manuel Pires – *O concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala – *Do Mar e da Terra. Palheiros e pescadores do Furadouro e Ovar*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

COSTA, Alfredo – “O abastecimento de água e o saneamento no concelho de Ovar”. *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, 2010.

COSTA, Arada e – *História Religiosa de Ovar (algumas achegas)*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1967.

CORREIA, Leandro Emanuel Gomes – *Partir, Regressar e Investir. Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017. Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

CRUZ, Maria Antonieta (org.) – *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*. Porto: UPorto Editorial, 2009.

CUNHA, Carlos Guimarães da — *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

JESUS, António Manuel França de – *Ovar: memórias industriais de uma urbe*. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais, 2011. Projeto de Mestrado em Património e Turismo Cultural.

NUNES, Sandra Ferreira de Carvalho – *A Evolução Urbana de Matosinhos: 1890-1909*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

LAMY, Alberto Sousa – *Datas da História de Ovar (922-2005)*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2005.

LAMY, Alberto Sousa – *Dicionário da História de Ovar*. 4 volumes. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009-2018.

- LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*. Vol. I. Da Idade Média à República (1026-1910). Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1977.
- LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar*. 2.ª ed. Vols. 1 e 2. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2001.
- LARANJEIRA, Eduardo Lamy – *O Furadouro: o povoado, o homem e o mar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1984.
- LOPES, António Teixeira – *O nascimento de um espaço urbano: Espinho no limiar do século XX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- MARTINS, Rui – “O Caminho de Ferro: Veio estruturante da evolução sócio urbano entre o Porto e Aveiro”. *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, 2006.
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, vol. 1, 2004.
- MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.
- NEVES, José de Oliveira – *A Pesca no Furadouro (1800-1955). Os Mercantéis. As Companhas. O apogeu de 1920-1930. A decadência*. S.l.: Jornal “João Semana”, 2009.
- OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1959.
- PINTO, Dulcídio Pereira Vaz – *O Turismo em Ovar entre 1945-1960*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- RIBEIRO, Armando Manuel Barge Bouçon – *Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- SANTOS, Zagalo dos – *Saibam Quantos....* Ovar: Câmara Municipal, 2001.

SILVA, Henrique Dias da — Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX. *Jurismat*, Portimão, n.º 1, 2012, p. 65-97.

SIMÕES, António Dias — *Ovar: Biografias*. Ovar: Câmara Municipal, 1970.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) — *O Liberalismo (1807-1890)*. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

TOMÁS, Ana; VALÉRIO, Nuno — *O decreto de 6 de novembro de 1836*. Documento de Trabalho / Working Paper n.º 62. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, s.d.

TOMÁS, Ana; VALÉRIO, Nuno — *Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836-2013*. Documento de Trabalho / Working Paper n.º 63. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, s.d.